

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Raphael Guilherme Santorio Silva**

**Impressos, Correspondentes e a Opinião Pública:**

circulação e sociabilidade nos espaços públicos entre Minas Gerais e a Corte (1820-1833)

Juiz de Fora

2024

**Raphael Guilherme Santorio Silva**

**Impressos, Correspondentes e a Opinião Pública:**

circulação e sociabilidade nos espaços públicos entre Minas Gerais e a Corte (1826-1837)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.  
Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientadora: Prof<sup>ta</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Mota Barbosa.

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santorio, Raphael Guilherme Silva.

Impressos, correspondentes e a opinião pública : circulação e sociabilidade nos espaços públicos entre Minas Gerais e a Corte (1820-1833) / Raphael Guilherme Santorio Silva. -- 2024.

166 p.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Imprensa. 2. Correios. 3. Circulação impressa. 4. Sociabilidade impressa. 5. Império do Brasil. I. Barbosa, Silvana Mota, orient. II. Título.

**Raphael Guilherme Santório Silva**

**Impressos, Correspondentes e a Opinião Pública:** circulação e sociabilidade nos espaços públicos entre Minas Gerais e a Corte (1820-1833)

Dissertação  
apresentada ao  
Programa de Pós-  
graduação em  
História da Universidade  
Federal de Juiz de  
Fora como requisito  
parcial à obtenção do  
título de Mestre em  
História. Área de  
concentração:  
História, Cultura e  
Poder.

Aprovada em 02 de Fevereiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Mota Barbosa - Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Silva Fernandes  
Universidade Federal de Goiás

Juiz de Fora, 18/01/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Mota Barbosa, Professor(a)**, em 03/02/2024, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mansur Barata, Professor(a)**, em 05/02/2024, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Silva Fernandes, Usuário Externo**, em 05/02/2024, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1671583** e o código CRC **48B60FBA**.

À minha irmã Roberta Aparecida Salvador, *in memoriam*.  
Com amor e gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta longa jornada, resta-me agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes nos caminhos que tracei desde a graduação e que me trouxeram até aqui. Uma semana após o início das minhas atividades na pós-graduação em 2020, a pandemia da Covid-19 foi decretada, o que culminou em uma reordenação completa das relações pessoais e acadêmicas, que teve impactos profundos na construção desta pesquisa. Durante o percurso, muitas dificuldades surgiram e muitas pessoas foram importantes para o funcionamento mínimo das faculdades emocionais em um contexto tão atípico.

Primeiramente, sou muito grato à minha mãe Vera Lucia Santorio pelo apoio incondicional aos meus estudos desde ainda criança. Por sempre me ensinar a persistir e lutar pelos meus sonhos, não importa quais sejam as dificuldades. Sua luta diária, seu caráter e o amor para com todos à sua volta sempre foi um exemplo de vida para mim. Sou extremamente orgulhoso de ser seu filho! Às minhas irmãs Roberta (*in memoriam*) e Juliana Salvador pelo companheirismo, carinho e cuidados desde pequeno. Sei que não foi fácil ser responsável pelo irmão caçula, por isso sou eternamente grato a vocês! Aos meus sobrinhos e afilhados Bárbara e Gustavo Salvador pelas risadas, convívio e companheirismo diário. Aos meus sobrinhos Cauã e Ana Clara Salvador pelo carinho e confiança para comigo. Amo todos vocês profundamente!

Agradeço profundamente à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Mota Barbosa, pela confiança depositada em mim e em meu trabalho desde o dia em que apresentei minha proposta de pesquisa, ainda no início da iniciação científica, na graduação, e por abrir as portas do NEHSP para mim. Seus apontamentos, sugestões, direcionamentos e acolhimento foram de fundamental importância para a conclusão deste trabalho. Muito obrigado pela leveza, exigência e excelência empregados na condução da minha orientação!

Às amizades de longa data, que fizeram e fazem parte da minha trajetória desde o ensino médio, bem como aos que se somaram posteriormente, Lucas Sobreira, Iago Silva (*in memoriam*), Fabrício Araújo e Júlia Nogueira, pelas conversas, trocas e o apoio de sempre.

Aos amigos mais recentes, os “Falsos Profetas”, que contribuíram no âmbito das trocas pessoais, acadêmicas e profissionais, com os quais construo e desconstruo a experiência do que é ser historiador e professor de História, Edmo Videira, Henrique Silveira, Álvaro Saluan, Ricardo Júnior, Helena Borin, Felipe Dias, João Victor Calegari e Luís Roberto Cruz.

Agradeço enormemente aos amigos que fiz durante a graduação em História na UFJF e que fizeram parte do percurso do mestrado, desde o processo seletivo até a conclusão, pelas

conversas e compartilhamento de experiências, Israel Andrade, Laíza Rodrigues, Luan Pedretti, Kathleen Maia (também companheira de NEHSP) e Estela Gonçalves.

Aos amigos que tenho desde a graduação e que estiveram comigo no início desta jornada na iniciação científica, Rodrigo Varandas e Rafael Nascimento, remanescentes da antiga “Távola Redonda”, pelo companheirismo de sempre.

Às amigadas da Liga Esportiva dos Acadêmicos da História (Ledah), pelas conversas descontraídas do nosso cotidiano, Lucas Netto (nosso presidente), Márcio Afonso Júnior, Ramon Moraes, Geovani Fortunato, Leonardo Carvalho e demais membros.

Aos membros do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP/UFJF) pelas trocas acadêmicas constantes durante as atividades realizadas nos seminários, grupos de estudo e cafês, em especial ao Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata, pela coorientação, pelos importantes apontamentos, sugestões e apoio bibliográfico desde as aulas de História do Brasil Império na graduação até a conclusão do mestrado. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Silva Fernandes pelos ensinamentos desde a graduação, ao longo das atividades do núcleo e pela imprescindível contribuição durante as etapas de conclusão do mestrado, na composição das bancas de qualificação e defesa da dissertação. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Vieira Martins (in memoriam), que tive a oportunidade de ser aluno durante a graduação, pelo aprendizado. Agradeço ainda ao restante dos companheiros “Nehspianos”, Érica Rosa, Pedro Soares, Eduardo da Silva Júnior, Thomaz Santos, Cristiane Ribeiro, Raíssa Cirino, Myriam Gouvêa, Flaviana da Silva, Natália Lopes, Louise Schaeffer, Diego de Castro Gomes e demais membros.

À equipe e amigos do Arquivo Central, que me proporcionaram uma experiência acadêmica maravilhosa desde a graduação e que tiveram grande contribuição no meu amor pela pesquisa histórica. Sobretudo às minhas orientadoras Andreia Rodrigues, Alessandra Germano, Edna Silveira e Marcélia Guimarães. Agradeço ainda ao amigo Brunner Venâncio, aos demais funcionários do arquivo e aos meus colegas estagiários pelo companheirismo.

Aos professores, coordenadores e técnicos do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFJF) pela formação de qualidade e excelência recebida ao longo do curso do mestrado.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como aos funcionários da instituição, pela excelência que contribui para o acesso de todos e todas ao ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil, sobretudo em tempos nos quais é preciso resistir diariamente aos ataques que a educação sofre por parte das políticas de desmonte projetadas pelo neoliberalismo.

Agradeço, por fim, à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.



***The Times***

*Sentou-se bêbado à mesa e escreveu um fundo  
Do Times, claro, inclassificável, lido,  
Supondo (coitado!) que ia ter influência no mundo...  
Santo Deus!... E talvez a tenha tido!  
Álvaro de Campos (Fernando Pessoa)*

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo a investigação da rede de sociabilidade impressa liberal moderada entre a província de Minas Gerais e a Corte. Buscamos compreender como as fases do circuito de comunicação que viabilizaram a manutenção, criação e redefinição de vínculos entre os agentes responsáveis pela produção e circulação dos principais periódicos moderados entre 1826 e 1836, a saber: *Astréa* e *Aurora Fluminense*, publicados no Rio de Janeiro; *O Universal* e o *Astro de Minas*, impressos, respectivamente, em Ouro Preto e São João del-Rei. Partimos da hipótese de que as correspondências mútuas e regulares entre os periódicos estimularam a emergência e afirmação dos espaços públicos entre as regiões. Dessa forma, serviram enquanto estratégia para a consecução de interesses, individuais e coletivos, de diversos sujeitos que, a partir da elaboração de múltiplas interações entre espaços formais e informais de discussão política, difundiram uma pedagogia que se consolidou sob a forma de projeto institucional após a abdicação de d. Pedro I. Assim, analisaremos como as formas materiais, proporcionadas pelos Correios e pelos giros comerciais, e imateriais de circulação de ideias, possibilitaram uma integração territorial elaborada por meio dos impressos, que impulsionaram a ação e ascensão política dos moderados no contexto da estruturação das bases do recém independente Estado nacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Imprensa; Correios; Circulação impressa; Sociabilidade impressa; Império do Brasil.

## ABSTRACT

The present research aims to investigate the network of moderate liberal sociability within the province of Minas Gerais and the Court. We seek to comprehend how the phases of the communication circuit facilitated the maintenance, creation, and redefinition of connections among the agents responsible for the production and circulation of the main moderate periodicals between 1826 and 1836, namely: *Astréa* and *Aurora Fluminense*, published in Rio de Janeiro; *O Universal* and *Astro de Minas*, printed, respectively, in Ouro Preto and São João del-Rei. We start from the hypothesis that mutual and regular correspondences among the periodicals stimulated the emergence and affirmation of public spaces between the regions. Thus, they served as a strategy to achieve both individual and collective interests of various individuals who, through the elaboration of multiple interactions between formal and informal spaces of political discussion, disseminated a pedagogy that consolidated itself as an institutional project after the abdication of Dom Pedro I. Therefore, we will analyze how the material forms, provided by the postal services and commercial networks, and immaterial forms of idea circulation, enabled a territorial integration elaborated through printed matter, which propelled the action and political ascension of moderates in the context of structuring the foundations of the newly independent Brazilian national State.

**Keywords:** Press; Postal Systems; Circulation press; Sociability press; Empire of Brazil.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Preço dos portes pagos no porto de Lisboa e nos do Brasil.....	42
<b>Tabela 2</b> – Distância, tempo de giro e valores dos portes nos correios internos de Minas Gerais .....	47
<b>Tabela 3</b> – Preço dos portes das cartas de terra (1801).....	48
<b>Tabela 4</b> – “Tabela dos preços que as cartas e geralmente todos os papeis fechados em sobrescrito devem pagar pelo porte do Correio da Capitania de Minas Gerais” (1809).....	54
<b>Tabela 5</b> – “Correios da comunicação interior da dita Capitania [Minas Gerais], e para as de Goiás e Mato Grosso” (1809).....	55
<b>Tabela 6</b> – Perfil dos agentes responsáveis pela produção dos periódicos Astréa, Aurora Fluminense, Universal e Astro de Minas .....	119

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa dos principais caminhos para as Minas no início do século XVIII..... 36
- Figura 2** – Rota postal Rio de Janeiro - Minas Gerais - Goiás (1809) ..... 53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Arquivo Público Mineiro
BN	Biblioteca Nacional
BR	Brasil
CC	Casa dos Contos
Cx.	Caixa
DFCD	Distrito Federal Câmara dos Deputados
RAPM	Revista do Arquivo Público Mineiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1: MEIOS E CONDIÇÕES — AS COMUNICAÇÕES ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (SÉC. XVIII-XIX)</b> .....	<b>26</b>
1.1. O CORREIO MOR DO REINO E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS POSTAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA .....	28
1.2. A DESPATRIMONIALIZAÇÃO DO OFÍCIO E O ALVARÁ DE 1798.....	38
1.3. A JUNTA DE FAZENDA DE MINAS GERAIS E AS ROTAS POSTAIS ENTRE O INTERIOR E O LITORAL .....	44
1.4. A TRANSFERÊNCIA DA CORTE E O COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO .....	49
<b>CAPÍTULO 2: A TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS</b> .....	<b>58</b>
2.1. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA E A AFIRMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO RIO DE JANEIRO .....	59
2.2. CIRCULAÇÃO IMPRESSA E A EMERGÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS.....	67
<b>CAPÍTULO 3: REDATORES, EDITORES E CORRESPONDENTES NA IMPRENSA PERIÓDICA</b> .....	<b>86</b>
3.1. IDENTIDADES POLÍTICAS EM FORMAÇÃO: OS LIBERAIS MODERADOS..	87
3.2. A IMPRENSA MODERADA ENTRE AS MINAS E A CORTE.....	95
<b>CAPÍTULO 4: SOCIABILIDADE IMPRESSA ENTRE MINAS GERAIS E A CORTE</b> .....	<b>121</b>
4.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A OPINIÃO PÚBLICA NA IMPRENSA MODERADA .....	121
4.2. A REDE DE COLABORADORES MODERADOS EM AÇÃO.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo da imprensa e as possibilidades de pesquisa abertas a partir de uma análise que a contempla enquanto fonte e objeto tiveram importante impacto em estudos que se dedicam às sociabilidades. A imersão em uma leitura atenta dos materiais impressos, de forma a privilegiar a ação dos agentes envolvidos em suas várias fases de produção, com intenção de compreender interesses e estratégias estipuladas para a difusão de ideias, do autor ao leitor – definido por Robert Darnton (2010) como o “circuito das comunicações” – nos conduz por um caminho de possibilidades que podem ser redefinidos a cada indício encontrado na virada de uma página para outra.

Neste trabalho, temos por objetivo principal investigar a rede de sociabilidade impressa empreendida pelos liberais moderados (atuantes na cena política imperial entre 1826-1836) de forma a compreender os interesses e estratégias estipuladas para a difusão de seu projeto político, que adquiriu projeção nacional a partir do período regencial. Dessa forma, buscamos contemplar as fases desse circuito de comunicação, analisando os agentes e os vetores que possibilitaram a circulação de informações no recorte geográfico Minas Gerais-Rio de Janeiro. Os objetos centrais deste trabalho são os jornais *Astréa* e *Aurora Fluminense* — ambos publicados na cidade do Rio de Janeiro —, e os periódicos mineiros *O Universal* e *Astro de Minas*, publicados, respectivamente, em Ouro Preto e São João del-Rei. Nesse sentido, buscamos identificar e compreender os vínculos existentes entre os sujeitos responsáveis pela produção e comercialização, assim como as práticas de circulação de ideias em seu aspecto material. Assim, a emergência dos espaços públicos na província de Minas Gerais será focalizada a partir dos vetores da informação impressa que possibilitam sua afirmação, como os Correios e os giros comerciais. Tal chave de leitura nos possibilita o entendimento da imprensa enquanto ferramenta de integração territorial, que ao ser assimilada pelos moderados — assim como por outros grupos políticos em formação —, foi utilizada para a projeção das ideias defendidas pelo agrupamento e para a consolidação desse projeto enquanto uma alternativa viável no contexto de disputas em torno da formação do Estado nacional brasileiro.

Os caminhos que nos levaram a formalizar este interesse de pesquisa se iniciaram nos idos de 2017, quando, ao adentrar na iniciação científica, os jornais, periódicos, folhetos, entre outros materiais impressos, se apresentaram como curiosidade de estudos. Isso se deu sobretudo a partir do desenvolvimento da pesquisa acerca do emblemático caso de assassinato do jornalista Giovanni Battista Líbero Badaró em São Paulo, por seus escritos n’ *O Observador*



*Constitucional*, no fim do Primeiro Reinado, quando críticas suas e de outros redatores de oposição a Pedro I e às medidas de seu gabinete de ministros se intensificavam. Sua morte teve repercussão instantânea, mormente por conta dos rumores levantados de que o mandatário seria o próprio imperador, que o teria feito por meio de um ouvidor da província.

As notícias ecoaram pela imprensa e foram recebidas com grande escândalo pelos periódicos da Corte. Saltavam nas páginas por meio de correspondências trocadas entre redatores, que se comunicavam de uma província a outra, com objetivo de debater o ocorrido. Essas trocas chamaram atenção e serviram como ponto de partida para um projeto de pesquisa que resultou neste trabalho. Como essas trocas ocorreram de forma tão rápida em um contexto no qual as dificuldades de comunicação eram um percalço cotidiano? Por quais meios eram efetuadas com tamanha regularidade? Quais as condições, materiais e humanas, para sua realização? Existem conexões entre os agentes por trás dessas publicações?

Ao analisar a repercussão do assassinato na cidade do Rio de Janeiro, a *Aurora Fluminense* e a *Astréa* foram os impressos que mais nos chamaram atenção por suas críticas ao governo após a morte do jornalista italiano. Em contato com esses periódicos, foi possível perceber um grande fluxo de intercomunicações com periódicos como *O Universal*, de Ouro Preto, o *Astro de Minas*, de São João del-Rei, o *Farol Paulistano*, de São Paulo e o *Farol Maranhense*, de São Luís, entre outros. Tal fato nos levou à hipótese de que haviam conexões aprofundadas entre redatores e editores em prol de interesses específicos.

Com intenção de compreender a participação dos atores na composição dos textos difundidos, passamos a nos deter na produção historiográfica sobre a temática da imprensa periódica do início do século XIX. Assim, foi possível identificar uma proximidade editorial entre esses periódicos, que tinham como ponto em comum a defesa da moderação política e do governo monárquico constitucional, a partir da implementação efetiva das bases firmadas na Constituição de 1824. Dessa forma, tais escritos representavam um liberalismo político que buscava se afirmar enquanto alternativa aos princípios revolucionários, das experiências hispano-americanas e de outras partes do mundo ocidental, e aos de um liberalismo contrarrevolucionário — muitas vezes interpretado como tentativa de retorno ao absolutismo por seus opositores —, com o qual Pedro I se aproximou durante o Primeiro Reinado.

Após o levantamento bibliográfico das produções relativas às sociabilidades políticas no contexto da formação do Estado nacional brasileiro e sobre a imprensa política independente do período, foi possível verificar lacunas de pesquisa a respeito dessas redes impressas que estruturam relações entre redatores, editores, políticos, comerciantes, entre outros agentes inseridos no liberalismo moderado. A partir dessa percepção, foi possível, portanto, iniciar a

estruturação de um projeto de pesquisa com o objetivo de compreender tais relações por meio dos vínculos diversos existentes entre os agentes e seus interesses, coletivos e individuais, em difundir um projeto político, através da palavra, falada ou escrita, pelos espaços formais e informais de discussão política, proporcionados pela emergente esfera pública do Brasil no início do século XIX (Morel, 2005).

Com objetivo de compreender as comunicações de longa distância empreendidas entre os sujeitos por intermédio da imprensa, utilizaremos os aportes teóricos de Benedict Anderson (2008). O autor entende os impressos como produtos culturais que operam enquanto instrumento de integração territorial, ao diminuir os percalços causados pelas distâncias presentes em uma sociedade pouco industrializada, como, no caso do nosso objeto de análise. Assim, a noção de simultaneidade, fornecida pelo conceito de “capitalismo editorial” formulado na obra “Comunidades Imaginadas” (Anderson, 2008, p. 70), nos possibilita uma chave de leitura dos impressos como elemento dinamizador das relações estabelecidas pelos agentes — nos mais diferentes âmbitos e finalidades cotidianas —, impulsionando a comunicação à distância entre espaços e tempos de experiência distintos, que se consubstanciam a partir da circulação da palavra impressa. Mesmo com os limites que precisamos estabelecer para o enfoque da imprensa brasileira do início do século XIX a partir de tal conceito (sobretudo pela característica marcadamente artesanal das técnicas empregadas pelas oficinas tipográficas desse período), podemos utilizá-lo para pensar a produção e a difusão de impressos naquele momento (Anderson, 2008, p. 70 e ss.).

Anderson (2008, p. 32), ao estabelecer diálogo com a antropologia, argumenta que nações são criações imaginadas, pois seus membros jamais conhecerão todos, nem mesmo a maioria dos companheiros que as compõem. Contudo, mesmo com esse obstáculo, todos têm “em mente a imagem viva de comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 32). Ela é imaginada como uma comunidade, pois “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p. 32-34). Nesse sentido, o autor aponta que os jornais desempenharam papel importante na integração comunitária ao apresentarem dois tipos do que denomina como “vínculos imaginários”, são eles: a coincidência cronológica e a relação constituída entre jornal, enquanto uma forma de livro, e o mercado (Anderson, 2008, p. 65-7). Compreende-se os impressos como um meio eficaz de integração territorial e mobilizadores das ações de redatores e leitores, a partir do momento em que se constitui “plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea” de populações que experienciam vivências em espaços geográficos distintos, mas que, por meio da circulação dos periódicos, passam a se

comunicar e, conseqüentemente, se identificar enquanto agentes inseridos em uma mesma identidade coletiva (Anderson, 2008, p. 57). Diferente dos livros, os jornais têm uma popularidade efêmera, uma “forma extrema” do livro na concepção de Anderson (2008, p. 57). São produzidos em grande escala, tornam-se obsoletos da noite para o dia e são logo substituídos por novas edições. Há uma questão cerimonial na leitura dos jornais, que estabelece vínculos silenciosos e ao mesmo tempo conscientes, entre quem produz e quem consome tal produto cultural.

A sociabilidade impressa, a partir da constituição de vínculos entre os redatores de uma província a outra, impulsionou a difusão de ideias por meio dos periódicos. As citações mútuas entre os jornais por meio das constantes trocas de correspondências, apresentavam notícias de outras províncias em folha de localidades distintas. Assim, possibilitavam aos leitores o contato com diferentes espaços de experiência, que, por causa dos distanciamentos geográficos, poderiam passar despercebidos.

Em vista disso, buscamos investigar os meios de expedição dos impressos e sua influência na circulação de informações, de forma a compreender as circunstâncias implicadas nessas trocas e sua relação com os ritmos comunicacionais variantes de uma região para outra, no âmbito do extenso território brasileiro. As formas materiais de difusão de impressos, seja por rotas marítimas e/ou terrestres, são uma das fases componentes do que o historiador Robert Darnton (2010) denominou como “circuito de comunicação”, que vai desde o autor ao público leitor. Assim, em cada uma das fases desse circuito, agentes atuam a partir de interesses, coletivos ou individuais, e estipulam estratégias que podem favorecer ou não os giros de informação entre uma localidade ou outra. Essas circulações são influenciadas pelas dinâmicas do tempo e espaço, que perpassam por procedimentos relativos às esferas política, econômica e cultural das sociedades as quais estão inseridos (Darnton, 2010).

A partir do processo de formação do Estado nacional brasileiro durante as décadas de 1820-30, a publicização da informação transforma as notícias em mercadorias. Essas, são submetidas a regras de mercado próprias, que regulamentam a atuação de redatores e editores, como as discussões que ocorrem no âmbito da Assembleia Geral em torno dos limites da liberdade de imprensa e a responsabilização dos atores que produzem os textos nesse período. Estava em curso o que Jürgen Habermas, em seu estudo clássico, compreende enquanto processo de formação da esfera pública moderna (Habermas, 2011).

Inicialmente apenas os Correios seriam focalizados em relação a essa demanda de pesquisa, que daria atenção às linhas postais existentes, às condições dessas rotas, os meios de transporte de cargas e às questões econômicas que englobam os processos de trocas de

correspondências a partir do recorte geográfico Rio de Janeiro-Minas Gerais. Contudo, ao longo do percurso da pesquisa, a necessidade de compreensão das formas não institucionalizadas de difusão de informações se tornou uma inquietação, sobretudo pela existência da figura dos agentes tropeiros que realizavam o transporte de mercadorias e de outras movimentações comerciais entre essas regiões. Pelo papel desempenhado por proprietários e comerciantes na composição das fileiras do liberalismo moderado, evidenciado por estudos de historiadores como, por exemplo, Alcir Lenharo (1992) e Wlamir Silva (2009), a cultura das tropas e o comércio de gêneros de abastecimento da Corte foi percebido como uma frente de pesquisa de boas possibilidades, especialmente a partir da compreensão da imprensa e dos impressos enquanto produtos culturais, que são, ademais, mercadorias (Habermas, 2011, p. 213 e ss.).

Após a definição do objeto e das frentes de pesquisa, estabelecemos como recorte cronológico o período que vai de 1820 a 1833 como foco de análise. Buscamos privilegiar o período de atuação conjunta dos periódicos moderados *Astréa* (1826-1832), *Aurora Fluminense* (1827-1835), *Universal* (1825-1842) e *Astro de Minas* (1827-1839). Tais escritos foram selecionados por terem sido publicados no fim do Primeiro Reinado, quando a oposição dos moderados ao governo aumentou o tom na tribuna da Câmara dos Deputados e nas páginas da imprensa, de forma a não apenas noticiar os acontecimentos, mas também participarem da produção dos mesmos. Esses veículos de informação se constituíram como uma extensão dos espaços formais de discussão política e mobilizaram diversos agentes políticos em debates acerca de diferentes frentes de atuação. Na segurança possibilitada pelo anonimato, esses viam na informalidade das correspondências, publicadas cotidianamente nas páginas dos jornais, uma forma de impulsionar seus interesses políticos coletivos e individuais, em um período que viria a ter seus principais desdobramentos no 7 de abril de 1831, quando, por pressão de forças políticas, entre as quais a atuação preponderante dos moderados, dom Pedro I abdicou do trono.

Os liberais moderados formavam um agrupamento político posicionado ao centro do espectro político, entre os liberais exaltados e os caramurus. Segundo aponta Marcello Basile (2004), baseavam sua atuação no princípio filosófico, de viés aristotélico, do *justo meio*, que defendia o equilíbrio, sob uso da razão e civilidade, entre ideias entendidas como excessos políticos. Justificavam tal concepção política a partir do que fora pactuado na divisão de poderes entre o rei e os representantes do povo (Assembleia Geral) na carta constitucional, que repudiava ideais considerados extremos, como Democracia e Absolutismo. Nesse sentido, os moderados atuaram no parlamento e na imprensa, em observância da devida aplicação das conquistas civis firmadas e garantidas pela Constituição de 1824. Defendiam ainda reformas

que ampliassem as prerrogativas da Câmara dos Deputados, a independência do poder Judiciário e que reduzissem os poderes do Imperador.

Essas frentes de atuação tinham como objetivo a instituição de uma ideia de liberdade, compreendida enquanto direito natural, mas circunscrita aos limites do pacto social, de forma a manter a ordem social estabelecida no texto constitucional e as instituições decorrentes do modelo monárquico-representativo. Os moderados atuaram na cena pública entre 1826 e 1836, marcos do início da atuação e da desestruturação do grupo, inicialmente com discursos comedidos, com críticas direcionadas ao gabinete ministerial, mas que aos poucos se tornaram uma oposição formal ao imperador, sobretudo a partir de 1830. Em uma aliança de circunstância com os exaltados, mobilizaram-se contra dom Pedro I e, após a abdicação, encabeçaram o governo regencial, instaurado após os acontecimentos do 7 de abril de 1831.

Conforme análise presente nesta dissertação, vários dos agentes envolvidos com a atividade dos periódicos moderados se valeram da atuação na imprensa enquanto forma de ascensão política (Basile, 2004), como demonstram as trajetórias de Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Pereira Vasconcelos e Baptista Caetano de Almeida, entre outros agentes que serão focalizados neste trabalho. Figuras de expressão do liberalismo moderado do período, possuíam vínculos com interesses econômicos de proprietários e comerciantes do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses, por sua vez, colaboraram com o programa político do agrupamento como forma de impulsionar seus interesses econômicos, vinculados ao comércio de abastecimento de gêneros de primeira necessidade da Corte. Tais atores são expressões da ascensão de uma nova geração de políticos que, econômica e politicamente estabelecidos em suas vilas e cidades de origem, buscavam ainda a institucionalização de seu projeto, que concorreu junto a outros naquele momento de disputas em torno da formação do Estado nacional brasileiro (Silva, 2009).

Entre rupturas e continuidades, as formas antigas e modernas das experiências comunicacionais cotidianas se contrastavam e eram redefinidas a partir das décadas finais do século XVIII, em fenômeno observado, com variações regionais, que possuíam modalidades e ritmos próprios, por todo o mundo ocidental. Nesse momento, em meio a rituais políticos e sociais que se redefiniam, o público, como "o sujeito e o objeto da política" (Guerra; Lemperiere, 2008, p. 6), opera enquanto elemento legitimador dos poderes contratados no constitucionalismo liberal. Nesse sentido, a concorrência de projetos ganhou novos contornos com a Revolução do Porto em 1820, que impulsionou diretamente as práticas políticas observadas na América. Após esse momento de profundos debates, que originaram a Constituição de 1824, os pontos de discordância não estavam de todo exauridos. Era preciso que as discussões em torno de conceitos como legitimidade e soberania, direitos civis e

políticos, fosse prolongada, sobretudo pela necessidade de seu procedimento prático. Nesse sentido, o Primeiro Reinado deve ser compreendido enquanto momento de construção das bases do Estado imperial, que são moldadas principalmente durante os trabalhos da Assembleia Legislativa a partir de 1826 (Ribeiro; Pereira, 2009, p. 156-9).

Província mais populosa do Império e reduto eleitoral mais importante, Minas Gerais se consolidou enquanto um importante bastião dos moderados, que consolidaram sua hegemonia por meio da ampla difusão de seu projeto, tendo a imprensa como uma de suas principais frentes de ação política. Nesse sentido, nos interessa a análise dos impactos dos Correios — e outras formas não institucionalizadas existentes de promoção da circulação de informações, como os giros comerciais das tropas —, enquanto vetores da comunicação impressa e de viabilização das redes de sociabilidade, no processo de formação e afirmação dos espaços públicos, ao conectar os distantes núcleos urbanos da província, principalmente Ouro Preto e São João del-Rei, onde eram redigidos respectivamente *O Universal* e o *Astro de Minas* respectivamente, com a Corte.

Nossa hipótese, amadurecida a partir das disciplinas e discussões realizadas ao longo do curso do mestrado, é a de que a difusão de informações proporcionadas pelos canais de circulação de correspondências disponíveis fomentou a afirmação dos espaços públicos de discussão na região das Minas, que, constituída de dinâmicos núcleos urbanos, assimilou a nova cultura política oriunda do processo de Independência (Neves, 2003). A emergência de uma esfera pública política ampla, responsável pela abolição das distinções de ordem e estamentos, que hierarquizavam as sociedades de Antigo Regime, proporcionava uma relativa — pois é preciso pontuar o elemento da escravidão ainda presente na sociedade brasileira naquele momento — igualdade entre os indivíduos, que, nos espaços públicos, passariam a se distinguir sobretudo pela coerência dos argumentos exprimidos (Chartier, 2003, p. 36 e ss.).

Essas transformações proporcionaram meios de consolidação de propostas políticas de diversos setores sociais, dentre os quais institucionalizou-se o projeto político moderado. Este, inicialmente preponderante em domínio local e regional, posteriormente foi alçado ao cenário nacional, com a ascensão política de agentes na segunda legislatura, que formalizaram uma oposição estruturada, manifesta no púlpito do parlamento e nas páginas dos jornais, que resultou na abdicação de dom Pedro I. A publicidade dos temas em discussão opera uma ampliação da participação dos sujeitos na vida política, de forma que nas instituições da esfera pública — os espaços como as praças, cafés, clubes, salões, teatros e periódicos — múltiplas interações eram elaboradas e influíam diretamente no jogo (Chartier, 2003, p. 33).

Locais de circulação de novidade, as próprias agências dos Correios são consideradas nesta pesquisa enquanto espaços públicos, nos quais reunida semanalmente, a população local poderia receber e emitir notícias por meio de periódicos e correspondências, bem como discuti-las naquelas localidades e nas ruas que ocupavam cotidianamente. As estradas que conectavam Minas Gerais e o Rio de Janeiro — provenientes do processo de exploração das minas de ouro, ainda no início do século XVIII —, colaboraram para a formação das comunicações interioranas. Estas, impulsionadas pelas reformas da Coroa portuguesa no fim daquele século e a partir da transferência da Corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, criaram condições para a difusão de informações após o processo de Independência, de forma a aproximar ambos os territórios. Tais condições eram pouco vistas em outras partes do território brasileiro, que durante o Primeiro Reinado, ainda se viam restritas a parcas e precárias rotas.

As fontes utilizadas no processo de pesquisa são principalmente os jornais, que também são objetos de nossa investigação, disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Os indícios reunidos nas leituras correntes realizadas dos mesmos, presentes sobretudo nas constantes trocas de correspondências entre os redatores, e nos locais de produção e comercialização dos periódicos, fornecem pistas dos vínculos de sociabilidade entre os agentes que promoviam a difusão desses impressos nas várias fases desse circuito de comunicação. A partir do cruzamento de fontes, com as produções biográficas relativas aos agentes e com o auxílio de bibliografia especializada, foi possível tecer os vínculos existentes no âmbito dessa rede de sociabilidade impressa, formada pelos atores que viabilizavam as circulações e as trocas de informações entre os periódicos liberais moderados.

Por se constituírem como os principais e os mais longevos meios de comunicação existentes no Rio de Janeiro e um Minas Gerais no período, sobretudo em relação a veículos de imprensa independentes, *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Astro de Minas* e *Universal* nos fornecem, ainda, uma perspectiva prática importante acerca das formas de comunicação e circulação da imprensa entre as localidades. A partir deles, nos foi possível depreender, por meio de uma pesquisa qualitativa, as demandas do público, os percalços existentes e as discussões públicas acerca das melhorias necessárias nas linhas postais e nas estradas que interligam as duas localidades.

Com o intuito de investigar a formação das linhas postais e seu processo de institucionalização e publicização entre o fim do século XVIII e o início do XIX, foram utilizadas fontes administrativas relativas às operações dos Correios. Nesse sentido, consultamos a “Coleção da Legislação Portuguesa” (Portugal, 1828), que nos informa acerca dos marcos institucionais dos sistemas postais no Brasil e da implantação das primeiras linhas

organizadas sob a alçada direta da Coroa portuguesa. Utilizamos como ponto de partida o Alvará de 20 de janeiro de 1798 (Portugal, 1828, p. 479-82), responsável por instruir as capitanias na organização das rotas, dos preços e da regularidade dos giros postais. A partir deste, foi possível rastrear documentos administrativos emitidos pelas capitanias como o “Termo da Junta de Fazenda a respeito do estabelecimento do Correio” (Portugal, 1828, p. 345-49), de agosto de 1798, relativo à capitania de Minas Gerais, que detalhou o funcionamento dos Correios nas vilas que receberam a operação, entre outros documentos provinciais utilizados nos anos posteriores para adequação das práticas postais. Esse regimento nos informa sobretudo acerca da formação das linhas postais entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, além das condições dispostas para circulação de correspondências, que permaneceram inalteradas até o fim do Primeiro Reinado, quando se passou a discutir reformas modernizadoras na instituição em decorrência das necessidades do recém independente Estado brasileiro.

Na “Coleção de Leis do Brasil” (Brasil, 1891), por sua vez, é possível acompanhar as tentativas de reformas empreendidas pelo governo a partir da transferência da Corte para o Brasil, ainda no Período Joanino. Os debates parlamentares da primeira e segunda legislatura, após a outorgação da Constituição de 1824, acompanhados por meio das edições dos “Anais do Parlamento Brasileiro” (Brasil, 1875), foram importantes para o rastreamento dos documentos anteriores, ainda na fase inicial da pesquisa, pois durante esse período foi discutida uma nova legislação postal, que resultou no Decreto de 5 de março de 1829 e na regulamentação da Administração Geral dos Correios. Estes discursos possibilitaram o traçar de um curso acerca da formação dos Correios no Brasil, por meio do contato com os documentos anteriormente mencionados.

A partir da necessidade de investigar as condições práticas da circulação de correspondências, recorreremos aos relatos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire (1938) e Robert Walsh (1985), que realizaram incursões pelos caminhos que conectam a Corte e Minas Gerais no início do século XIX. Nas narrativas, foi possível reunir indícios acerca das movimentações comerciais daquele período e da realidade material das viagens. Por meio dos relatos sobre as estradas, estalagens, locais de pouso, giros comerciais das tropas e as adversidades às quais os viajantes estavam submetidos, foi possível analisar o ritmo das práticas comunicacionais e as formas de difusão de informações. Desta maneira, o panorama cultural da circulação de informações, por meio de interpretação que concebe os espaços públicos presentes no correr dos caminhos, são também uma frente de pesquisa que buscamos contemplar neste trabalho.



No primeiro capítulo investigamos os meios de condições para a circulação de informações no Brasil, com foco na implantação dos sistemas postais. Discutimos as tentativas de implementação de rotas de circulação de correspondências entre o Rio de Janeiro e as regiões interioranas, com enfoque na região das minas de ouro, no início do século XVIII. Nesse sentido, lançamos luz sobre experiências isoladas e descontínuas, com pouca interferência direta da Coroa, que permeavam o panorama das comunicações institucionais daquele período. Desde o século XVII, o ofício de correio-mor era de propriedade da família dos Mata, que estabeleceu uma dinastia postal a partir da lógica dominial e patrimonial, de forma a consolidar um monopólio sobre as comunicações no Reino e na América portuguesa. Essa realidade seria alterada apenas tardiamente, no fim do século XVIII, como parte das reformas realizadas desde meados daquela centúria, quando Dom Rodrigo de Sousa Coutinho despatrimonializou o ofício e o colocou de volta sob alçada direta da Coroa. Nesse período, houve uma completa reestruturação dos Correios, sendo implementado um sistema com objetivo de impulsionar a territorialização do poder político e agilidade governamental em regiões consideradas estratégicas, como a capitania de Minas Gerais.

Essa medida de institucionalização das comunicações buscava contemplar também os interesses de negociantes e comerciantes, que necessitavam estabelecer comunicações constantes e regulares com as principais praças do Império. Por outro lado, a Coroa passava a possuir uma nova fonte de extração de renda em benefício do Erário Régio, conforme projetava o Ministro da Marinha e Ultramar por meio da implementação do “Alvará de 20 de janeiro de 1798” (Portugal, 1828, p. 479-82) e outras instruções posteriores. Estas foram utilizadas pela Junta de Fazenda e pelo governo da capitania de Minas Gerais na implementação da estrutura postal que foi utilizada, com poucas reformas e ampliações, até a década de 1830. Nos chama atenção a medida oriunda do “Aviso de 14 de março de 1801” (Portugal, 1828, p. 683-4), que determinava o pagamento de apenas metade da taxa estabelecida como porte aos autos, processos, gazetas, jornais, e outros papéis impressos que circulassem pelos Correios, de forma a promover a difusão de informações, mesmo que ainda sob censura naquele momento.

No segundo capítulo, apuramos a emergência dos espaços públicos e o papel dos Correios em sua difusão nas áreas urbanas provinciais, de forma a manter Minas Gerais sob nosso foco de análise. Partimos do processo de transferência da Corte para o Rio de Janeiro e as transformações econômicas, sociais e sobretudo culturais decorrentes desse evento, mormente na região Centro-Sul. O surgimento de uma cultura política, influenciado pela circulação de novidades por meio de uma imprensa em processo de gestação, culminou em profundas alterações no panorama das cidades. Animados pelo relativo processo de

liberalização política da época, os impressos constituíram-se, cada vez mais, enquanto elemento fundamental nas práticas dos agentes, que passavam a utilizar a imprensa como forma de ação política, de forma a debater publicamente os rumos da sociedade naquele momento. Após a Revolução Constitucionalista do Porto em 1820, que produziu ecos notáveis deste lado do Atlântico, o produto cultural impresso se afirmou na paisagem urbana e na cena pública como uma das principais ferramentas dessa nova cultura política, evidente pela difusão cada vez mais ampliada de periódicos e folhetos independentes que, mesmo com as proibições de circulação ainda naquele momento, promoveram a consolidação dos espaços públicos e contribuíram ativamente do processo de Independência, de forma a mobilizar a incipiente opinião pública da Corte nas discussões de projetos políticos possíveis de futuro para o Brasil.

Nos anos seguintes à outorga da Constituição, sobretudo com o início dos trabalhos legislativos em 1826, a imprensa, que já havia demonstrado suas potencialidades transformadoras, continuou a ganhar impulso, de forma a atingir os espaços provinciais, que passaram a conviver com publicações produzidas em grande profusão em suas próprias vilas e cidades, como os casos de Ouro Preto e São João del-Rei evidenciam. Os Correios, enquanto um vetor da informação impressa, contribuíram de maneira fundamental para tal impulso de afirmação dos espaços públicos provinciais, de maneira a fazer circular informações e promover a integração territorial, de maneira a romper com os distanciamentos geográficos entre populações em espaços distintos e temporalmente afastadas. A partir da publicização e popularização das agências postais, estas também se alicerçaram enquanto espaços públicos importantes nas províncias, ao reunir pessoas em busca de correspondências com as novidades políticas mais recentes da Corte. Ao exercer esse papel, os sistemas postais passaram a representar um instrumento importante de auxílio na governabilidade.

No terceiro capítulo, nosso foco visou a compreensão das estratégias de difusão do projeto liberal moderado por meio das redes de sociabilidade impressa constituídas, a partir dos canais de comunicação a longa distância analisados nos capítulos anteriores. Utilizamos o recorte geográfico Minas Gerais-Rio de Janeiro para examinar formas empreendidas para a realização das trocas de correspondências e para a formação de uma rede de colaboração pela qual as notícias circulavam por meio dos periódicos *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Universal* e *Astro de Minas*. No sentido de esmiuçar os vínculos existentes entre essas folhas, partimos para o estudo dos agentes por trás dessas publicações, por meio dos indícios reunidos acerca dos locais de publicação e comercialização dos periódicos. Assim, intentamos demonstrar como a composição do grupo liberal moderado, que tinha entre seus membros proprietários, negociantes e comerciantes vinculados à economia gêneros de abastecimento da Corte —

inclusive diretamente responsáveis pelas publicações moderadas —, se constituiu como um fator fundamental para a concretização dos interesses políticos, individuais e coletivos, desses agentes. Estes viam na imprensa periódica um mecanismo de ação e ascensão política, capaz de proporcionar a inserção em espaços institucionais.

No quarto e último capítulo, nos detivemos na análise da rede de colaboradores moderados por meio das relações existentes entre os estabelecimentos tipográficos e os impressos por eles publicados. Argumentamos que a circulação de impressos entre a província de Minas Gerais e a Corte era pautada por vínculos comerciais, relações de parentesco e conexões políticas, que eram mantidas, criadas e redefinidas entre os agentes. Buscamos demonstrar como a atividade tipográfica foi utilizada por essa rede de sociabilidade enquanto estratégia de promoção de múltiplas interações entre os espaços públicos formais e informais, de forma a mobilizar diversos segmentos da sociedade. Assim como outras mercadorias, os impressos eram expostos e difundidos por meio de casas de comércio que mantinham relações interprovinciais por meio de intermediários. Essas conexões impulsionaram a concretização dos interesses políticos dos moderados, de maneira a possibilitar uma ampla circulação de impressos, responsável por estabelecer um contato regular entre políticos e a opinião pública, sob mediação dos redatores. Apontaremos ainda, como os periódicos foram utilizados como ferramenta de ascensão política pelos agentes durante os processos eleitorais para a segunda legislatura da Câmara dos Deputados, o que possibilitou a inserção de vários redatores da imprensa moderada nas instâncias políticas locais, provinciais e nacional.

## CAPÍTULO 1: MEIOS E CONDIÇÕES — AS COMUNICAÇÕES ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (SÉC. XVIII-XIX)

Ferramenta institucionalizada de significativa importância para a viabilidade comunicacional entre diversos espaços de um Estado nacional, os Correios se constituíram enquanto aparelhos estratégicos. Contribuíram para o estabelecimento da coesão territorial no Brasil sobretudo a partir do início do século XIX, quando ficou cada vez mais evidente a importância do aperfeiçoamento das comunicações postais para o funcionamento dos negócios públicos e particulares do Império do Brasil.

Em 11 de junho de 1828, as questões relativas ao estado da repartição dos Correios foram levadas à Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, que, em seu relatório (remetido aos deputados) acerca do estado da administração da Fazenda, demonstrou sua preocupação com o funcionamento precário dos serviços de correspondência no país. O ministro argumentava que o regulamento do serviço, ainda em vigor no Primeiro Reinado, fora instituído de forma provisória em 1808, sendo o mesmo, nas palavras de Calmon du Pin, “tão mesquinho e imperfeito que apenas indica algumas das obrigações dos seus empregados” (Brasil, 1876, p. 97). O relatório apontava para a necessidade de uma profunda reestruturação na repartição, que pudesse dar conta da negligência que a mesma já amargava, àquela altura, por duas décadas:

Uma repartição como esta não deve nem pode continuar no estado de abandono em que se acha. **A civilização, o comércio e o interesse da fazenda pública exigem o seu melhoramento.**

Para isso é mister dar-lhe um novo regulamento: pô-la em contato por meio de uma convenção com a administração dos correios de Lisboa, Londres, Paris; Dividi-la em três direções, a saber: marítima, terrestre e estrangeira; e finalmente ajuntar-lhe um *pequeno correio* para a distribuição das cartas nas cidades. (Brasil, 1876, p. 97, grifo nosso.).

O parecer evidencia preocupações fundamentais do Poder Executivo em relação aos Correios. O Brasil, enquanto país territorialmente vasto, carecia ainda de meios para a concretização de uma unidade territorial renovada no pós-Independência. Mecanismos estes que pudessem dar conta de neutralizar os localismos provinciais existentes, além de realizar uma maior integração das diferentes partes a seus respectivos centros administrativos provinciais, mas também, e sobretudo, providenciar uma conexão destas províncias, de norte a sul, ao centro administrativo do Império sediado no Rio de Janeiro. A preocupação não se restringia apenas ao contexto interno, pois a questão da inserção do país internacionalmente

também era uma carência do novo governo, que necessitava se legitimar perante as outras nações, especialmente as da América e Europa (Levati, 2015, p. 130-2). Tal falta de coesão territorial refletia diretamente nos âmbitos social, político, econômico e cultural da vida cotidiana, o que se tornou uma questão a ser resolvida, sobretudo a partir da emergência do Brasil enquanto corpo político independente (Silva, 2005).

A compreensão do Correio enquanto elemento impulsionador da “civilização”, expresso por Calmon du Pin (Brasil, 1876, p. 97) no trecho do relatório, não se restringia apenas ao Brasil. Na Grã-Bretanha, essa interpretação foi apresentada em várias ocasiões ao longo do século XIX. Conforme destacam Peter Burke e Asa Briggs (2006, p. 135), o Correio britânico antecede a criação do sistema educacional, pois era compreendido enquanto uma importante ferramenta de letramento da população e, por conseguinte, “poderosa máquina de civilização”, nas palavras de Rowland Hill (apud Burke; Briggs, 2006, p. 135), idealizador do sistema postal britânico.

Ao promover e impulsionar a circulação de correspondências, materiais impressos (como livros, jornais, panfletos, etc.), entre outros tipos de objetos, o serviço promovia a maior integração entre as diversas regiões do território, o que transformou as comunicações — com a ampliação do seu alcance (concreto e abstrato) e com a possibilidade de variação das formas de comunicar. O resultado desse processo foi a modificação das relações entre os sujeitos nos diferentes aspectos da vida cotidiana, sobretudo nos âmbitos político e econômico, ao aperfeiçoar a atuação do Estado e transformar a vida política da sociedade, e promover um ambiente de maior dinamismo para o comércio e para os negócios, públicos e particulares (Briggs; Burke, 2006, p. 134-7).

No Brasil, as iniciativas de estabelecimentos de serviços postais começaram a ocorrer no início do século XVIII, a partir de empreendimentos com pouca ou quase nenhuma influência da Coroa portuguesa em relação a políticas de regulação dos mesmos. Estas iniciativas foram, contudo, permeadas por descontinuidades e pela falta de uniformidade, sendo experiências que variam bastante de uma região para outra, de forma a acompanhar o ritmo da variação ocupacional do território ao longo do período colonial. Os serviços pouco alteraram o panorama geral das comunicações, que continuariam a ser permeados pela lentidão até o início do século XIX. A análise da trajetória dos Correios em território brasileiro nos possibilita uma chave de leitura acerca das alterações no panorama dos meios de comunicação, e são demonstrativos das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que englobam essas operações ao longo do tempo.

## 1.1. O CORREIO MOR DO REINO E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS POSTAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA

A dimensão continental do Brasil era um constante percalço no estabelecimento de comunicações regulares entre as diversas partes de seu território ao longo do período colonial, o que imprimiu um ritmo lento e fragmentado na vida social. Também externamente, as comunicações com a metrópole ocorriam de forma irregular, o que significava um agravante a mais nas tomadas de decisões que exigiam certa rapidez no âmbito do Império Ultramarino português. Dessa forma, este era um fator que possibilitava aos poderes locais usufruto de certas autonomias no estabelecimento de políticas acerca do território, e em outras diversas questões, de forma que as elites pudessem promover ou obstruir decisões de acordo com seus próprios interesses políticos e econômicos. Com as iniciativas de estabelecimento de comunicações isso não foi diferente.

As vias de comunicação internas se formaram, inicialmente, no ritmo dos povoamentos de cada uma das regiões ao longo dos séculos da colonização. A partir das ocupações litorâneas, a penetração pelo território se direcionou ao interior, contornou montanhas, rios e terrenos de difícil locomoção, e percorreu distâncias mais ou menos acentuadas ao se afastar do mar, onde foram formados núcleos de ocupação. Estes estavam restritos quase exclusivamente ao estabelecimento de comunicações com as áreas litorâneas, que ocorriam pelas mesmas vias que lhes serviram inicialmente de entrada. Em alguns casos, as necessidades de trajetos mais curtos criaram novas rotas, que percorriam distâncias mais curtas em direção ao litoral. Exemplo disso é a região das Minas que, alcançadas pelo trajeto que partiu de São Paulo, posteriormente ganhou saídas mais cômodas em direção ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia (Prado Júnior, 2000).

A nomeação de um oficial encarregado pelas correspondências no Brasil ocorreu no século XVII, com o objetivo de estabelecer comunicações regulares e por um canal institucionalizado entre os dois lados do Atlântico. Foi criado pela Coroa, em 1657, o ofício de correio-mor do mar, que era uma expansão da atuação dos correios portugueses pelas conquistas que, até então, tinham sua operação restrita ao território do reino. Em 1663, houve a confirmação formal pelo correio-mor do reino, que designou assistentes que se encarregaram do ofício em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Estes eram encarregados de enviar e receber cartas, que fossem e viessem de qualquer parte, do reino e de outras conquistas, inclusive as correspondências de outros reinos e províncias da Europa (Barata, 1963).

No Regimento de 9 de junho 1657 (Barata, 1963, p. 137), relativo ao cargo de correio-mor do mar, as justificativas presentes no texto chamam atenção. Elas demonstram os interesses envolvidos na questão, e evidenciam como os serviços de trocas regulares de correspondências eram tópicos estratégicos para a coroa e seus súditos presentes no reino e em outras partes do Império Ultramarino de Portugal:

Eu, El-Rey, faço saber aos que este regimento virem, que **por justas considerações de meu serviço na segurança das conquistas, e bem do meu comércio de meus Reinos e a petição dos homens de negócios delas**, houve por bem de constituir o ofício de Correio-mor do mar, ao mesmo de Correio-mor da terra pelas conveniências que têm uns com os outros, como largamente se continham na carta que dele mandei passar a Luiz Gomes da Matta Correio-mor deste Reino (...). (Regimento do Correio-mor das cartas do mar, 1657 *apud* Barata, 1963, p. 137. Grifo nosso.).

No trecho acima, fica evidente que as matérias política e econômica — levada ao rei pelos “homens de negócios” por meio de petição — eram uma preocupação das partes, que vislumbravam no Correio uma ferramenta importante para seus interesses na promoção e impulsionamento das atividades comerciais no âmbito do Império. Promover a regularidade das comunicações entre as conquistas era também uma forma de manutenção dos laços de sujeição entre o monarca e seus súditos, que se constituíam enquanto instrumento fundamental de governabilidade da coroa.

A existência de uma cadeia de negócios que percorria as várias partes do Império vem sendo esmiuçada por estudos que se debruçam sobre as formas de acumulação de riqueza no ultramar, por negociantes que percorriam e ligavam as conquistas pelas rotas de comércio estabelecidas ao longo de suas atividades nos mais variados setores da economia da época. Os funcionários, em grande medida parte da nobreza prestadora de serviços ao rei, estabeleciam atividades econômicas, sendo possível verificar trajetórias de sujeitos que tiveram negócios estabelecidos no Brasil e também nas conquistas da África e Ásia de forma concomitante. Isso demonstra a existência de conexões mercantis, em diversos escalões, entre as diversas regiões. Muitas dessas pessoas estavam inseridas em funções administrativas. Estes participavam e reproduziam redes de clientela, que possibilitaram instrumentos de coesão e governabilidade ao Império Ultramarino português — a partir da economia do bem comum, que operava enquanto forma de reforçar os laços de vassalagem e pertencimento dos súditos, por meio da retribuição (através da concessão de mercês e privilégios) por serviços prestados ao monarca —, fenômeno esse que foi bastante incentivado pela Antigo Regime português. (Bicalho; Fragoso; Gouvêa, 2000).

O estabelecimento do correio-mor do mar significou uma solução inédita, com vistas de estabelecer comunicações regulares entre a coroa e seus domínios ultramarinos, onde buscou-se dar conta da promoção e dinamização não apenas das rotinas administrativas, mas também da vida social dos agentes inseridos nas dinâmicas políticas e econômicas. A medida sinaliza o papel que a conquista da América passava adquirir no âmbito do Império Ultramarino português, ao emergir enquanto um dos domínios mais importantes do mesmo.

Desde 1606, o correio-mor do Reino era propriedade da família Mata, que comprou o serviço vendido pela coroa por 70 mil cruzados, o que culminou no estabelecimento de uma dinastia postal que perdurou por quase dois séculos em Portugal. A partir da lógica dominial e patrimonial, os serviços postais se desenvolveram e transformaram as comunicações, sendo peça fundamental para lograr coesão ao suprimir os localismos existentes no território metropolitano (Salvino, 2018). Contudo, sua atuação, conforme previsto no momento da venda, não abrangia as conquistas, que permaneciam sendo geridas pela autoridade do monarca. Segundo argumenta o historiador Romulo Valle Salvino (2018), essa seria a principal razão para o desenvolvimento retardado das comunicações postais pelas zonas interioranas do Brasil, pois não era de interesse da coroa que os direitos da família Mata sobre as mesmas se estendessem à conquista americana.

As primeiras manifestações da Coroa acerca do estabelecimento de comunicações regulares no interior do Brasil ocorreram pouco antes da confirmação da nomeação dos assistentes designados para as conquistas, por conta de uma solicitação de mercê apresentada ao Conselho Ultramarino pelo bandeirante Agostinho Barbalho Bezerra em 1662, na qual o mesmo pleiteou, entre outras recompensas, o ofício de correio-mor de mar e terra do estado do Brasil. Bezerra justificou seu requerimento de mercê ao enumerar os diversos serviços prestados por sua família na conquista americana e recebeu parecer favorável do Conselho, que, contudo, não teve confirmação do monarca em um primeiro momento.

A ideia do requerente era de estabelecer comunicações postais internas entre as capitâneas, por mar e terra, o que seria feito a partir de capital próprio, sem auxílio da Coroa na empreitada. O bandeirante recorreu da decisão, que acabou sendo reconsiderada pelo rei, tendo em vista os benefícios que a medida traria sem que a monarquia precisasse despender recursos. Contudo, Luís Gomes da Mata, correio-mor do Reino, embargou a carta régia com uma ação judicial, onde atestava que a compra do ofício de correio-mor do Reino e a confirmação da expansão do mesmo em 1657, com a instituição do correio-mor de mar, lhe dava direito também sobre as comunicações nas conquistas. Ao que tudo indica, nas disputas pelo ofício, não estava claro até onde se estendiam as jurisdições de cada um deles — sendo está uma questão que



gerou diferentes interpretações entre os magistrados portugueses. Bezerra acabou por não recorrer novamente da decisão, pois morreu em 1667, na capitania do Espírito Santo, enquanto chefiava uma bandeira de sua organização pela região, o que colocou fim nas disputas jurídicas travadas entre as partes (Machado, 2008).

A questão das comunicações interioranas do Brasil via Correio viria à tona novamente apenas na centúria seguinte, com a emergência econômica da região das minas no século XVIII, sendo a ação promovida pelo assistente do correio-mor do mar do Rio de Janeiro. Este observou a necessidade do estabelecimento de comunicações postais de forma regular entre as regiões que, àquela altura, já constituíam estreitas relações econômicas — sendo os giros comerciais a principal forma existente naquele período para a comunicação entre as regiões e que coexistiu, ao longo do século seguinte, com os canais formais de comunicação. Foi proposta então a criação de uma linha postal entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que seria instituída com o apoio de elites locais, sobretudo da região das minas.

Em 1710, Dona Isabel de Calfaro, mãe do então correio-mor Luís Vitorio de Souza Coutinho da Mata, que à época não havia ainda atingido a maioridade, solicitou, enquanto tutora do filho, que a área de atuação do correio assistente do Rio de Janeiro passasse a abranger também a região das minas. Foi nomeado para tal empreitada Antônio Alves da Costa, que seria o responsável por organizar o fluxo de comunicações entre as áreas. Sua nomeação ocorreu logo após a Guerra dos Emboabas (1707-1709), que culminou na reordenação geográfica e política da região sudeste, com a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, estabelecida em 1711, que fora separada da capitania do Rio de Janeiro.

Em meio a um contexto de rearranjo social e administrativo, com o estabelecimento das primeiras vilas na região das minas e, conseqüentemente das Câmaras nas quais atuavam agentes históricos estabelecidos nas localidades, os correios passaram a assumir um papel importante nas comunicações com o litoral e, por extensão, com Lisboa. Isso significou um ponto de inflexão, pois fornecia uma alternativa regularizada de trocas de correspondências de forma periódica e contornava, de certa forma, os riscos e imprecisões do vai e vem das comunicações por meio dos giros comerciais. As duas formas coexistiram e cada qual proporcionou ganhos e perdas aos sujeitos inseridos naquele contexto, sendo foco de disputas de interesses entre as elites locais (Salvino, 2015).

Diferente dos assistentes do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, recebidos com contestações pelas Câmaras das respectivas localidades, nas Minas a novidade foi bem recebida. Isso possivelmente ocorreu por conta da formação social da região, constituída por uma variedade de componentes sociais. Advindos de diversas localidades do Império Ultramarino

Português, tais formantes se instalaram na região em busca de êxitos rápidos na mineração, mas também no aparelho que se estruturou em torno de tal atividade (como, por exemplo, o sistema de abastecimento de gêneros de primeira necessidade). O objetivo desses atores históricos era contornar as poucas possibilidades de aquisição de prestígio e/ou enriquecimento nos locais que ocupavam anteriormente (Souza, 2006).

Esse extrato social, que passava a compor a região no início do século XVII, em sua maioria mantinha relações com várias praças comerciais em localidades diversas — as de origem, mas também por outras pelas quais circularam antes de se introduzirem na região das minas de ouro. Apesar disso, careciam de mecanismos para efetivação de comunicações escritas, de forma regular, que necessitavam estabelecer para a manutenção de interesses econômicos diversos em outros territórios da conquista, mas também dos negócios que passavam a instalar em Minas. A acentuada mobilidade social, empreendida no âmbito do Império pelos mais diversos atores sociais, com objetivos políticos e/ou econômicos diversos, possibilitava a promoção das comunicações entre Brasil, Portugal e outros territórios diversos, que “consubstanciavam-se em fluxos de mercadorias, capitais e informação que obrigavam ao estabelecimento de uma relação entre, no mínimo, dois atores (principal e agente)” (Costa, 2014, p. 96-97). Portanto, se constituía enquanto algo indispensável para o bom desempenho de diversas atividades que um agente se fizesse representar por terceiros, o que demandava o estabelecimento de comunicações por canais confiáveis e ágeis, em um mundo onde a distância era um fator importante a ser constantemente superado (Costa, 2014).

Ao longo da década de 1710, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada a partir da compra da anterior capitania de São Vicente, começava a experimentar uma dinâmica organizacional própria em decorrência de sua inserção no sistema atlântico português após o fim dos conflitos ocorridos nos anos anteriores. O conflito entre paulistas e emboabas culminou com a consolidação da influência de cariocas e baianos na área mineradora. Com isso, a capitania do Rio de Janeiro passou, cada vez mais, a intensificar seu domínio e se utilizou, para tal, de sua privilegiada localização geográfica, ao concretizar sua influência por meio da consolidação do Caminho Novo enquanto principal rota ao longo das primeiras décadas do setecentos. Tal ocorrência impulsionou as relações (sobretudo econômicas) entre as regiões, pois a nova rota possibilitou, ao longo daquele século, uma alternativa mais eficiente que a antiga rota, o Caminho Velho, que atingia a região das minas através de Paraty (Sampaio, 2003). O Rio passou, assim, a se consolidar como principal centro abastecedor das áreas de mineração, por sua posição de principal ponto de entrada e saída para estabelecimento de trocas comerciais,

mas também por se constituir, por extensão, em localidade central através da qual a nova capitania passou a se conectar com Lisboa e outras conquistas do Império pelo espaço Atlântico.

Mesmo com ordens expressas da Coroa, Antônio Alves da Costa enfrentou grandes dificuldades para tomar posse do cargo de correio assistente no Rio de Janeiro no ano de 1712. As adversidades foram impostas principalmente por figuras importantes na Câmara da localidade, que buscaram contestar a posse por via judicial. Com o apoio de setenta e oito cidadãos, entre mercadores e religiosos, Alves da Costa apresentou testemunho junto ao juiz de fora e solicitou que as ordens de Sua Majestade fossem prontamente cumpridas pelas autoridades camarárias. Os argumentos utilizados pelos signatários foram os da utilidade que o serviço representava ao bem comum e a necessidade da existência de um canal de comunicação seguro — que pusesse em vigor as tarifas, itinerários e prazos para emissão e recepção de correspondências, que não estavam em bom estado de funcionamento naquele momento (Salvino, 2018).

As disputas entre os atores da Câmara do Rio de Janeiro e os mercadores e religiosos que se uniram a Alves da Costa demonstram como os sistemas postais foram alvo de conflitos de interesses ao longo de sua trajetória. Se por um lado os Correios eram elemento essencial para a vida cotidiana de certos segmentos da sociedade, que atuaram em defesa de sua implantação, por outro o estabelecimento de um serviço empregado por meio do exercício de um monopólio formal das comunicações provocava reações políticas e econômicas em outras parcelas das elites locais, que buscaram estratégias para a defesa dos seus interesses próprios na matéria em questão:

Os serviços de comunicação à distância constituem um típico exemplo de mercado que, por natureza, ultrapassa os limites comunais mais estreitos. Por isso, a consolidação dos serviços de correio público tendeu a uma organização cada vez mais verticalizada. Ao regulamentar o serviço e nomear seus agentes, ao fixar preços, obrigações e privilégios que interferiam nas práticas locais, o poder central, aqui representado pela Coroa e pelo correio-mor, entrava em uma área tradicionalmente reservada às decisões da câmara, a da economia. À medida que a casa régia era expandida, era preciso haver negociações com as outras casas. Era de se esperar que as concessões de ofícios e privilégios pela administração central, ou a criação de contratos monopolísticos, ao interferir nos mercados locais, acabassem por se transformar em fonte de insatisfações e conflitos com as populações desses lugares. Em ocasiões como essas, até mesmo o entendimento do que era o bem público podia ser colocado em questão, tendo em vista que o conteúdo prático desse conceito não era uma coisa dada, mas algo construído politicamente, em uma arena em que se encontravam interesses externos e locais e em que, mesmo esses últimos, refletiam divergências e composições dos diferentes grupos (Salvino, 2018, p. 206).

Nesse sentido, é possível entender alguns dos motivos pelos quais os sistemas postais foram instaurados no Brasil de forma morosa, tardia e até mesmo desigual de uma região para outra. As decisões emanadas pela Coroa não eram suficientes, na maioria dos casos, sobretudo em matéria econômica, para a concretização da questão na prática, pois havia a necessidade de que essa autoridade fosse negociada, de forma constante, junto aos atores das elites locais atuantes nas Câmaras e com outros poderes nas esferas de atuação da monarquia corporativa portuguesa (Hespanha, 2001). Diferente dos assistentes designados para Salvador, Recife e Rio de Janeiro até então — que se viram delegados a um papel de mediadores das trocas de correspondências, ao remeter ao destino e recebê-las em seus locais de atuação —, Alves da Costa buscou assumir um papel diferente de seus congêneres, ao estabelecer diálogos com as Câmaras mineiras para consecução de seus interesses e dos setores da elite que o apoiaram em tal empreitada.

Em 1712, o assistente enviou representantes para negociar as condições da implantação das linhas de correio com três Câmaras. Ao longo daquele ano, aderiram aos serviços de Antônio Alves as localidades de Vila Rica, Vila do Carmo e Sabará, com condições especificamente negociadas com cada um dos respectivos poderes locais e, conseqüentemente, com as elites inseridas em cada uma delas. Ainda segundo sugere o historiador Rômulo Salvino (2018), em pesquisa que detalha de forma minuciosa o funcionamento das linhas postais no período, a hipótese é de que a opção feita de oferecer os serviços para essas três vilas em específico esteja inserida nas políticas da Coroa para o ordenamento do espaço, ocorrido na região sudeste após a separação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro da capitania do Rio de Janeiro. As povoações se localizavam nos principais pontos de acesso às regiões mineradoras, as duas primeiras na comarca do Ouro Preto e a última na comarca do Rio das Velhas. Dessa forma, buscou-se o estabelecimento da integração da região, agora separada do ponto de vista administrativo em duas capitanias, por intermédio do Caminho Novo, que passou a vigorar como principal acesso da região das minas com o litoral, e vice-versa, e por extensão com as outras capitanias, com Lisboa e demais conquistas do Império.

Ao longo de sua atuação, entre 1712 e 1715, Alves da Costa estabeleceu junto aos referidos locais as rotinas próprias para ordenação da operação, como os preços, frequência dos giros, prazos para sua concretização e as obrigações dos empregados referente à segurança das correspondências remetidas por meio do serviço. Além de se conectar com o Rio de Janeiro, que era finalidade principal dessas linhas postais, previa-se também a possibilidade de comunicações com outros pontos da região das minas, como, por exemplo, localidades na comarca do Rio das Mortes, que não contava com os serviços do assistente, pela inexistência

de vilas na região. Uma novidade, que possivelmente foi atrativa para a adesão das Câmaras aos correios, foi a solução negociada pela inexistência do monopólio do correio-mor sobre as cartas em Vila do Carmo e Sabará, o que abria a possibilidade para a coexistência de meios de remissão de correspondência por canais não oficiais concorrentes — por meio de mercadores ou viajantes de ocasião —, de forma que os usuários pudessem usufruir de condições mais flexíveis, diferentes das que estiveram em vigor no território do reino e as relativas às cartas transportadas pelo mar (Salvino, 2015).

Os acordos com as vilas estabeleciam que em cada uma delas haveria casas específicas para o depósito das cartas, onde estariam disponíveis sacos para reunião das mesmas. As partidas dos mensageiros ocorriam semanalmente, com previsão de quinze dias para completar o percurso de Vila Rica até o Rio de Janeiro, o que sugere a existência de dois grupos de transportadores que transitavam, em idas e vindas, do interior ao litoral, armados para garantia da segurança das remessas ao longo do periculoso trajeto. Vila Rica era o centro de recepção das correspondências vindas de Vila do Carmo — por um caminho adjacente —, e Sabará, que, depois de reunidas na vila, partiam em direção ao litoral pelo Caminho Novo, que vigorava enquanto linha postal principal.

A cobrança das tarifas pelas correspondências era realizada nos locais de destino quando este era localizado dentro da região das minas, para remetê-las ao litoral o acordo previa que o pagamento fosse realizado no local de origem. Os preços eram baseados no tamanho das especificações das remessas, distinguidas entre cartas singelas ou maços, e na distância que seria percorrida pelos mensageiros. À Câmara de Vila Rica foi concedida isenção tarifária para remissão de correspondências oficiais, o que se constituiu enquanto mais um fator inédito na implantação de linhas postais das minas, pois que em nenhuma localidade dos domínios do Império até então, nem mesmo na metrópole, esta possibilidade esteve em vigor. Um ponto de destaque estava no acordo entre Alves da Costa e a Vila do Carmo para que o correio também transportasse remessas de ouro, o que possivelmente se constituiu enquanto um fator facilitador, sobretudo para os comerciantes da região que necessitavam realizar os pagamentos pelas mercadorias através de ouro em pó, por conta da baixa monetização da economia na região (Salvino, 2018).

Em uma capitania onde o povoamento era ainda baixo no início do XVIII, o que refletia diretamente em uma procura menor pelos serviços dos correios, as dificuldades para a manutenção dos serviços eram grandes — soma-se a isso, ainda, a ausência de monopólio acordado com as Câmaras, que permitia a permanência de outras possibilidades de transporte de correspondências. É possível que a diversificação das atividades fosse uma alternativa

importante para o aumento das arrecadações do assistente do correio-mor, que, ao transportar valores em ouro, passava a atender os anseios de setores importantes economicamente que o apoiava.

Figura 1 – Mapa dos principais caminhos para as Minas no início do século XVIII



Fonte: SALVINO, Romulo Valle. Guerras de papel: disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650–c. 1750). Brasília: UnB (Tese de Doutorado), 2018, p. 227.

As tarifas praticadas para a condução das remessas eram bastante onerosas, de forma que o preço para se remeter uma correspondência singela, entre duas localidades no interior de Minas Gerais, pudesse chegar a ser 9 vezes maior que o estipulado como tarifa básica para uma carta circular dentro território do Reino (20 réis). As cartas singelas vindas por mar, para chegar até Sabará, vila com maior distância do Rio de Janeiro dentre as três mencionadas, por exemplo, podia chegar a ser 28 vezes maior que essa mesma tarifa básica. Os preços eram também uma forma de contornar a baixa procura pelos serviços, além de levar em conta todas as questões que envolviam as viagens por terra pelo Caminho Novo, como percalços naturais da travessia, os perigos encontrados ao longo do trajeto, as poucas opções de locais de pouso e as dificuldades de se encontrar as provisões necessárias para abastecer os mensageiros ao longo de uma rota que tinha ainda pouco tempo de existência (Salvino, 2018).

O serviço estruturado pro Alves da Costa junto às Câmaras da região das minas funcionou por três anos, tendo sido interrompido em 1715 pelo então governador do Rio de Janeiro, Francisco Xavier de Távora, que determinou que todas as correspondências vindas da região fossem entregues diretamente em seu palácio, sem alegar qualquer motivo que o tenha levado a tomar tal decisão. O assistente só viria a tomar providências para voltar a exercer o ofício uma década depois, quando em 1725, apresentou petições junto governador Aires de Saldanha de Albuquerque, que alegou não poder interceder na matéria e indicou que a mesma deveria ser remetida, por meio de requerimento, ao soberano.

Uma hipótese provável seria de que as relações conturbadas entre os membros dos poderes locais da capitania do Rio de Janeiro teriam influenciado na questão, já que Antônio Alves encontrara, desde o início de suas atividades no ofício, certa resistência de alguns setores locais, vistos, sobretudo, na tentativa da Câmara do Rio em colocar entraves em sua posse em 1712, mesmo tendo um ato régio a seu favor. Em 1730, uma ordem régia emitida, que atendia recomendação do Conselho Ultramarino, determinou a proibição do estabelecimento de carreiras regulares de correios pelo interior do Brasil, o que limitou a atuação dos assistentes de correio-mor do mar apenas às correspondências circulantes entre os portos pelo Atlântico. Apesar de aparentemente a decisão não ter relação com o requerimento de Alves da Costa, isso acabou dando fim aos interesses do mesmo em retornar ao exercício do ofício (Salvino, 2018).

Após a limitação do ofício, a circulação de cartas pelo interior do território do Brasil continuava a ocorrer, para uma grande parcela da população da capitania de Minas Gerais, por meios improvisados ou por tarefas cotidianas e giros comerciais entre as áreas. Os viajantes de ocasião, mercadores e tropeiros perdurariam enquanto os meios de remissão de correspondências e outras cargas, que aliás, certamente, mesmo com o estabelecimento das linhas postais do assistente, nunca foram abandonadas de todo, de modo que esse possa até mesmo ser um dos motivos pelo qual Antônio Alves não conseguira mobilizar apoio de forma mais incisiva para voltar a exercer suas atividades pelo interior. Um exemplo de forma alternativa de envio de correspondências foi o dos contratadores dos diamantes, que eram obrigados a manter três estadias periódicas com a incumbência de realizar o percurso Tijuco, Vila Rica e Rio de Janeiro. Após a substituição desses pelo regime da real extração em 1771, os mensageiros passaram a exercer a função de forma ocasional, quando eram necessários, e não podiam ser parados nem mesmo por ordem do governador (Rizzini, 1988).

Para as autoridades, a alternativa encontrada foi a da utilização de mensageiros — regulares ou extraordinários, a depender da situação —, o que geralmente acarretava em custos variáveis despendidos pelos próprios poderes locais, que necessitavam da comunicação para a

continuidade das atividades administrativas cotidianas, fundamentais para governabilidade de um Império no qual a circulação de papéis era essencial. O provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, em 1737, reportou ao rei Dom João V a ordem que recebeu do governador para pagamento da quantia de 240 réis diários pelos serviços de Manuel de Melo Góis e Miguel Pereira, responsáveis pela troca de correspondências oficiais entre as capitanias do Rio e Minas, onde estava previsto que mensageiros, oriundos cada qual de uma das localidades, se encontrariam na Serra do Mar para realizar a troca dos papéis das referidas administrações (Salvino, 2018).

Carlos Rizzini (1988), por sua vez, aponta a ação do governador da capitania de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, que em 1784 discutiu com o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa sobre a viabilidade de se instituir um correio regular, com previsão de criação de casas em Vila Rica e cabeças das comarcas, para dinamizar as trocas de correspondências com o Rio de Janeiro, plano esse que não foi levado adiante em vista do impedimento da criação de linhas postais pelo interior da conquista, mas que indica que possivelmente existiam mensageiros que transitavam entre as regiões com giros imprecisos, em decorrência da ausência de regulamentação específica.

## 1.2.A DESPATRIMONIALIZAÇÃO DO OFÍCIO E O ALVARÁ DE 1798

Ao longo do setecentos, o Império Ultramarino português passou a promover, de forma cada mais incisiva, uma série de mudanças administrativas que visavam a paulatina centralização do poder e racionalização das relações entre o rei e seus súditos nas diferentes partes que compunham seus vastos domínios. Até pelo menos 1750 a Coroa buscou reforçar sua imagem dinástica de forma cautelosa, em um processo pouco linear e sem promoção de grandes alardes, de forma a respeitar a autonomia dos corpos sociais e a estabelecida teia de privilégios que compunham uma sociedade caracterizada por uma profunda hierarquização. Dali em diante, no entanto, os esforços passariam ser cada vez mais visíveis, o que resultou em políticas que visavam alterações profundas e concretas nas diferentes frentes de atuação da monarquia. A partir da atuação do ministério do Marquês de Pombal, durante o reinado de dom José I, passou-se “a admitir abertamente que o rei tinha direito a apoderar-se de mais poder e a alargar o seu espaço jurisdicional à custa dos poderes concorrentes” (Cardim, 1998, p. 142).

Assim sendo, medidas que vinham sendo implementadas de forma vagarosa nos séculos anteriores, começaram a ganhar vigor naquele período. O objetivo era reduzir e limitar o número de participantes nos processos de tomada de decisão no âmbito do Império ao tomar



para os órgãos centrais da monarquia as funções politicamente mais sensíveis e estratégicas, de forma a agilizar tais processos decisórios, o que causou impactos em certos poderes. A Coroa buscou transformar o oficialato em um corpo político mais próximo dos seus interesses ao limitar a patrimonialização dos ofícios. Chegou até mesmo a tomar medidas no sentido de despatrimonialização dos mesmos, onde procurou dissociar oficiais de seus ofícios, de modo a tomar para si as funções específicas destes, em um processo que, ao tocar em interesses de outros corpos sociais, se estendeu e foi concluído no fim do século XVIII (Cardim, 1998). Um dos ofícios em que o rei buscou reassumir domínio foi o dos correios, considerado estratégico, mas que não havia ainda atingido suas potencialidades ao não atender, de forma decisiva, os interesses da monarquia em relação a governabilidade do Império, sobretudo nos territórios das conquistas, onde os serviços postais praticamente inexistiam.

Tal medida se inseriu nos interesses monárquicos em reforçar sua atuação nas conquistas. Isso se manifestou na estratégia de territorialização do poder régio, que buscou remodelar as atividades administrativas com base no conhecimento mais aprofundado acerca dos domínios territoriais e da população inserida nos mesmos, com a finalidade de atingir maior eficácia e rapidez na gestão dos interesses econômicos e políticos da Coroa, o que melhoraria a dinâmica entre o centro e as periferias. Segundo aponta o historiador Pedro Cardim (1998, p. 138):

No final do século XVIII, esta maior implantação territorial do poder régio coincidiu com o alargamento da competência governativa da Coroa, a qual procurou estender sua ação até áreas que desde há muito estavam confiadas aos corpos sociais. De fato, depois dos longos séculos em que a intervenção do rei praticamente se cingiu a decisões circunstanciais e sem grande impacto no conjunto do, aos poucos começaram a surgir iniciativas de fomento econômico, de desenvolvimento manufatureiro, de promoção de algumas culturas agrícolas e, ainda, de proteção de bens manufaturados portugueses, ao mesmo tempo que se assistiu ao moroso desmontar das armaduras corporativas e dos mecanismos de autogoverno em que se assentava, desde tempos ancestrais, a vida econômica das comunidades.

Em vista disso, em 1796, o ofício de Correio-mor do Reino e das Cartas de Mar foi extinto pelo monarca, o que findou a dinastia postal da família Gomes da Mata, que deteve posse do mesmo por quase dois séculos. Tal acontecimento deu início a uma profunda reestruturação dos serviços postais em Portugal e nas conquistas ultramarinas — sobretudo na América portuguesa, que passava a ser vista como domínio com maiores potencialidades econômicas pela Coroa —, a qual visou impulsionar a territorialização do poder político, ao proporcionar maior agilidade governamental, e os interesses comerciais, com a promoção de

circulação das correspondências particulares entre as praças do Império. Ademais, a intenção de extrair rendas em benefício do Erário Régio também seria um dos principais fatores que motivaram as reformas projetadas para os correios portugueses, pelo então Ministro da Marinha e Ultramar naquele momento, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho — que teve sua atuação marcada por reformas fiscais e implementação de novos tributos —, pois a taxaço das correspondências remetidas por particulares era vista como uma nova fonte de receita para um Império economicamente fragilizado.

O Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798 foi um marco regulatório dos serviços postais portugueses — por meio do qual foi instituído o Correio Marítimo e propostas as diretrizes que orientariam seu funcionamento —, este foi responsável por criar a rede de linhas postais do reino em conexão com os territórios ultramarinos. Desde 1796, Sousa Coutinho buscou articular com os governadores das capitanias acerca da viabilidade de cada uma delas em colocar os serviços em funcionamento e as formas pelas quais isso poderia ser feito concretamente. As discussões e sugestões dos governadores foram incorporadas pelo ministro ao regulamento, tendo em vista que o conhecimento dos mesmos sobre o território era de fundamental importância para a criação de um serviço funcional, que atendesse os anseios das partes envolvidas (Guapindaia, 2017).

O documento previa que a repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos ficaria com o encargo de aprontar as embarcações dos correios marítimos e ainda a obrigação desta, junto com a Fazenda, de estabelecer os correios interiores do Brasil, “para a mais útil comunicação de todas aquelas Capitanias, de que tão grande benefício há de resultar às Praças de Comércio de todos os Meus Domínios” (Portugal, 1828, p. 479). O objetivo da Coroa era o de enviar, bimestralmente, dois pacotes em direção aos portos do norte e do sul, responsáveis pela promoção de giros postais do reino com a América portuguesa pelo Atlântico. Um deles saindo de Lisboa em direção ao porto de Açú, no interior do Rio Grande do Norte, com trajeto pelo Rio Piranhas, local previsto como seu primeiro ponto de parada, onde seriam entregues e recolhidas as correspondências das capitanias do Pernambuco, Paraíba, Parnaíba, Maranhão, Piauí e Pará, que teriam suas cartas transportadas por linhas terrestres que ligariam estes pontos a Açú. Previa-se ainda uma parada de quinze dias em Salinas para manutenção do pacote. O segundo faria a rota do reino até a Bahia, depois seguindo em direção ao Rio de Janeiro, onde aportaria por quinze dias para realização de reparos na embarcação e de lá faria seu regresso a Portugal. Em casos especiais estava previsto que o pacote pudesse retornar ao porto da primeira capitania com respostas das correspondências enviadas ao Rio.

A principal questão presente no alvará residia no estabelecimento dos correios de interior, até então, como já enfatizamos, inexistente. No sul, o vice-rei ficou incumbido da criação, a partir do Rio de Janeiro, e em acordo com outros governadores, das rotas postais por terra com as capitanias de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande. Já no norte estava previsto, além das rotas que interligariam aquelas capitanias a Açú, a criação de ligações de interior com localidades a oeste e sul, a partir do Pará, onde, ao governador daquela capitania, foi dada a tarefa de criar comunicações com o Rio Negro, Mato Grosso, com previsão de que a rota pudesse se estender até Goiás. A articulação de toda a estrutura postal de interior, por si só, significava um empreendimento bastante trabalhoso e custoso, além disso estava estipulado que os governadores e as Juntas de Fazenda de cada capitania tinham ainda a incumbência de sincronizar os serviços, de forma que as correspondências devessem chegar aos portos “em épocas que confirmam com a chegada e partida dos paquetes, que se expendem da Europa e que a ela voltam” (Portugal, 1828, p. 480).

Uma preocupação evidenciada no texto do documento consistia na questão do monopólio dos correios ultramarinos no transporte das correspondências, o que era tratado como assunto a ser enfrentado pelas autoridades portuguesas, sobretudo por conta dos prejuízos que poderia acarretar ao funcionamento do sistema de paquetes e, conseqüentemente, ao Erário Régio. Determinou-se, portanto, que os navios mercantes e de guerra fossem proibidos de aceitar cartas, mas autorizava, contudo, que estes pudessem conduzir as malas dos correios, “para que se facilite ao Público mais este meio de comunicação” (Portugal, 1828, p. 480), mediante pagamento das mesmas taxas as quais as correspondências enviadas pelos paquetes da Coroa estavam sujeitas. Detalhou-se até mesmo o procedimento que se deveria adotar na situação:

X. Todo o Capitão ou Mestre de qualquer Navio Mercante, quinze dias antes da sua partida, o fará saber ao Correio da Terra, o qual comunicando logo esta notícia ao Público, terá pronta a Mala no dia apazado, que será entregue ao mencionado Capitão, que passará dois Recibos, ou Conhecimentos, um dos quais ficará em poder do Correio, e outro será enviado pela mesma Embarcação, com sobrescrito ao Correio respectivo.

XI. Logo que o Navio tiver chegado ao Porto a que for destinado, e se tiver feito a competente visita, o Capitão, ou Mestre mandará entregar a Mala do Correio, e cobrará Recibo da entrega para sua descarga. Todo o Capitão, ou Mestre, que partir sem levar a Mala do Correio, ou que se encarregar de levar Cartas fora da dita Mala, será castigado com penas que deixo reservadas ao Meu Real Arbítrio. Na mesma pena incorrerá toda a pessoa que conduzir Cartas de um para outro Continente, com exceção somente de Cartas de recomendação, que por este motivo deverão levar abertas (Portugal, 1828, p. 480).

As medidas projetadas pela Coroa para a regulação dos correios evidenciam a constante preocupação com a questão fiscal. Ao autorizar a condução de malas por meio dos navios mercantes e de guerra — meios, naquele momento, tradicionalmente utilizados para remissão de correspondências e que continuariam a concorrer de forma vantajosa com os pacotes —, buscava-se mitigar os danos que possíveis contrabandos em um sistema de monopólio completo da estrutura postal poderia acarretar aos cofres do Império. Absorver os meios existentes de comunicação e promover a fiscalização das correspondências era uma medida de caráter mais brando que a sua proibição por completo, além de fornecer ao público um canal mais seguro e regulamentado para remeter suas correspondências. Também era preciso promover a consolidação do sistema de postas entre os usuários, o que se constituía enquanto parte importante do processo fiscal, pois nas formas utilizadas até então, estes, em muitos casos, não necessitavam pagar taxas para envio de cartas.

Os preços fixados para a remissão de correspondências pelo Atlântico, tanto a partir de Lisboa quanto dos portos da América portuguesa, eram calculados com base no peso dos maços de cartas. No alvará previa-se três taxas básicas para as cobranças de porte a serem realizadas pelos encarregados dos estabelecimentos nos locais de destino das remessas (TABELA 1). Já em relação aos preços das missivas que circulavam pelo interior do território do Brasil, ficava previsto que as Juntas de Fazenda, com fiscalização da Real Fazenda, fossem as responsáveis pelo estabelecimento dos portes. Estas prestariam conta dos rendimentos e despesas anuais dos correios, de cada capitania, à Secretaria de Estado da Marinha e ao Erário Régio.

Tabela 1 – Preço dos portes pagos no porto de Lisboa e nos do Brasil

Peso (oitavas)	Valor (réis)
Até 4	\$80
De 4 a 6	\$120
De 6 a 8	\$160
Mais de 1 onça (8 oitavas)	\$160 (por onça)

Fonte: Elaboração do autor a partir do Alvará de 20 de janeiro de 1798 (Portugal, 1828, p. 479-482).

Em busca de alternativas que pudessem tornar o sistema postal mais rentável ao Erário Régio, foi autorizado que os pacotes pudessem transportar encomendas e produtos. Para o desempenho da atividade estes estavam sujeitos aos regulamentos e despachos das alfândegas, da mesma forma que os navios mercantes. Os fretes praticados pelo serviço eram regulados

pela Administração do Correio Geral de Lisboa e anunciados no início de cada ano. Os governadores foram ainda instruídos a criar um sistema de recovagem pública entre as capitanias de centro e os portos, o que se encaixa em uma medida de estímulo comercial que promoveria a integração das praças de comércio no território do Brasil. Além disso, também era uma outra fonte de receita para a Coroa que cobraria fretes para o transporte de gêneros e outras cargas.

Segundo argumenta Mayra Guapindaia (2019), dom Rodrigo de Sousa Coutinho em suas formulações compreendia os correios como um novo sistema de arrecadação de impostos, que seria autossustentável e ao mesmo tempo lucrativo para os cofres do Império. A partir da arrecadação dos portes seria possível não apenas realizar a manutenção do serviço, mas também reinvestir parte das receitas em outras melhorias necessárias para o desenvolvimento de outros setores da economia. Concomitantemente, os sistemas postais cumpririam um papel de territorialização e integração da América portuguesa, ao proporcionar abertura de estradas e a existência de comunicações regulares entre as partes, o que, por consequência, promoveria uma maior coesão administrativa e a manutenção da unidade política entre o Reino e os domínios ultramarinos. Nesse sentido, o “Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio”, datado de 1º de abril de 1799, documento que retificou disposições do alvará publicado no ano anterior, previa que cartas e papéis que fossem dirigidos assinados pelas autoridades constituídas da Coroa estariam isentos de quaisquer taxas, desde de que não tratassem de interesses particulares.

Os ofícios feitos aos governadores por Sousa Coutinho em 1796, para que fossem enviados os planos de cada capitania acerca do estabelecimento das linhas postais, foram respondidos de forma bastante posterior, a maior parte deles com o Alvará de 1798 já em vigor e o sistema de pacotes em funcionamento. A troca de informações entre a Secretaria da Marinha e Ultramar e os governadores apontam para o fato de que apesar das reformas terem o intuito de centralizar a estrutura de comunicações do Império Ultramarino português nas mãos da Coroa, isto só teria ocorrido no que tange a questão fiscal. Na prática, a implementação e administração ocorreu de forma descentralizada — a partir dos governos das capitanias e das Juntas de Fazenda (presididas pelos governadores) que, com seus conhecimentos sobre o território, em cada uma das regiões, contribuíram para o estabelecimento e funcionamento dos sistemas postais pelo interior da América portuguesa e que estavam subordinados, em última instância apenas, ao Erário Régio (Guapindaia, 2019).

### 1.3. A JUNTA DE FAZENDA DE MINAS GERAIS E AS ROTAS POSTAIS ENTRE O INTERIOR E O LITORAL

O “Termo da Junta de Fazenda a respeito do estabelecimento do Correio”, enviado pelo governador de Minas Gerais, recorte geográfico o qual buscamos dar conta nesta pesquisa, data de 11 de agosto de 1798. É escrito, portanto, dois anos após o ofício enviado por Sousa Coutinho, e detalha os planos do governo de Bernardo José de Lorena e membros da Junta a qual presidia, para a estruturação de um serviço com objetivo de interligar as principais localidades do interior da capitania. Também pormenoriza a criação de ligações exteriores com Goiás de um lado e com o Rio de Janeiro de outro, que combinasse “tão bem o estado da terra e o manejo de suas negociações e ainda o interesse que pudesse resultar para se formar um ramo da Renda Real” (RAPM, 1901, p. 118).

A sede do laboratório principal do correio da capitania era na capital Vila Rica, onde estava previsto, conforme o alvará e instruções legais posteriores, a nomeação de um administrador. Cada cidade ou vila principal deveria ter um administrador ou um correio assistente, nomeados pelo governador e pela Junta de Fazenda, que desempenhariam a função em regime de exclusividade, em subordinação hierárquica a estes poderes locais. Essa medida buscava antever possíveis conflitos de interesse envolvendo funcionários dos correios e a promoção do funcionamento cotidiano regular do estabelecimento. Também estava previsto na legislação dos novos correios que os estabelecimentos ficariam localizados nas residências dos funcionários nomeados para a função, e situados, para facilidade e conhecimento do público, nos centros das respectivas vilas.

No plano estipulado em Minas Gerais ficou determinado que o administrador de Vila Rica receberia o ordenado anual de quatrocentos mil réis (400\$000 rs.), e a designação de um ou mais oficiais subordinados, a depender da demanda local, para auxílio no exercício das funções cotidianas, com ordenados de duzentos mil réis (200\$000 rs.) anuais (RAPM, 1901, p. 119). Foram criadas ainda mais quatro administrações na capitania: uma na Vila de Sabará e outra em Paracatu, ambas na comarca do Rio das Velhas; outra em São João del-Rei, comarca do Rio das Mortes; e a última na comarca do Serro Frio, em Vila do Príncipe. Vilas estas estrategicamente posicionadas nas cabeças de cada uma das comarcas. Os administradores e oficiais nomeados para estas três localidades teriam honorários anuais menores, de trezentos mil réis (300\$000 mil rs.) e cento e cinquenta mil réis (150\$000 rs.) respectivamente, de acordo com a previsão de menor demanda por serviços naquelas regiões.

A distância, prevista pelo termo, para a realização do percurso entre Vila Rica e o Rio de Janeiro era de 80 léguas, com tempo estimado em quinze dias para a concretização do giro entre as duas regiões. Entretanto, em busca de maior efetividade e regularidade das linhas de correios, dividiu-se o trajeto ao meio, e definiu-se o Registro do Caminho Novo, localizado em Matias Barbosa, entrada da capitania de Minas Gerais, como ponto de encontro dos estafetas que ali fariam a troca das respectivas malas endereçadas entre o Vice-reinado e a região das minas de ouro:

Deste modo haverá um Correio para ir de Vila Rica ao Registro do Caminho Novo que fazem quarenta e duas léguas, de onde há de tornar a recolher-se a esta mesma Vila em quinze dias; e o outro com o mesmo interesse do referido Registro à Cidade do Rio de Janeiro, e desta aquele Registro em outros quinze dias com que fica a correspondência da Cidade do Rio de Janeiro a esta Vila Rica pelo Correio em os ditos quinze dias; ou vice-versa (RAPM, 1901, p. 118).

Na direção oposta, o trajeto entre Vila Rica e a capitania de Goiás, estava previsto para ser realizado em percurso dividido, nos moldes do que fora planejado para o Rio de Janeiro. O estafeta saía da capital de Minas Gerais em direção a Sabará, onde naquela administração seriam feitas as trocas das malas, que partiriam uma de volta a Vila Rica, com as correspondências daquela localidade, e outra em direção ao arraial de Paracatu, com escala em Bambuí. A administração de Paracatu seria o ponto de encontro com os condutores de malas de Goiás, que deste arraial levariam as malas endereçadas até seu destino final, a capital Vila Boa. As várias paradas previstas ao longo do trajeto denotam a distância e dificuldades que precisavam ser contornadas ao percorrer aquele caminho, pois o norte de Minas, sobretudo os sertões de Sabará, era uma região “com muitas passagens de rios e estes doentios e por isso de risco” (RAPM, 1901, p. 121). Apenas entre a Vila de Sabará e Paracatu, previa-se que os condutores percorreriam cerca de cento e dezessete léguas ao longo de um total de trinta dias, o que justificava o desvio pela “picada” em direção, antes, a Bambuí.

Apesar de enfatizar a necessidade de uma rota que pudesse conectar Vila Rica à capitania de São Paulo, isso acabou por não se concretizar nos planos do governador e da Junta de Fazenda. Preferiu-se por manter as correspondências em circulação por meio dos giros comerciais existentes entre as regiões, com a alegação de que o estabelecimento de um serviço de postas direto com aquela capitania acarretaria em altos custos para a capitania de Minas Gerais. Ao que tudo indica, governo e Junta de São Paulo não estavam também inclinados a custear um serviço entre as duas capitanias por uma questão de aparente falta de recursos. Nesse sentido, o consenso foi por uma opção que utilizasse dos meios já tradicionalmente existentes.

Possivelmente, no que diz respeito às comunicações oficiais entre esses governos, esta seria efetivada por intermédio do Rio de Janeiro ou, em casos mais urgentes, por mensageiros extraordinários.

O mesmo ficou justificado para as correspondências com Bahia e Pernambuco, que, por conta dos extensos sertões que os separam, não receberam rotas postais diretas com a região das minas, o que se justificava pela inviabilidade acarretado pelos custos a serem despendidos na criação e manutenção das rotas. Ao que tudo indica, a prioridade naquele primeiro momento era a criação de rotas que possibilitassem a conexão das localidades do interior de Minas Gerais com o porto do Rio de Janeiro e, por extensão, com Lisboa. Nesse sentido, é possível perceber como as decisões acerca dos correios foram tomadas com certo grau de autonomia pelos poderes locais das Minas e de outras localidades naquele momento.

O documento, além de especificar as rotas do correio para fora da capitania, também criou linhas postais internas, entre a capital e as principais localidades da capitania. Nesse sentido, instituiu-se rotas entre Vila Rica e as administrações dos correios da Vila de Sabará, São João del-Rei e Vila do Príncipe, o que possibilitou a conexão da sede do governo com as cabeças das três comarcas. A historiadora Mayra Guapindaia (2019) aponta que Minas Gerais, em resposta ao Alvará de 1798, foi, em comparação com outras capitanias, a que mais criou administrações de correios pelo seu território. Tal fato, ainda segundo a autora, encontra resposta no grande contingente populacional da capitania, que representava uma expressiva demanda por meios de comunicação interna e externa. Mesmo com um número diminuto de vilas e cidades, se comparado a outras regiões no início do século XIX, este dado populacional indica que Minas tinha maior tendência à urbanização, o que pode ser corroborado pela variedade de atividades econômicas desenvolvidas na capitania.

Em um primeiro momento, ficou fixado que o porte pago na administração de Vila Rica pelas cartas vindas do Rio de Janeiro e Goiás, e vice-versa, seria de quatro vinténs de ouro, que equivalia a cento e cinquenta réis (\$150 rs.), por quatro oitavas de peso, valor este que podia ser pago em ouro em pó em decorrência da escassez monetária da capitania<sup>1</sup>. Para as medidas consequentes, aplicou-se a proporção atribuída nos parágrafos VI e VII do Alvará de 1798, que versava acerca da cobrança nos portos, conforme especificado anteriormente (TABELA 1).

Contudo, naquele primeiro momento, não ficou estabelecido quais seriam as cobranças dos portes praticados internamente, entre as vilas e a capital das Minas, o que resultou na curiosa

---

<sup>1</sup> O ouro em pó funcionava como meio de pagamento nas transações cotidianas desde 1734, quando foi proibida a circulação de moedas de ouro na capitania de Minas Gerais, enquanto as moedas locais, em cobre e prata, cumpriam a função de moeda de troco, dinâmica esta que vigorou até 1808 (Lima, 2019).



prática de cobrança, nestes casos, dos mesmos portes estabelecidos para as trocas de correspondências com localidades externas. Tal entendimento foi corrigido meses depois, quando foi publicado um novo documento com instruções para as cobranças dos portes internos, da forma abaixo (TABELA 2). Os portes estabelecidos levavam em conta o peso e a distância, respectivamente, do trajeto a ser percorrido pelas remessas, verificados nas administrações e anotados nos sacos a serem encaminhados aos respectivos destinos. É curioso notar que entre Vila Rica e Paracatu não foi aplicada a mesma proporção de distância, no momento da fixação das taxas, estabelecida entre a capital e as outras três administrações. A explicação para isso talvez esteja na esperada escassez de remessas em direção a Paracatu, o que é comprovado pelo diminuto número de funcionários designados para aquele laboratório. Exemplo disso é o acúmulo de funções do administrador, que, além desta função, era incumbido, primeiramente, do cargo de escrivão da intendência comissária, sendo este o único autorizado a conservar mais de uma função enquanto a serviço dos correios.

Tabela 2 – Distância, tempo de giro e valores dos portes nos correios internos de Minas Gerais

Trajeto entre Vila Rica e	Distância prevista	Tempo de ida e volta	Valor (em réis, até 4 oitavas)
Vila de Sabará	14 léguas	8 dias	\$37,5
Vila de São João del-Rei	24 léguas	10 dias	\$37.5
Vila do Príncipe	50 léguas	20 dias	\$75
Vila de Paracatu	117 léguas	38 dias	\$75

Fonte: Elaboração a partir do “Termo da Junta de Fazenda de 1 de julho de 1799”. In. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais 1901, vol. 1, pp. 125-126.

Desde o primeiro momento, foram criados mecanismos para antever possíveis prejuízos fiscais ao sistema postal recém instituído. As correspondências enviadas em direção ao Rio de Janeiro ou Goiás, por exemplo, conforme especificado pelo termo da Junta de Fazenda, só poderia ocorrer por intermédio dos correios, e vice-versa, sendo vedado o envio de cartas por meio de mensageiros particulares ou pelos giros comerciais existentes entre essas localidades. Os métodos não oficiais eram autorizados apenas para envios no interior de Minas Gerais ou para as capitanias com as quais não haviam sido instituídas linhas postais, como os casos de São Paulo, Bahia e Pernambuco, conforme especificado anteriormente. As estratégias esboçadas para contornar o pagamento dos portes possivelmente eram recorrentes, como

demonstra o caso de negociantes da capitania se utilizavam da isenção de taxas concedidas às cartas de recomendação — desde que estas fossem remetidas abertas —, para se comunicar com outros agentes da praça do Rio de Janeiro, e vice-versa, o que certamente foi um dos casos prejudiciais à arrecadação da Junta de Fazenda naquele momento (RAPM, 1901, p. 124-125).

Ao que tudo indica, os primeiros anos de implementação dos correios em Minas Gerais foi tarefa bastante complicada para os poderes locais, que se viram, em pouco tempo, obrigados a readequar algumas normas de funcionamento da operação. A grande preocupação era fiscal, pois os custos fixos despendidos para engendrar o novo sistema de comunicação e colocá-lo em prática cotidianamente, somado ao funcionamento embrionário das rotas postais, que precisavam conquistar a confiança dos usuários, se tornaram um empecilho aos planos das autoridades locais em extrair rendas da cobrança pelo serviço.

O “Regulamento provisional para o Novo Estabelecimento do Correio”, de 1º de abril de 1799, acrescido, de forma posterior, pelo “Aviso de 14 de março de 1801”, estipulava que o expediente do Correio Geral seria dividido em três frentes administrativas responsáveis, respectivamente, pelos Seguros, pelas cartas do Reino, e a última pelas correspondências de Ultramar e Estrangeiras – na qual estariam inseridos os sistemas postais da América portuguesa. Para cada uma delas seria nomeado um administrador, que estaria subordinado, assim como os demais funcionários das administrações, ao diretor do Correio Geral.

Os documentos estabeleciam cinco distâncias básicas e três classes de peso para a taxação das correspondências. Estas eram as bases para o cálculo final, que resultaria no porte das remessas. Foi instituída ainda uma nova classificação para a pesagem das correspondências, as chamadas “cartas singelas”, que compreendia as remessas que não excedessem duas oitavas de peso. Assim, ficou melhor definido os parâmetros utilizados para a cobrança dos portes pelas administrações, conforme abaixo:

Tabela 3 – Preço dos portes das cartas de terra (1801)

Distância (léguas)	Cartas singelas - até 2 oitavas (réis)	1ª classe - de 2 a 4 oitavas (réis)	2ª classe - de 4 a 6 oitavas (réis)	3ª classe - de 6 oitavas a 1 onça (réis)
De 0 a 10	\$20	\$30	\$40	\$50
De 10 a 20	\$25	\$40	\$50	\$60
De 20 a 30	\$30	\$50	\$60	\$70
De 30 a 40	\$35	\$60	\$70	\$80
De 40 a 50	\$40	\$70	\$80	\$80

Fonte: Elaboração a partir do “Aviso de 14 de março de 1801” (Portugal, 1828, p. 683-4).

Desde o regulamento de 1799, isenções eram concedidas a todas as cartas e papéis dirigidos pelas autoridades no exercício de suas funções, e que tivessem por objetivo o serviço público e régio. Estas correspondências deveriam ser assinadas pelo remetente, de forma a identificar que as mesmas eram destinadas para fins da administração monárquica. Posteriormente, no “Aviso de 14 de março de 1801” (1828), ficou determinado que autos, processos, gazetas, jornais, e outros papéis impressos pagariam somente metade da taxa estabelecida como porte, mas sendo, contudo, necessário que fossem remetidos sem capa fechada. Com estas adições ao regulamento dos correios, buscou-se, conforme dito anteriormente, impulsionar a territorialização do poder político e econômico, ao promover os interesses do monarca e de seus súditos nestes âmbitos, por meio da circulação de correspondências pelos novos sistemas postais. Estes canais, regulares e oficiais, por sua vez, proporcionariam ainda a extração de rendas por parte da Coroa, e eram vistos como uma nova fonte de receitas para a arrecadação do Erário. Nesse sentido, além das correspondências escritas, a importância dos sistemas postais na difusão de impressos viria a fortalecer o papel dos correios enquanto vetor de informação, tanto pública quanto particular, sobretudo a partir do início do século XIX.

#### 1.4. A TRANSFERÊNCIA DA CORTE E O COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO

O ritmo das comunicações entre a capitania de Minas Gerais e o Vice-reinado, fortalecidos com a atividade mineradora ao longo de todo o século XVIII, sofreu uma expressiva transformação com os novos rumos, sobretudo políticos, que o Império Ultramarino português tomou no início da nova centúria. No início, o interesse residia em estabelecer conexões do litoral para o interior — com objetivo fortalecer a autoridade da Coroa na região, e fomentar o desenvolvimento da mineração e das atividades que se constituíram em torno da mesma. Contudo, a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro proporcionou uma mudança nos rumos, ao estimular o fluxo econômico entre as duas regiões, o que viria a impactar, de forma favorável, as comunicações já existentes entre estas áreas, que ainda eram realizadas de forma morosa.

A partir de 1808, o Rio de Janeiro passou por profundas transformações, proporcionadas pelo status renovado que a cidade alcançou, como nova sede da Coroa portuguesa, depois do estabelecimento da Corte em suas dependências. No âmbito econômico, isso significou o fim do exclusivo colonial, com o decreto de abertura dos portos às nações

amigas, o que possibilitou a consolidação da cidade como principal entreposto comercial, de importação e exportação, do Brasil, que recebia navios oriundos do Sul, da região do Prata e das conquistas portuguesas na África. No plano político, as dinâmicas de poder local existentes sofreram modificações, pois a partir daquele período o monarca passava a se fazer fisicamente presente na América, junto de todo um aparelho de Estado que foi implantado de maneira concomitante (Lustosa, 2008).

O conseqüente aumento demográfico visto naquele contexto, alterou significativamente o panorama social e cultural do Rio e, gradativamente, também das capitâneas do em torno. A ampliação do trânsito de pessoas, tanto dos súditos vindos de Portugal quanto dos viajantes que atracavam temporariamente nos portos para abastecimento de provisões, introduziu uma demanda por serviços que a cidade não estava preparada estruturalmente para ofertar, mas que aos poucos, a partir de implementação de novas políticas, começaram a ser incorporados na paisagem urbana. Entre as políticas estipuladas por dom João VI naquele contexto estavam inseridas importantes melhorias nas vias de comunicação existentes, que objetivavam a integração territorial das várias partes do Brasil à nova sede da monarquia. Ao longo deste processo de interiorização do poder régio, foram promovidas obras de reforma e construção de estradas, o que impactou, de forma singular, a região Centro-Sul, principal foco de concentração de recursos e esforços por parte da nova Corte instalada, agora, no Rio de Janeiro (Dias, 2005). Nesse sentido, os sistemas postais também adquiriam renovada importância em meio ao afã integrador do período joanino.

A alta demanda por serviços resultou no esgotamento dos recursos disponíveis e na escassez de gêneros de primeira necessidade no mercado carioca, o que provocou recorrentes crises de abastecimento destes gêneros na cidade. Inicialmente, medidas emergenciais foram tomadas, a partir da emissão de ordens régias aos portos e capitâneas próximas, como forma de garantir o abastecimento imediato da localidade ainda no primeiro ano do assentamento do monarca na América. Tais providências, contudo, acabaram não dando conta, por si só, das necessidades da cidade, que continuava a carecer de providências estruturais para estímulo do escoamento da produção do interior. Minas Gerais foi a região que mais se destacou nesse processo, o que proporcionou certo grau de proeminência aos agentes vinculados ao comércio de gêneros de abastecimento, que se viram beneficiados com as políticas de integração promovidas pela nova Corte. O Rio de Janeiro, portanto, passou a se converter em um importante polo de drenagem dos provimentos fornecidos pela capitania.

Minas era estratégica para a solução da crise, pois atuava como importante produtora e exportadora de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos e cereais. Com a

conversão do Rio de Janeiro em importante pólo de drenagem dos provimentos fornecidos pela capitania, era necessário regularizar o escoamento desses produtos, advindos de localidades distantes como o Sul de Minas, principal região produtora de gêneros de subsistência, e o Norte de Minas, sertão de diminuta população no qual destacava-se economicamente a região de Paracatu. Era necessário, portanto, adequar os estímulos às exigências políticas e econômicas do momento, de forma a romper com disposições que foram marca dos séculos anteriores da colonização, a partir do novo eixo de orientação do Império, que buscava enraizamento nos trópicos.

Vigorava desde 1733 (período de consolidação da ocupação das regiões de mineração) uma medida que estabelecia a proibição da abertura de novas estradas na capitania, com vistas a sanar as preocupações das autoridades com possíveis contrabandos de ouro e diamante por rotas não oficiais naquele momento. Essa diligência caiu por terra em 1809, quando foram propostas aberturas de estradas que, em muitos casos, foram aperfeiçoadas a partir de trilhas e atalhos já existentes, utilizados por tropeiros, de forma ilegal, como forma de encurtar o trajeto durante as viagens (Lenharo, 1992). Além do Caminho Novo, consolidado como principal rota ao longo do XVIII em direção a Vila Rica, outros caminhos seriam criados para ampliar as vias de comunicação do litoral com Minas Gerais. Foi o caso da Estrada do Comércio, e suas ramificações na serra, ainda nos limites do Rio de Janeiro — uma em direção à freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença (atual cidade de Valença), que seguia até atingir a porção sul das minas; e outra em sentido leste, que atravessava Fazenda de Ubá e, por fim, atingia o Caminho Novo —, construídas entre 1813-17 pela Junta de Comércio do Rio de Janeiro, que serviu como forma de encurtar pela metade o trajeto realizado por tropas e viajantes do sul de minas, antes feito primeiro em direção a São Paulo, para de lá tomar curso em direção à Corte (Novaes, 2008).

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu tal caminho em direção ao interior no início da década de 1820, registrou em seus relatos uma grande movimentação de “homens, a pé e a cavalo, e negros que conduziam descarregados os cargueiros que pela manhã haviam levado à cidade com provisões”, além de “rebanhos de bois e varas de porcos, tocados por Mineiros” (Saint-Hilaire, 1938, p. 60), dirigidos ao Rio de Janeiro. O viajante menciona ainda as condições enfrentadas durante os deslocamentos, que impactavam de forma prejudicial o ritmo das locomoções à medida que se chegava ao Caminho Novo:

Entre nós um espaço de vinte e uma léguas se transpõe em algumas horas; mas no Brasil, onde se viaja acompanhado de burros carregados, que caminham a

passo, não se pode, como já tive ocasião de dizer, perfazer mais de três, quatro, ou, no máximo, cinco léguas por dia, e, como a estrada de Minas Gerais é muitas vezes bastante difícil, a marcha é, se possível, mais lenta ainda que noutras partes. Depois de chuvas um pouco abundantes, encontram-se, nos lugares baixos, buracos profundos em que as bestas de carga atolam até os joelhos em uma lama pegajosa, de que só se livra com grande esforço. (...) para tornar menos impraticáveis os trechos lamacentos, não conhecem outro processo senão o de atravessa, uns ao lado dos outros, troncos arredondados sobre os quais os burros têm a maior dificuldade em se equilibrar. Quanto ao mais a estrada de Rio de Janeiro a Vila Rica é geralmente assaz larga, e à direita e esquerda se tem o cuidado de cortar as arvores que poderiam impedir a passagem dos raios solares que secam a terra (Saint-Hilaire, 1938, p. 73-74).

A Estrada da Polícia também se insere no contexto de integração regional daquele momento. Sua construção teve início em 1817, conduzida por Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral de Polícia da Corte, e iniciava-se próximo ao Rio Pavuna, passava pela fazenda de José Rodrigues Alves (atual cidade de Vassouras), depois pela freguesia de Valença, até seu destino final, a Vila do Presídio de Rio Preto. Esta foi uma via de considerável importância para a região do Vale do Paraíba e as fazendas cafeeiras do entorno, que se desenvolveram na região na primeira metade do século XIX, como, por exemplo, a de Santa Mônica, próxima ao Rio Paraíba, propriedade do proeminente Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi, figura de destaque na política do Primeiro Reinado (Novaes, 2008). O reverendo Robert Walsh, relata uma intensa movimentação de tropas por esta estrada, na qual se deslocou em 1829, onde eram encontradas várias estalagens e ranchos a cada légua percorrida “sempre cheio de tropeiros e burros e, ao redor, rebanhos de gado negro que seguia do interior para o litoral, seja para consumo da população do Rio, sempre crescente, seja para embarque no porto” (Walsh, 1985, p. 37).

As novas ações promovidas pelo poder central abarcaram também os sistemas postais entre Rio de Janeiro e as capitânicas do interior, principalmente Minas Gerais, que passava a ser vista como entreposto entre o litoral e os rincões do Brasil, como Mato Grosso, Goiás e o Pará. Em 1809 foram publicadas as “Instruções para a Junta de Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio”, que buscaram aprimorar a estrutura postal existente naquela região como forma de promover melhorias no escoamento de correspondências em direção à nova sede do Império. A partir de então, os condutores de malas saídos do Rio de Janeiro seguiam em direção à Vila de Barbacena, onde passou a ser feita a troca das correspondências entre as capitânicas. De lá, uma mala seguia pela nova rota, em direção a São João del-Rei, na Comarca do Rio das Mortes; e outra em direção à Vila Rica, mantendo-se, neste caso, o que já ocorria desde o início

da operação. Estas duas localidades se converteram em pontos centrais para o funcionamento dos correios entre a Corte e a região das minas.

Uma das grandes alterações nos serviços consistiu no desvio, dentro de Minas Gerais, da rota em direção a Goiás. Antes feita por Vila Rica, a partir de então passou a ser feita por São João del-Rei, e continuava o trajeto por Tamanduá, Pitangui, na Comarca do Rio das Velhas, até atingir a Vila de Paracatu, após a travessia dos extensos sertões do norte de Minas. De lá as malas eram levadas até o Registro dos Arrependidos, na divisa com Goiás, onde eram feitas as trocas das malas entre os correios das duas capitanias. As malas de Goiás, vindas de Vila Boa, traziam correspondências também da capitania do Mato Grosso, destino final dessa linha pelo interior. Fora instituída ainda uma rota em direção ao norte do Brasil, que seguia do Registro dos Arrependidos até o Registro de Santa Maria, para, por fim, atingir a capitania do Pará por vias fluviais. Tais rotas são evidências das novas necessidades do período, impostas a partir do deslocamento da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Figura 2 – Rota postal Rio de Janeiro - Minas Gerais - Goiás (1809)



Fonte: GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. O controle do fluxo das cartas e as reformas de Correio na América Portuguesa (1796 – 1821). Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutorado), 2019.

A opção pela criação de uma rota postal, que possibilitava a conexão das áreas mais remotas do Império com o litoral, através de São João del-Rei, não foi por acaso. Esta era a

cabeça da Comarca do Rio das Mortes, principal vila do sul de Minas e desempenhava um papel central na produção e comercialização de gêneros de subsistência para exportação e consumo interno. Além disso, muitos dos agentes comerciais daquela localidade possuíam múltiplas conexões por toda a região centro-sul. O historiador Wlamir Silva (2009), aponta que comerciantes de expressivo prestígio local intermediavam operações de mercado entre as praças comerciais de diversas localidades — como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Mato Grosso —, o que alçou a vila mineira a uma posição privilegiada, sendo essa tanto porta de entrada para o interior quanto saída para o litoral, e centro destacado de operações de crédito e financiamento de atividades econômicas para as localidades do entorno.

A posição destacada de São João del-Rei naquele período foi reiterada nos novos giros postais criados a partir das instruções de 1809. Este documento foi base para criação de novas linhas de interior pela capitania de Minas Gerais, que possibilitaram a ampliação das conexões entre vilas e arraiais existentes nas diferentes comarcas, e mesmo destas diretamente com a cidade do Rio de Janeiro. Novamente é possível perceber que a maior parte das novas rotas estavam localizadas no sul de Minas, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 4 – “Tabela dos preços que as cartas e geralmente todos os papeis fechados em sobrescrito devem pagar pelo porte do Correio da Capitania de Minas Gerais” (1809)

Entre o Rio de Janeiro e	Valor (em réis) - até 4 oitavas de peso
Vila Rica	\$100
Mariana	\$120
Sabará	\$140
Vila do Príncipe	\$200
Tijuco	\$230
São João del-Rei	\$80
Vila de Campanha	\$140
Vila da Tamanduá	\$125
Vila de Pitangui	\$145
Vila de Paracatu	\$280

Fonte: Elaboração a partir das "Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio". In. BRASIL. Coleção de Leis do Brasil de 1809. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 10-15.



Tabela 5 – “Correios da comunicação interior da dita Capitania [Minas Gerais], e para as de Goiás e Mato Grosso” (1809)

Rota	Valor (em réis) - até 4 oitavas de peso
Entre Vila Rica e Mariana	\$20
Entre Vila Rica e São João	\$50
Entre Vila Rica e Sabará	\$40
Entre Vila Rica e São João do Príncipe	\$100
Entre Vila Rica e Tijuco	\$30
Entre Vila do Príncipe e Tijuco	\$25
Entre São João del-Rei e a Vila de Campanha	\$60
Entre São João del-Rei e Tamanduá	\$45
Entre São João del-Rei e Pitangui	\$65
Entre São João del-Rei e Paracatú	\$200
Entre Tamanduá e Pitangui	\$45
Entre Pitangui e Paracatú	\$135

Fonte: Elaboração a partir das "Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio". In. BRASIL. Coleção de Leis do Brasil de 1809. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 10-15.

O documento estabeleceu ainda os métodos de cobranças de porte que deveriam ser realizadas pelos correios internos da capitania. As correspondências dirigidas entre as Comarcas de Sabará, Vila do Príncipe e Comarca do Rio das Mortes, deviam regular o porte a partir somatório do que estava estabelecido entre estas localidades e a de Vila Rica, e exemplificava que “uma carta de até 4 oitavas de peso da Vila do Príncipe para Campanha da Princesa deverá pagar 210 réis, e vice-versa” (Coleção de Leis do Brasil de 1809, 1891, p. 15), ou seja, a remessa deveria ser enviada pelas rotas Vila do Príncipe-Vila Rica (\$100 rs.), Vila Rica-São João del-Rei (\$50 rs.), São João del-Rei-Vila de Campanha (\$60), o que totalizaria duzentos e dez réis (\$210 rs.). Para cartas direcionadas das localidades mineiras para Goiás, Mato Grosso e Pará, ficaria estabelecido a mesma soma, porém multiplicada por dois, que deveria compreender os trajetos disponíveis até atingir a Vila de Paracatú, saída da capitania de Minas Gerais em direção a tais localidades. Às remessas que excedessem o peso base de quatro oitavas, seriam aplicadas a proporção, por cada duas oitavas adicionais, de metade do preço base estabelecido.

As informações acima são indicativas dos esforços por parte do poder central em regularizar as comunicações da nova sede do Império com as áreas do interior do Brasil. A proposta de ampliar o número de administrações, estipular trajetos a serem praticados e fixar os respectivos portes para cobrança dos oficiais dos correios vão de encontro com as políticas de interiorização e territorialização do poder levadas a cabo pelas autoridades joaninas nas

primeiras décadas do século XIX. Mayra Guapindaia (2019) observa que, com a transferência de sede, houveram aperfeiçoamentos nas normas previstas localmente em 1798. Se antes os sistemas postais foram organizados por meio dos arranjos das Juntas de Fazenda e entre os poderes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, estas passariam, a partir da nova centúria, a ser orientadas diretamente pelo Erário Régio, agora na América, que tomaria a função de manutenção do monopólio postal, sobretudo no caso dessas duas capitânicas. A mudança das taxas, a partir da distância das cidades e vilas mineiras em relação à Corte, reduziu o substancialmente o porte de cento e cinquenta réis (\$150 rs.) cobrado anteriormente, o que possivelmente estimulou as trocas de correspondências e, conseqüentemente, a integração entre as regiões.

A preocupação com o monopólio postal entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais ficou expressa em medida que mantinha a proibição da condução de cartas, ou quaisquer outros tipos de papéis fechados, remetidos por meios particulares, sem que antes tivessem seu porte pago em uma das administrações de correio estabelecidas ou nos Registros do Caminho Novo de Matias Barbosa, Rio Preto ou Mantiqueira. Assim como anteriormente, a restrição não abrangia as circulações de mesmo tipo realizadas no interior da capitania, que continuavam a ser realizadas normalmente.

Entre as instruções, foi reiterada a medida de 1801, que estabelecia que as gazetas, jornais, e outros tipos de papéis impressos, “somente presos com tiras de papel, de maneira que se possa reconhecer que são desta natureza” (Coleção de Leis do Brasil de 1809, 1891, p. 15), pagariam somente metade do porte previsto. As rotas postais seriam, portanto, importantes meios de circulação de informações, tanto oficiais, de interesse dos poderes locais e centrais, quanto as de cunho particular, de comerciantes e outros agentes. Esse artigo possivelmente tinha o intuito de promover a circulação de informações oficiais, por meio das gazetas e impressos autorizados — que passariam a ser produzidos de forma mais sistemática a partir de 1808, quando se deu a instalação da tipografia e a Impressão Régia, no momento de transferência da Corte —, mantendo-se as devidas fiscalizações nas administrações dos correios e nos registros de paragem.

Mas também seria por este mesmo meio que, mais tarde, ocorreria a difusão de impressos independentes, produzidos em estabelecimentos tipográficos em sua maioria artesanais, que tomariam a paisagem urbana das décadas seguintes e que seriam instrumentos importantes de difusão de projetos políticos dos mais variados agentes, no processo de Independência e nos períodos posteriores — entre eles os liberais moderados que se articularam

ao longo do Primeiro Reinado —, que, a partir da palavra impressa disputaram espaço nesse momento de transformação dos espaços públicos, impulsionados também pelos correios.

## **CAPÍTULO 2: A TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS**

A questão da Independência do Brasil continua sendo tema de grandes mobilizações na historiografia brasileira. Trata-se de um assunto que fornece, ainda hoje, uma ampla gama de possibilidades de análise ainda pouco exploradas pelos estudos históricos. Essas lacunas historiográficas — não exploradas pela historiografia clássica sobre a temática, que se consolidou entre o século XIX (no âmbito do IHGB) e início do XX — começaram a ser analisadas a partir de renovadas perspectivas no final do século passado, sobretudo das décadas de 1960 e 1970 em diante. Nessa época, iniciou-se o movimento de profissionalização da pesquisa histórica no âmbito das universidades, o que possibilitou o aumento dos programas de pós-graduação e a formação de grupos de pesquisa. Tais perspectivas deram renovado vigor aos estudos sobre o assunto na historiografia brasileira. Entre eles, as formulações teóricas e metodológicas a respeito da questão dos espaços públicos é um tema que tem atraído interesse de pesquisadores, que analisam uma variada gama de questões que envolvem o período. Buscaremos, aqui, analisar esta questão, com enfoque principalmente no surgimento da imprensa e da afirmação da opinião pública de tipo moderno no Brasil, com intuito de delinear as transformações ocorridas nos espaços públicos entre o fim do século XVIII e início do XIX.

Inseridos no contexto da ditadura civil-militar, iniciada em 1964, os historiadores da Independência enfrentaram a tarefa de investigar o passado a partir de um presente de grandes convulsões políticas e com uma importante demanda de compreensão e transformação. O período foi marcado por debates acerca dos paradigmas teóricos, que mobilizaram historiadores na incorporação de perspectivas advindas de outros campos das humanidades e no readequamento das categorias utilizadas, até então, pela historiografia brasileira (Costa, 2005).

Segundo João Paulo Pimenta (2009, p. 64), a principal novidade nesse período foi “a construção de um amplo consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de variadas e assimétricas transformações políticas que, juntas, formam uma unidade histórica”. Nesse sentido, vem se tornando constante a aproximação da Independência do Brasil com outros acontecimentos do mundo ocidental, como, por exemplo, o processo revolucionário das Treze Colônias Britânicas, a Revolução Francesa, do Haiti e as ocorridas na América espanhola. Com recuos ainda maiores, alguns estudos exploram os vínculos da Independência com os movimentos de contestação luso-americanos da segunda metade do século XVIII e sua relação com o contexto mundial. Sobre a questão dos diferentes recortes cronológicos nos movimentos de compreensão da temática, Pimenta argumenta que “preocupações dessa ordem levam

forçosamente à consideração em torno da devida periodização da Independência, isto é, reconhecendo-a definitivamente antes como um processo do que como um fato” (Pimenta, 2009, p. 69).

## 2.1. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA E A AFIRMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO RIO DE JANEIRO

O contexto de crise do Antigo Regime em terras portuguesas evidenciou sensíveis fissuras sociais, ocasionadas pelo impacto do reformismo ilustrado português (Slemian, 2015), que reordenou as relações de poder em vigor no âmbito do Império e acirrou o ambiente político dos dois lados do Atlântico. Estas se expressavam na politização das variadas identidades coletivas regionais existentes, que coexistiam, na “tessitura de vínculos” do “mosaico de formações sociais”, com a condição identitária que os uniam em torno da figura do monarca na metrópole, a de súditos da Coroa Portuguesa (Jancsó, 2005, p. 17-19). Os movimentos de contestação — apesar de não serem direcionados à figura do rei, mas sim a autoridades locais e como método de negociação entre os súditos e o monarca (o que reafirmava seus laços de união) —, ocorridos no fim do século XVIII, como, por exemplo, a Conjuração Baiana e a Mineira, funcionaram enquanto possibilidade histórica de inserção de conteúdos políticos nessas identidades coletivas. Ocorre que essa identidade de união foi, aos poucos, sofrendo uma metamorfose, que resultou no reconhecimento de uma terceira identidade, a de que havia uma diferença de status entre o ser súdito da Coroa residente na península e o ser súdito residente na América portuguesa. Assim, os movimentos de contestação, passaram, a partir de então, a ir além dos limites das negociações entre partes (Pimenta, 2006).

O que pode ser visto no âmbito desses movimentos, assim como na trajetória dos sujeitos que participam dos mesmos, segundo István Jancsó (1997, p. 398-9), é o afloramento de uma cultura política que surge em contraste com a dominante:

Ao contrário da cultura política do absolutismo ilustrado, circunscrita às elites e rigorosamente excludente, a nova que emerge tem por portadores os letrados, mas, ao lado destes, estão agora, também, homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural. Essa nova cultura política se exprime menos por um elaborado consenso teórico, mas sobretudo por um sistema de referências no qual se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, os quais, no caso, são envolvidos nos projetos sediciosos e sua presumida audiência. É aí que se desenha a trama complexa do fluir de ideias políticas que colide com as formas tradicionais de difusão e, principalmente, de integração destas como instrumento de prática. E os agentes desse processo

instauram formas de sociabilidade que redefinem os significados de práticas consagradas (Jancsó, 1997, p. 398-9).

Um elemento característico dessa cultura política em surgimento era a busca constante por informações sobre os acontecimentos do mundo. Informações estas obtidas, sobretudo, mas não só, por membros das elites dos grandes centros de convergência, como, por exemplo, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Mesmo com a ausência de imprensa na colônia, as ideias circulavam através de livros, reproduções manuscritas e pela linguagem oral — em reuniões privadas e em alguns casos até mesmo fora delas (Jancsó, 1997). A entrada de livros proibidos na América portuguesa ocorria por meio de viagens à Europa, onde sujeitos de condições privilegiadas estipulavam estratégias para aquisição destes e para burlar a fiscalização da Real Mesa Censória. Os mesmos eram trazidos em bagagens e circulavam, por várias vias, até mesmo dentro da Colônia (Villalta, 2015).

Estava, por trás dessas fissuras, a lenta e paulatina emergência dos espaços públicos, que ganharam impulso de afirmação a partir da transferência da Coroa para o Brasil em 1808, quando dom João VI, sua Corte e uma quantidade significativa de súditos se estabeleceram no Rio de Janeiro, com a intenção de reorganizar o debilitado Império Português, tendo sido esta a alternativa política para contornar o problema da iminente invasão dos exércitos franceses.

A vinda da Família Real para o Brasil foi bem recebida pelos súditos das várias capitanias. Tal acontecimento alterou, de imediato, e significativamente, as relações entre estes e a Coroa, pois vislumbrava-se um presente que lhes fornecia novas possibilidades de futuro, com a expectativa de participação nos variados postos da burocracia imperial. Por outro lado, com o impacto positivo da mudança tendo sido mais sentido em algumas regiões do Brasil que em outras, alterava-se, também, o delicado e tradicional equilíbrio entre as partes, o que abria espaço para novas possibilidades de acirramento dos ânimos. Conforme argumenta István Jancsó (2005, p. 34):

O tradicional equilíbrio entre os grandes polos de convergência do espaço luso-americano foi bruscamente substituído por um novo ordenamento que instaurava uma hierarquia entre os espaços sociais que antes se relacionavam horizontalmente, alteração que, subordinando outros ao Rio de Janeiro, trazia em si, para além de questões de precedência e similares, em si relevantes para homens do Antigo Regime, problemas muito objetivos envolvendo distâncias a percorrer para chegar ao Trono, destinação de receitas fiscais, número de empregos e cargos a serem preenchidos, e muitos outros de semelhante conteúdo prático.

Diante desse quadro de mudanças, talvez seja possível explicar o motivo pelo qual algumas regiões sofreram um impacto de forma mais imediata do que outras. As transformações

econômicas e políticas vistas com a transferência da Coroa, ocorriam também no âmbito social e cultural, com o progressivo aumento do acesso, por parte dos sujeitos, às novidades no mundo das ideias políticas. O ano de 1808 culminou em transformações no aspecto intelectual da sociedade luso-brasileira, que passava a ter maior acesso a uma literatura proibida pelo Absolutismo português por meio dos livros e, agora, também pelos jornais e panfletos. A circulação destes manuscritos e impressos veio acompanhada da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e adquiriram impulso com providências que favoreceram a liberdade de imprensa. A difusão dessa literatura pelas várias partes do Brasil e do outro lado do Atlântico, em idas e vindas, causavam preocupação nas autoridades régias, o que culminou, em algumas localidades, em resoluções que objetivavam restringir o fluxo desses materiais, com o temor de que estes causassem abalos na ordem pública. (Frega Novales, 2014; Galves, 2010)

O período entre 1808 e 1823 foi marcado por um processo de gestação da imprensa no Brasil, com impressos que possibilitaram o acesso a informações sobre os acontecimentos da Europa, América espanhola, outras localidades do mundo e demais regiões do Brasil. Estes passaram a participar ativamente dos acontecimentos políticos da Corte, sobretudo no período de início da década de 1820, com a confirmação da decisão de dom Pedro I em permanecer no Brasil, em desacordo com as exigências das Cortes de Lisboa. Mesmo sem uma regulamentação sobre as práticas da imprensa independente, que aliás era expressamente proibida, o período que vai de 1808 a 1823 foi significativo de uma “gestação da imprensa”, onde se viu expressivas transformações nas práticas políticas da época. Por meio das folhas independentes ocorriam debates sobre os rumos do Brasil, onde projetos de nação concorrentes eram discutidos publicamente, entre os jornalistas e com o próprio dom Pedro I. Essa imprensa se caracterizava por ser uma produtora dos acontecimentos, pois não se limitava a ser apenas veículo de difusão de informações, como era comum na imprensa oficial vinculada à monarquia. A atividade dos jornalistas passava a impactar, como nunca antes, os espaços públicos e impulsionava fundamentalmente sua afirmação (Lustosa, 2000).

A Revolução Constitucionalista, iniciada no Porto em 1820, influenciou diretamente o contexto político vivenciado pelos sujeitos em terras brasileiras, pois seria a partir do ressoar de tal experiência que se iniciaria um maior apelo de exigência por medidas de liberalização política. A sua propagação no Brasil em 1821, proporcionou o maior contato com a nova linguagem constitucional, “inaugurando-se novas propostas relacionadas ao sistema constitucional e liberal”, que causou abalos nas tentativas de sustentação do Antigo Regime ao alterar o “relacionamento do indivíduo e da sociedade com o poder da Coroa”. Os debates em torno de tais propostas passavam a contar com a divulgação dos escritos de panfletos e jornais,

que possibilitavam o alcance dos acontecimentos a um público amplo, “trazendo à tona acontecimentos diários que passavam do domínio privado ao público, fazendo adquirirem a condição de *novidades*” (Neves, 2019, p. 58).

Os impressos independentes desempenharam um papel fundamental na difusão da cultura política da Independência. O número crescente de jornais, periódicos e panfletos naquele momento era reflexo direto de um público leitor cada vez mais amplo, que passava a consumir estes produtos de forma habitual, o que fez com que os impressos passassem a fazer, cada vez mais, parte da paisagem urbana. As discussões políticas começavam a tomar os espaços públicos e estimulavam práticas de sociabilidade entre indivíduos privados que se reuniam em público para debater os rumos do mundo luso-brasileiro sob uso da linguagem política do liberalismo, reflexo de “uma preocupação coletiva em relação ao político” (Neves, 2003, p. 36). Lúcia Neves (2003, p. 37), destaca que após a proclamação da liberdade de imprensa em 1821, um número cada vez maior de livreiros passava a comercializar obras que antes eram proibidas, em sua maioria vinculadas à ilustração europeia. Isso também era visto nas páginas dos impressos, que passavam a citar esses autores de forma constante:

De um lado, nos escritos redigidos por indivíduos moderados, imbuídos do modelo das mitigadas Luzes portuguesas, citavam-se aqueles autores considerados sábios que, por suas ideias, haviam iluminado o mundo civilizado, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremias Bentham e Benjamim Constant. De outro, nas folhas mais radicais, cujos redatores se deixavam levar por seu imaginário revolucionário, assimilavam-se as ideias dos filósofos franceses, até então proibidos no mundo português, como Voltaire, Rousseau, Mably, Condorcet, o abade Raynal e De Pradt. Neste último grupo, pelo menos um trazia uma epígrafe de Rousseau; outro transcrevia as ideias liberais francesas; e um terceiro defendia uma postura democrática, baseada principalmente na ideia de soberania popular. Se esses nomes proibidos circulavam anteriormente entre os seguimentos da elite intelectual luso-brasileira, a grande novidade, a partir desse momento, era levar essas leituras a público mais amplo, que começava a conviver em seu cotidiano com novos valores políticos, relacionados à construção de um Estado liberal e constitucional. (Neves, 2003, p. 37)

Assim, os ecos do vintismo português refletiu diretamente no surgimento de uma expressiva variedade de periódicos no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, e na inserção de uma pequena classe média letrada nos debates públicos acerca dos rumos políticos do Brasil. Apesar dessas transformações, essa imprensa, ainda incipiente, encontrava algumas dificuldades fundamentais para se manter em atividade de forma constante, o que resultava em periódicos de existência efêmera. Muito por conta das dificuldades de custeio do ofício tipográfico, que necessitava de um público de assinantes para se manter e que, para garantir tais



assinaturas, enfrentavam a concorrência de outras folhas em circulação. As dificuldades de comunicação também era um aspecto importante no momento de fazer com que essas folhas circulassem por outras regiões do território do Brasil, o que limitava, de certa forma, seu público de leitores às zonas mais integradas à Corte, como, por exemplo, Minas Gerais. A necessidade de legitimação da atuação dos redatores por parte de seu público leitor era constante, pois era, principalmente, por meio deste apoio que as publicações se mantinham em circulação. A opinião pública, portanto, é uma noção cara para compreendermos o ambiente político, bem como a atuação dos redatores na imprensa do século XIX. (Lustosa, 2000)

Sobre tal noção, os apontamentos de Marco Morel (2003), em estudo de referência sobre os espaços públicos e a imprensa do século XIX, fornecem um panorama bastante detalhado acerca das questões que envolviam o meio tipográfico. O mesmo argumenta que a implantação de um modelo de um Estado nacional no Brasil do pós-Independência, ancorado nos princípios do liberalismo político, culminou, enfim, na afirmação da opinião pública de tipo moderno em terras brasileiras. Tal ocorrência provocou mudanças drásticas nas formas de comunicação do período. Segundo o historiador, a opinião pública, em sentido moderno, era:

[...] fundada sobre a razão crítica ou sobre a vontade da maioria, mas que em ambos os casos se insinua na cena pública como instrumento de legitimidade política, distinguindo-se da soberania monárquica e estando, portanto, inserida na implantação dessas “novas ideias liberais”. Invocada como paradigma do progresso, das Luzes, e da civilização, tal opinião alteraria também os processos arcaicos de comunicação que, entretanto, não desapareceram de imediato, caracterizando o hibridismo entre as diversas maneiras de tornar públicas as opiniões na sociedade de então. (Morel; Barros, 2003, p. 43)

No Rio de Janeiro, a paisagem urbana se alterou substancialmente no início do século XIX. O abrupto aumento populacional ocorrido com a chegada da Corte impactou diretamente a transformação dos espaços públicos. A cidade era o que condicionava o novo panorama político e cultural, e, em decorrência de tal vínculo, também acabava por ser metamorfoseada pela ação dos sujeitos políticos e sociais inseridos naqueles espaços. As ruas, praças e largos da cidade foram alteradas e ocupadas pelas formas de se fazer política. As reuniões de diversos sujeitos nesses locais revelavam, assim, uma pluralidade de usos dos mesmos. Marca do novo contexto histórico experienciado por aquela sociedade, esses espaços passaram a ser utilizados para celebrações (dinásticas ou religiosas), festejos, revoltas, vozes, clamores e manifestações cívicas. Terreno fértil para a circulação de ideias por meio das diversas formas de sociabilidade praticadas, os espaços públicos continuaram a se afirmar, nas décadas seguintes, como forma

de atuação política, e se difundiram também pelas localidades urbanas das províncias (Morel, 2005).

Nesse sentido, diante desse quadro de renovação caracterizado por rupturas e permanências, em uma sociedade que alterava seu status de Antigo Regime, fundado na soberania monárquica, para alcançar o de Estado nacional, baseado nos princípios liberais, a imprensa adquiria função preponderante e renovava o seu papel ao proporcionar, aos agentes, um canal de ação, intervenção e ascensão política para os indivíduos inseridos nos meios tipográficos naquele contexto.

Apesar do alto índice de analfabetismo e da precariedade social que sujeita uma parcela grande da população da época (condições as quais é preciso chamar atenção), os redatores do período escreviam para um público bastante variado em relação a seu perfil. As práticas de comunicação de Antigo Regime, caracterizadas pela oralidade da declamação em voz alta nos espaços públicos — o que contornava, de certa forma, a questão do alcance do público analfabeto —, se preservavam e conectam-se com as novas práticas dos debates políticos por meio da imprensa. São essas características de uma forma de sociabilidade informal que se desenrola nos espaços públicos e híbridos (mescla de público e privado) das livrarias, bibliotecas e estabelecimentos comerciais daquele período. Esta forma de sociabilidade ocorria em espaços não institucionalizados e abertos — o que a diferencia da sociabilidade formal, de característica associativa —, onde congregavam-se sujeitos com relações de familiaridade e proximidade de tipos diversos (Morel, 2005).

Nesse contexto, os redatores se apresentam perante o público como propagadores das luzes, dirigindo-se ao público letrado, mas também aos iletrados. Se colocavam no papel de educadores letrados e esclarecidos que moldavam a opinião pública através de seus escritos. Nas palavras de Morel: “a opinião vista como fruto de reflexão dos indivíduos ilustrados e tornada pública uma vez que visava propagar as luzes do progresso e da civilização” (Morel, 2005, p. 208). Assim, a opinião pública vai ganhando contornos nesse contexto, por jornalistas que se reconheciam enquanto membros da “República das Letras”, que em sua atuação buscavam pregar a razão e moderação, marca de um liberalismo político que buscava se afirmar enquanto alternativa aos princípios revolucionários — das experiências de outras partes do mundo ocidental que ressoavam no Brasil, conforme mencionado anteriormente — e aos de um absolutismo contra-revolucionário que concorria nos debates políticos desde fins do XVIII. O quadro que se desenhava era o da afirmação de uma opinião pública e a concepção que prevalecia da mesma era a da imagem de “Rainha do Mundo”.

Apesar da concepção acima ter sido a mais dominante entre os redatores do período, ela não era a única existente na cena dos debates impressos, pois havia também, mesmo em pequena quantidade e em formação incipiente, a que se anunciava em defesa dos periódicos enquanto elemento de promoção de uma espécie de “Tribunal da Opinião Pública”. Esta, que ganhou força no período após a proclamação da Independência e se afirmaria no conturbado contexto do fim do Primeiro Reinado, diferenciava-se da anterior por sua defesa do discurso de soberania popular. Os jornalistas defensores de tal concepção buscavam se distanciar da mediação dos membros da “República das Letras” para, assim, firmar sua legitimidade na cena política:

Não se trata mais da supremacia da razão e, sim, da vontade expressa pela maioria do Povo. Uma opinião vista como Tribunal não era mais Rainha e, sim, expressão da vontade da maioria dos membros de uma sociedade. E partindo do campo simbólico, os porta-vozes desta mesma opinião abandonavam o campo abstrato: pretendiam utilizá-la como instrumento para intervenção direta na vida pública, nas instituições, funcionando de maneira normativa ou pedagógica junto às autoridades (Morel, 2005, p. 210).

Assim, essa concepção coletiva e normativa, causava alterações na percepção dos redatores acerca das novas possibilidades abertas pelo ofício tipográfico, principalmente por sujeitos de letramento informal, fora dos espaços institucionais tradicionais, como por meio do acúmulo de experiências em outras carreiras. É preciso pontuar que, em geral, a atividade jornalística se constituía enquanto secundária na vida dos agentes e conciliada com outras primárias, de onde se originava a maior parte de suas finanças, como, por exemplo, no caso apresentado pela tese de Paula Ferreira (2017), o ofício mercantil. A historiadora aponta para a alternativa de utilização, da atividade de redação, enquanto instrumento de ação e ascensão política para sujeitos relativamente abastados em suas profissões, mas que, contudo, eram privados do enobrecimento e do ingresso nos cargos da monarquia por meio das mercês reais pelos mais variados motivos.

O caso apresentado pela autora, de João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro* (que circulou no Rio de Janeiro entre 1822-1823), é exemplar sobre essa questão. Após não obter êxito em suas várias tentativas de ingresso em cargos por meio das mercês reais, Soares Lisboa observa na imprensa uma grande possibilidade. Defensor da concepção de “Tribunal da Opinião Pública”, o mesmo compreendia a atividade enquanto forma de ação e inserção política. Seu jornal buscava promover e defender a participação, o debate e a negociação dos cidadãos (incluindo ele próprio) com monarquia constitucional, em processo de discussão e elaboração no período, por meio da imprensa periódica. Observava a redação como

uma mescla com sua carreira mercantil, ou seja, como “negócio” e a “palavra como parte do comércio” (Ferreira, 2017, p. 106).

Os processos eleitorais foram mais uma das novidades do período. Iniciados a partir de 1821, com a escolha dos deputados que iriam às Cortes de Lisboa, eles voltaram a ocorrer em 1822, com as escolhas para a composição da Assembleia Legislativa do Brasil, após a confirmação da permanência de dom Pedro I e do início das discussões em torno do projeto constitucional do Brasil. As eleições possibilitaram novas vias de ascensão política para os cidadãos, incluídos os redatores que, reconhecidos pela opinião pública, passaram a enxergar as mesmas como alternativa de inserção nos cargos da política imperial. Conforme argumenta Lucia Neves (2019, p. 61):

As eleições deviam ser feitas à pluralidade de vozes, pois esta era uma exigência do bem público. Afinal, o voto de cada cidadão expressava a opinião pública, logo o cidadão devia ser um bom eleitor. Para tal, fazia-se necessário uma pedagogia cívica e política manifesta na variada literatura de circunstância da época, que procurava mobilizar o homem comum a bem escolher seus representantes para que estes pudessem intervir nas decisões políticas.

O ofício tipográfico possibilitava posição privilegiada a esses sujeitos, pois os jornais eram vias diretas de comunicação com a opinião pública, que, por sua vez, tinha o papel de legitimar a atuação política dos mesmos, o voto se constituía enquanto uma dessas vias. Por conta da importante posição adquirida pelos impressos é possível observar grupos de diversos segmentos e posições sociais, que, cada vez mais, se reuniam em torno da imprensa como estratégia de ação e ascensão política, em extensas redes de sociabilidades que visavam a concretização de interesses, pessoais ou profissionais, de curto e longo prazo (Basile, 2004).

O processo de Independência do Brasil culminou em importantes transformações na vida social. Os espaços públicos, que davam seus importantes, mas lentos passos no fim do século XVIII, ganharam impulso de afirmação com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Iniciavam-se, assim, profundas alterações de ordem política por todo o território, sobretudo com a gestação da imprensa, que contribuiu de forma decisiva na consolidação da opinião pública de tipo moderno em território brasileiro, em um período marcado por incertezas acerca do futuro, mas também por grandes novidades na cena política e cultural, que reconfiguravam a sociedade de maneira substancial. Estas transformações não ficaram circunscritas ao Rio de Janeiro, pois ao longo da década de 1820, com o início das atividades parlamentares da Primeira Legislatura em 1826 e das atividades políticas locais nas províncias, inúmeras tipografias e impressos vieram a ser publicados nas várias partes do Império, o que impulsionou a afirmação dos espaços públicos de norte a sul. Os sistemas postais, apesar das

limitações práticas que condicionaram o funcionamento regular das operações, viriam a ser importantes no processo de difusão dos impressos, de forma a colaborar decisivamente para a afirmação dos espaços públicos em cidades, vilas e arraiais.

## 2.2. CIRCULAÇÃO IMPRESSA E A EMERGÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Em edição de 1830, o periódico *O Universal*, impresso na Imperial Cidade de Ouro Preto, publicou em suas páginas um pequeno extrato do discurso do então presidente dos Estados Unidos da América, Andrew Jackson — que exerceu a função entre 1829-1837 —, justificado pelo redator por sua relação com os negócios do Brasil. Este escolheu para publicação parte do discurso daquele presidente acerca do tratado de comércio e navegação entre Brasil e EUA, ratificado em 1828, e uma passagem que dizia respeito ao funcionamento da administração do Correio estadunidense, onde eram prestadas algumas informações a respeito do serviço:

Falando da administração do Correio nos Estados Unidos o mesmo presidente assim se exprime.

"O relatório do Correio Geral apresenta uma administração muito satisfatória daquela repartição. Reformaram-se abusos, aumentou-se o expediente na transmissão das cartas seguras, e melhorou muito o seu rendimento. Em um ponto de vista político, esta repartição é muito importante, porque ministra meios de espalhar conhecimentos. Ela é para o corpo político o que as veias e a as artérias são ao natural, levando rápida, e regularmente às mais remotas partes do sistema informação exata das operações do Governo, e tornando a este os desejos e sentimentos do Povo. Pela sua ação temos assegurado o pleno gozo do benefício da imprensa livre."

Quando teremos entre nós a administração do Correio assim regulada? (*O Universal*, 22/03/1830, n. 419.)

O questionamento em tom crítico expresso pelo redator ao final do fragmento denota um descontentamento deste para com os sistemas postais e seu funcionamento, algo que surge com certa frequência nas páginas do impresso ouropretano. Opinião que se manifestava nos escritos do redator, mas também por leitores que se correspondiam com a folha. A escolha do trecho nos possibilita o entendimento que parte dos agentes tinham em relação à função política desempenhada pelos Correios, enquanto um difusor de informações que possibilitava a consecução de atividades públicas, sendo, portanto, instrumento de governabilidade. Seu funcionamento estava intimamente vinculado ao exercício pleno da liberdade de imprensa, pois

impulsionava os canais de comunicação entre o governo e a opinião pública, por intermédio dos redatores, no exercício de suas atividades na imprensa, que, ao publicizar informações, estreitavam os laços entre o governo e o “povo”, mesmo que os interesses de um e outro fossem, em muitas ocasiões, conflitantes.

Esta perspectiva acerca do papel político dos serviços postais, corroborada pelo redator, estava diretamente relacionada, nos Estados Unidos, segundo a historiadora Pérola Castro, “à organização do sistema político e às práticas administrativas decorridas da opção pelo arranjo federativo” (Castro, 2021, p. 32). A circulação de impressos era prevista no *Postal Act* de 1792 entre os principais aspectos do projeto institucional dos Correios estadunidense, o que favorecia diretamente a imprensa periódica, compreendida como um dos principais pilares existentes de comunicação a distância, e “reafirmavam um dos princípios básicos do modelo democrático norte-americano, qual seja o compromisso dos representantes eleitos com a publicidade e pronta difusão de seus atos (*accountability*)” (Castro, 2021, p. 32). A importância desse instrumento para a cultura política daquele país seria evidenciada quando, após a posse de Andrew Jackson, em março de 1829, o departamento dos Correios foi elevado de categoria e se tornou gabinete ministerial (Castro, 2021).

No Brasil, ao longo do Primeiro Reinado, as agências dos Correios se consolidaram enquanto pontos conhecidos da paisagem urbana, locais de trocas de informações a longas distâncias — entre pessoas em espaços distintos e temporalmente afastadas —, mas também de sociabilidade para os que se reuniam no em torno destas para discutir, entre si, as novidades recém chegadas. O hábito de aglomeração nas agências postais era frequente e, ao que tudo indica, causa de preocupação por parte dos locais em determinadas ocasiões, motivo pelo qual, em Ouro Preto, era costume a utilização de foguetes para anunciar o momento de entrega das correspondências, com vistas de evitar a formação de multidões antes que os devidos procedimentos fossem realizados pelos funcionários da repartição quando da chegada das malas, conforme atesta um artigo, em tom irônico, publicado pelo redator d’ *O Universal*, que tecia críticas à Junta de Fazenda:

Era Costume nesta Cidade em os dias da chegada do correio da Corte (ordinariamente à noite) depois de distribuídas as cartas, anunciar-se ao povo por um sinal que era chegada a hora da sua entrega. Este sinal fazia-se por um foguete do ar que custava 320 réis. O público tinha a maior comodidade, e reconhecida utilidade; evitava-se uma numerosa reunião de escravos, e mesmo de pessoas livres à porta da Junta, preveniam-se pequenos distúrbios inseparáveis de numerosos ajuntamentos à noite; e todas estas vantagens se conseguiam pela ridícula quantia de uma pataca; [...] A Exm. Junta porém querendo dar uma prova incontestável do seu zelo pela administração das rendas públicas, convenceu-se de que era um desperdício considerável gastar

todos os anos trinta e seis patacas em foguetes de ar; e resolveu na sua alta sabedoria que se não continuasse a fazer tão ENORME despesa. Estão com efeito poupadas em cada ano *trinta e seis patacas* de despesa supérflua. Ora viva a *econômica* Junta de Fazenda!!! E digam lá que não temos também ótimos economistas? (O Universal, 23/06/1830, n. 457).

A presença das agências dos Correios fixadas nas cidades, vilas e arraiais possibilitava um maior fortalecimento das relações territoriais entre o Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais, proporcionadas pelo fluxo corrente de comunicações que existiam entre essas localidades e que continuavam em constante crescimento naquele momento, sobretudo a partir das possibilidades representadas pela difusão de materiais impressos na década de 1820. Localidades relativamente próximas, se comparado a outras províncias do interior, integradas por interesses econômicos que se enraizaram no início do século XIX, a partir da transferência da Corte, estas viriam a ser cada vez mais próximas também do ponto de vista político. É preciso lembrar que Minas tinha, ainda naquele momento, o maior número de habitantes do Império, com centros urbanos de grande dinamismo econômico desde a centúria anterior e tendência de urbanização crescente.

Em sua estada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1828, o reverendo Robert Walsh (1985) relatou algumas observações feitas acerca da agência postal que se localizava abaixo do salão da Câmara dos Deputados, no mesmo edifício. Segundo o viajante, dentro do salão dos Correios ficavam penduradas várias tabuletas, onde eram postas em colunas, após a chegada das malas, os nomes das localidades de onde as correspondências haviam sido remetidas e embaixo os nomes dos destinatários numerados para conhecimento do público que se dirigia ao prédio. Este, ao ver seu nome disposto na tabuleta, recolhia o número respectivo e o apresentava no balcão, onde poderia tomar posse de suas cartas<sup>2</sup>. Em outra ocasião, Walsh realizou a contagem das cartas disponíveis na agência:

Tive a curiosidade de contar certo dia as cartas que estavam nas tabuletas à espera de que fossem procuradas, e estavam assim distribuídas: da Inglaterra e França — 167; de Lisboa — 5.860; do Porto — 1.166; da Ásia — 55; de Bengala — 106; de Angola — 834; de Moçambique — 153; de Fayal — 100; de Montevidéu — 133; do Maranhão — 392; de Campos — 542; de São Paulo — 814; da Colônia Suíça — 40; de Santa Catarina — 203; de Ilha Grande — 244; de Minas Gerais - 3.630; da Bahia — 1.311; de Pernambuco — 1.052; do Rio Grande — 1.082; de Figueira — 1.114; cartas rasgadas — 406; total — 18.414. (Walsh, 1985, p. 205-6)

---

<sup>2</sup> Nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, disponível no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é possível verificar inúmeros anúncios de sujeitos que solicitavam a devolução de suas correspondências, que haviam sido retiradas nas agências por engano ou desonestidade de terceiros.

Apesar do recorte fornecido pelos números relatados pelo viajante ser pequeno, é possível analisar alguns dos vínculos comunicacionais existentes com e a partir do Rio de Janeiro. Observa-se um grande número de cartas oriundas de Portugal, territórios ultramarinos portugueses no continente africano, entre outras localidades acessadas por meio do Atlântico, com os quais, possivelmente, muitos sujeitos, sobretudo os da praça comercial da cidade, mantinham relações de diversos tipos. As comunicações mantidas com as províncias do Império chamam atenção, com destaque para Minas Gerais, parte do Império que aparentemente mais estabelecia trocas comunicacionais com a Corte por meio dos Correios, se levarmos em conta este pequeno recorte, de forma a se sobressair largamente em relação a outros centros urbanos dinâmicos do Brasil.

A presença de impressos oriundos do Rio de Janeiro em cidades, vilas e arraiais mineiros pode ser observada em períodos anteriores, e sua agilidade poderia antecipar, em alguns casos, até mesmo as comunicações administrativas. Um exemplo pode ser observado na tomada de conhecimento, por parte dos camaristas da Vila do Príncipe, de que dom Pedro I havia convocado, por decreto, a Assembleia Constituinte brasileira após terem visto o assunto ser publicado nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro* (Nascimento 2010, p. 255). Segundo argumenta o historiador Helvécio Nascimento (2010), os periódicos provenientes da Corte, antes do surgimento da primeira tipografia e, posteriormente, do primeiro impresso em Minas Gerais, eram tidos como importantes ferramentas de comunicação para os integrantes da elite política da província, pois tais materiais, assim como os comunicados oficiais, eram remetidos às cabeças das comarcas, que, conseqüentemente, faziam com que as notícias e ordens se tornassem objeto de conhecimento das vilas e arraiais sob sua jurisdição (Nascimento, 2010). Esta relação de complementaridade assumida pela imprensa tomava proporções ainda maiores com o surgimento do primeiro periódico a ser publicado em território mineiro, o *Compilador Mineiro*, que veio a público em 1823, pouco após o início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte.

É possível que a ampliação do uso dos Correios, a partir da difusão de materiais impressos, tenha feito com que as exigências dos usuários, por melhorias nas operações postais, fossem também aumentadas. Além disso, a presença cada vez mais comum dos impressos, tornou esse um canal possível para a expressão do descontentamento público não apenas em relação aos Correios, mas também acerca de outros ramos da administração imperial que careciam de reorganização para se adequar ao novo contexto político do Brasil, enquanto Estado nacional recém fundado.



As queixas em relação ao funcionamento das linhas postais eram recorrentes nas páginas dos jornais. N' *O Universal*, redator e correspondentes se manifestavam em relação a complicações de ordem prática que causavam transtornos ao fluxo postal corrente. Em geral, os problemas eram imputados principalmente à Junta de Fazenda e aos contratos de arrematação celebrados. Os atrasos das malas dos Correios, por conta de percalços enfrentados pelos condutores ou mesmo pelo funcionamento precário das operações, resultavam em “não pequeno incômodo”, pois impedia a população de saber as notícias, sobretudo as que vinham da Corte ou por intermédio da mesma (O Universal, 10/03/1826, n. 102). Por conta do crescente volume de papéis transportados entre o Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais, o administrador do Correio Geral da Corte solicitou que fossem designados mais pedestres para a execução do serviço naquele trajeto, ofício esse que foi publicado pelo jornal ouropretano:

Representando-me o Administrador do Correio Geral, que era impossível mandar pelos dois atuais Condutores das malas do Correio todos os Ofícios do Governo, Cartas, e impressos, que se remetem para a Imperial Cidade de Ouro Preto, e para a Vila de São João del-Rei, pedindo por isso mais dois Pedestres, que hão de partir no dia 10 do corrente mês com as malas dos impressos, devendo um seguir até a Vila de São João del-Rei, e outro até a Imperial Cidade de Ouro Preto, para o que se deverão achar na casa da Administração do Correio de nove horas da manhã, a fim de partirem com os Condutores das malas, que levam os Ofícios do Governo, e as Cartas de correspondência dos particulares, se faz necessário, para que de nenhum modo se demore, ou interrompa a comunicação entre esta Corte, e a Província de Minas Gerais, que V. Ex.<sup>a</sup> ordene, que os ditos dois Pedestres pedidos pelo Administrador do Correio se achem prontos a partir no dia 10 do corrente com as malas, que levam os impressos, e que igualmente compareçam outros dois Pedestres na casa da Administração do Correio em dia 20 do corrente pelas nove horas da manhã para o mesmo fim, e assim se continue a 2 e 12 de Março, até que a Junta de Fazenda da Província de Minas Gerais, em conformidade da ordem, que se lhe vai expedir, aumente o número dos Condutores das malas, e dê as providências necessárias, para que haja neste objeto a maior prontidão e regularidade.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Paço em 7 de Fevereiro de 1826. –Visconde de Baependy. –Sr. Barão de Lages (O Universal, 13/03/1826, n. 103).

A demanda por mais dois pedestres, designados exclusivamente para condução das malas remetidas com impressos, são um demonstrativo de como a circulação desses produtos culturais havia aumentado durante o Primeiro Reinado, de forma a afetar as operações postais existentes entre a Corte e a região das Minas. Passadas duas semanas desde a publicação do ofício, o redator d' *O Universal* voltaria a tecer críticas diretas à administração da Junta de Fazenda por sua omissão em fazer cumprir o que fora ordenado, o que, segundo o redator, alimentava rumores acerca da conduta das autoridades provinciais e falta de transparência dos contratos de arrematação das linhas postais:

Soubemos com certeza, que a mala em que vem as Folhas Publicas é conduzida por Soldado, e que esse é o motivo de se ter demorado tanto; agora convém perguntar se Soldados são pedestres para conduzirem malas, ou se são arrematantes? Pessoa fidedigna me assegurou, que o arrematante do Correio tivera aumento na porção por alegar, que eram as cartas, e os papéis públicos agora muito mais volumosos, e que assim necessitava de mais condutores, e parece-me que disseram ser o aumento 100\$ rs. (não fico pela verdade disto pois os mistérios secretos da Junta da Fazenda a ninguém são revelados, e muito menos ao Público, que mal poderia entender semelhante labirinto de Creta); e disse-me o mesmo que o Arrematante se obrigara a perder certa quantia todas as vezes que as malas não chegassem no dia prefixo, de onde concluo que a Fazenda Pública já terá lucrado essa porção das 2 vezes que tem falhado as malas das gazetas (O Universal, 27/03/1826, n. 109).

Estava previsto nas Instruções Gerais (1809) que a Junta de Fazenda fosse responsável pela promoção das comunicações no interior da província, de forma que fossem realizadas por meio da utilização de recursos próprios, no emprego dos pedestres para condução das malas, ou por contratos de arrematação. Mesmo nos casos das operações arrematadas, essas deveriam cumprir com as obrigações previstas na legislação dos Correios, sendo competência da Junta a fiscalização e regulação dos serviços com base em condições estabelecidas previamente. Tais medidas, previstas em contrato, possivelmente tinham por objetivo impedir que as operações funcionassem de forma assíncrona e fragmentada. Por isso, tornava-se necessário o controle das datas e horários de partida e chegada das malas, com previsão de multas em casos de atrasos dos condutores, salvo em casos de impedimentos naturais (Rodarte, 1999, p. 65).

A forma de condução das malas era um ponto importante do processo, que, ao que tudo indica, não seguia um padrão definido em instruções, o que certamente era causa de variação dos giros. Os pedestres poderiam ser empregados assalariados, militares e até mesmo pessoas escravizadas, a depender da operação da linha. Esse era um motivo de queixa comum dos usuários dos Correios, pois dizia respeito à celeridade, execução das viagens e ao sigilo postal, de forma a interferir na confiabilidade do público em relação ao serviço.

Em correspondência, publicada em suplemento n' *O Universal*, o autor, sob uso do pseudônimo "O Sertanejo", criticava a administração dos Correios da Vila de Minas Novas pelos altos gastos despendidos para o pagamento dos condutores "alugados" que prestavam os serviços de maneira incerta e imprecisa, "perdendo assim, e pelo ponderado, o correio o porte dos papéis, e o Público a utilidade, tanto pelo avultado gasto, que ocasiona a mora, e incerteza" (O Universal, 27/08/1828, n. 176). Esse problema afetava, ainda segundo o correspondente, os ramos da administração pública, os negócios privados e as comunicações particulares, pois o crescimento no número de usuários não era acompanhado de melhorias nas estruturas postais

existentes. Isso causava ainda mais transtornos nas comunicações daquela vila com a cidade de Ouro Preto e a Corte, previstas para ocorrer uma vez por mês, mas que podiam sofrer com atrasos de dias e até meses.

O emprego de pessoas escravizadas na condução das malas aparece como ocorrência constante nas páginas dos jornais. Mesmo após a troca do arrematante da linha entre Rio de Janeiro e Ouro Preto, o redator da periódico ouropretano voltou a tecer críticas aos atrasos das malas e, na ocasião, sugeriu um plano “simples, e fácil de executar-se”, onde recomendava que as malas fossem “conduzidas em carros puxados por duas juntas de bois”, de forma que “assim se poupam despesas, incômodos dos Escravos, e virão [as malas] mais depressa” (O Universal, 12/01/1827, n. 234). A fuga de escravizados ao longo dos trajetos possivelmente era algo recorrente, sobretudo por conta da precariedade as quais esses estavam submetidos no desempenho da função de condução das malas. Em dada ocasião, um pedestre fugiu e abandonou, em Matias Barbosa, as cartas e impressos que conduzia da Corte para a cidade de Ouro Preto, o que motivou novo questionamento em relação ao emprego de cativos na operação gerida pelo arrematante da linha:

O que também carece de reforma é a condução das malas. Já tivemos ocasião de notar quanto o modo de condução atual é péssimo, e até desumano; este exemplo aumenta muito mais a convicção em que estamos de que não deve confiar-se a escravos a comunicação tão importante da Corte com a Província não só pelo que toca aos negócios públicos, como aos particulares, cujas transações não podem deixar de sofrer considerável atraso, e transtorno, se a administração assim continuar (O Universal, 25/07/1831, n. 624).

A partir das variações operacionais observadas, é possível compreender como a experiência temporal, do ponto de vista comunicacional, vivenciada pelos agentes poderia ser diversa de um contexto territorial para outro, tanto entre províncias distintas quanto no âmbito das mesmas. A prioridade das linhas postais interprovinciais era conectar principalmente áreas urbanas de maior centralidade econômica e política, de forma que esses tivessem comunicações constantemente estabelecidas entre si por pelo menos três vezes ao mês. Além dessas, as outras vilas que serviam internamente como cabeças de comarca, que exerciam influência em relação às outras localidades urbanas em suas órbitas, eram compreendidas em posição secundária, com menos giros postais disponíveis com os principais centros das províncias, que em Minas Gerais eram, principalmente, São João del-Rei e Ouro Preto. Essa realidade temporal, um tanto quanto fragmentada, favorecia a permanência de localismos provinciais, que, aos poucos, começavam a ser mitigados pela circulação regular dos impressos, o que os tornava produtos culturais

imprescindíveis para a comunicação, de forma a assumir um papel de protagonismo nas paisagens urbanas.

A proximidade com a Corte colocava a província de Minas Gerais em posição privilegiada, o que certamente contribuiu para a transformação e afirmação dos espaços públicos no interior da mesma. Conforme argumenta a historiadora Pérola Castro (2021, p. 60):

As agências de Correio desempenharam importante papel na constituição dos espaços públicos e na estruturação da paisagem urbana, orientando a vida cotidiana das comunidades. Localizadas na rua principal de uma cidade ou em suas imediações, elas eram endereço conhecido por todos, lugar de difusão de notícias e de estreitamento de laços de sociabilidade, práticas consideradas fundamentais para a formação da opinião pública.

Pode parecer algo evidente, mas a experiência temporal vivenciada cotidianamente pelos sujeitos no século XIX fazia com que a chegada de correspondências, com as novidades mais recentes, tanto acerca da vida privada quanto da vida pública, fosse, de certa forma, experimentada como uma ocorrência que, apesar da regularidade, garantida pelos Correios na medida do possível, causava anseio popular, sobretudo aos habitantes inseridos em localidades remotas. Em sua passagem pela comarca do Rio das Mortes, Robert Walsh observou que “quando chega o correio a São José, ou outro lugar semelhante, as pessoas enchem a agência em busca de seus jornais, enquanto se comprimem por trás deles para ler também as notícias”. O crescimento no número de estabelecimentos tipográficos também chamou atenção do viajante que mencionava que “(...) toda cidade provincial tem seu próprio jornal”. Relatou ainda a busca de notícias ao longo dos caminhos percorridos, nos quais verificava que “as pessoas, por mais humildes que sejam, sempre se mostram prontas a receber ou prestar informações úteis” (Walsh, 1985, p. 139).

A reunião de pessoas privadas, nas agências e em seu em torno, era um ambiente propício para a circulação de ideias, sobretudo mediante discussões orais que ocorriam a partir das leituras coletivas de notícias e correspondências, oriundas das mais variadas partes, entre os que se encontravam ali inseridos. Eram conhecidos locais de sociabilidade, onde os sujeitos se dirigiam para debater os acontecimentos da Corte, de outras províncias e mesmo de fora do Império, como, por exemplo, questões de interesse público discutidas na Assembleia Geral ou nos espaços de atuação política provinciais, debates travados entre redatores de diferentes posicionamentos políticos, correspondências polêmicas de leitores anônimos publicadas pelos periódicos, fragmentos de textos de autores de prestígio traduzidos pelos jornais, acontecimentos cotidianos, negócios públicos e privados, etc. Além do papel desempenhado na

afirmação dos espaços públicos, as agências dos Correios podem ser compreendidas, também, enquanto um desses espaços nos quais se desenrolam formas variadas de sociabilidade informal.

É preciso salientar que os serviços postais não eram o único meio utilizado para remissão e recebimento das novidades. As tropas e os viajantes ocasionais desempenhavam, também, o papel de difusores de informações, de forma a complementar a circulação de ideias entre as partes do território. Em suas idas e vindas, esses podiam efetivar os contatos de um ponto a outro, ao transportar cartas e jornais, mas também sendo, eles próprios, veículos de difusão de informações. As tropas que transitavam entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro constantemente, em especial, podem ser vistas enquanto vetores importantes das discussões políticas, sobretudo por seu contato com sujeitos diversos, de localidades variadas, ao longo das estradas, pousos e portos pelos quais se deslocavam.

Walsh relatou que “o trânsito, sempre crescente, nas estradas, bem como o transporte dos produtos para vários pontos do país” era constante e observava ainda que “todos os agrestes caminhos das montanhas vivem cheios de tropeiros”. Na ocasião de sua travessia no Porto da Estrela, no Rio de Janeiro, o mesmo afirmou que “seus burros [dos tropeiros] estão sempre presentes nos ranchos, a azáfama e a agitação”, o que ocorria, ainda segundo o reverendo irlandês, “todo dia, e o dia todo, de uma maneira só observada por mim em feiras e mercados muito movimentados, que funcionam periodicamente em alguns países” (Walsh, p. 138-9). Importante ponto de descanso e abastecimento de tropas, este porto reunia pessoas dos mais variados rincões do Brasil, onde era possível encontrar caravanas que traziam mercadorias aos portos e que depois retornavam com bens a serem vendidos no interior. As atividades dos tropeiros desempenharam papel importante na efetivação das comunicações entre a região das minas e o litoral, algo visto desde o século anterior e que aumentou exponencialmente no início do século XIX, conforme destaca o historiador Helvécio Nascimento (2010, p. 223), que argumenta:

Nesse processo de interligação das vilas mineiras entre si e com as praças comerciais da Corte fluminense e de Salvador, desempenhou papel proeminente a figura do tropeiro na medida em que fazia o intercâmbio comercial e cultural entre esses locais. Os tropeiros conheciam os caminhos de Minas, e sua atividade implicava percorrer distâncias, viabilizando a circulação de mercadorias, de notícias e de novidades, que impulsionavam a circulação de ideias, de impressos e de jornais.

Os estabelecimentos de beira de estrada eram também espaços de grande movimentação de viajantes. Saint-Hilaire, ao pernoitar em um rancho a caminho de Minas

Gerais, apontava para a profusão desses locais, que serviam de pouso para as tropas e pessoas em trânsito. Eram “alpendres mais ou menos vastos destinados a abrigar os viajantes e suas bagagens”, construídos por proprietários de terras localizadas nas margens das estradas, que não cobravam hospedagem. Seus donos retiravam, contudo, lucros nas vendas existentes nesses ranchos, onde era possível se abastecer das provisões necessárias para a viagem. O viajante francês relatava que “indenizam-se assim amplamente da despesa” feita para levantar o rancho, tendo ouvido em conversas o nome de “proprietários que possuem até cinco ranchos à beira da estrada” (Saint-Hilaire, 1938, p. 69). Os animados ambientes das vendas possivelmente eram espaços de difusão de notícias entre os que ali se reuniam momentaneamente, onde era possível se atualizar com os mais diferentes tipos sociais acerca das novidades:

As vendas não são, como nossas tabernas, consagradas unicamente ao comércio de bebidas alcoólicas; encontram-se nelas, além dessas, toda espécie de comestíveis. As mercadorias estão arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes, ou dependuradas dos vigamentos. (...) Não se encontra nas vendas um só assento, e, por conseguinte, é-se obrigado a ficar em pé. É lá que os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concedem e dos em que podem furtar a seus senhores (...). Nada se pode comparar ao ruído confuso e discordante que reina nas vendas muito frequentadas: uns riem, outros discutem; todos falam com loquacidade; este aqui, sem ligar ao que se passa em redor, dança sapateado; aquele outro, encostado indolentemente à parede, canta com voz afinada uma canção barbara, acompanhando-se de um instrumento mais bárbaro ainda. (Saint-Hilaire, 1938, p. 69-70).

É, obviamente, impossível precisar qual era a apropriação e a produção de sentido feitas a partir do que era discutido nesses lugares, locais de exercício de uma sociabilidade informal entre os sujeitos mais diversos. De forma breve os hóspedes dos ranchos podiam falar sobre os mais diferentes assuntos, da região de onde vinham ou para onde se dirigiam, de forma a obter notícias, de forma oral ou escrita, com outras pessoas em trânsito, que se conheciam ou não. Esses eram difusores de informações e “mesmo que os envolvidos não partilhassem os padrões ‘polidos’ das formas de falar, apropriavam-se de conceitos e ideias, expressando suas concepções de mundo” (Moreira, 2011, p. 100). Esses espaços podem ser definidos como híbridos, uma combinavam características públicas e privadas (Morel, 2005), onde era permitido “o fluxo de praticamente qualquer sujeito, independente de condição social, garantindo sua conformação como espaço público” (Moreira, 2011, p. 101).

Ao que tudo indica, a circulação das tropas foi, por um considerável tempo, uma das poucas formas disponíveis para que determinadas localidades, de menor dinamismo econômico e político, se atualizassem acerca das ocorrências mais recentes da vida cotidiana. Tal

instrumento de difusão estava, contudo, sempre sujeito à preexistência ou não de contatos comerciais, entre pelo menos duas localidades, que viabilizassem sua utilização, enquanto meio de comunicação, por parte de outros sujeitos, mediante pagamento, relações de camaradagem e/ou clientela. Nesse sentido, as tropas eram, apesar da certeza de sua circulação, instrumentos que garantiam pouca regularidade e nenhuma oficialidade às trocas de informação, sobretudo por não serem exclusivamente, e nem mesmo primordialmente, dedicados a tais operações.

As transformações recentes, a partir do processo de liberalização política do Brasil, refletiu diretamente nas formas de comunicação entre os sujeitos, sobretudo com a difusão de impressos de norte a sul, o que tornou os Correios elemento essencial para a estruturação e afirmação dos espaços públicos pelas províncias. Dessa forma, é possível verificar reivindicações, por parte do público, em relação ao estabelecimento de novas linhas postais, que pudessem dar conta das necessidades de circulação desses materiais impressos. Esse foi tema de outra correspondência publicada n' *O Universal* (02/11/1831, n. 667), assinada sob uso do pseudônimo “O Observador Paraopebano”, que versava sobre a mobilização dos habitantes do arraial de São José do Paraopeba:

A antiga solidão, os lutos, as tristezas misturadas com o silencio servil que experimentei na primavera de meus dias combinados com as luzes, alegria, e linguagem franca de nossos tempos faz-me cuidar que estamos inteirados da nossa felicidade. Quanto mais revolvo na memória e combino essas duas ideias — passado e presente — tanto mais me embelezo e torno agradecido mil graças ao Deus dos Deuses por ter-me dado a felicidade de nascer neste tempo. Quando vejo o patriotismo tão radicado por todas as partes considero então essa felicidade duradoura. Ainda mesmo os lugares menos povoados são onde arde o farol do patriotismo. Não quero mais para confirmação desta asserção senão o Arraial de S. José onde fui testemunha do patriotismo com que aqueles habitantes enfarados de sofrer a demora de Periódicos pelos Tropeiros concorreram para haver um Correio pago à custa dos moradores desta Aplicação, e como a Ilustre Câmara do Ouro Preto propôs um Correio por entre eles e por isso dispensável o seu, julgaram empregar as expensas oferecidas a assinaturas de Periódicos para todos desta Aplicação ler; e mesmo para aqueles que não saibam ler pediram ao Cidadão José Gonçalves do Amaral que exerce o emprego de mestre particular no dito Arraial para ler em certas horas: este compelido pelo amor da civilização, cedeu oferecendo-se pronto.

O “patriotismo” dos cidadãos do arraial, na concepção do autor da correspondência, estava intimamente vinculado à busca voluntária por instrução, proporcionadas pelas “luzes” dos novos tempos. Na ausência inicial de autoridades que pudessem prover comunicações, talvez por incapacidade ou até mesmo por manutenção de interesses, estes tomaram para si esta função, e exerceram, de forma consciente, seus direitos políticos. Ao isolarmos os elementos

narrativos dos quais o autor faz uso, é possível perceber como os Correios garantiam regularidade às comunicações. Esses rompiam com os localismos existentes e promoviam a integração política, econômica e cultural entre territórios geograficamente distantes, tanto no interior quanto fora das províncias, e propiciava a formação de vínculos mais sólidos entre os agentes. Os impressos eram elemento essencial nesse processo, o que explica o remanejo posterior dos fundos angariados para a aquisição de tais produtos culturais. É possível perceber ainda como a oralidade era um elemento presente naquela sociedade em vias de transformação. As leituras em público, além de contornar a questão do analfabetismo, rompiam ainda com as práticas silenciosas de leitura, realizadas em privado, de forma a reunir pessoas nos espaços públicos para experiências coletivas de apropriação da palavra impressa.

O crescimento no número de usuários dos Correios esteve estreitamente vinculado ao processo de liberalização política pelo qual o Brasil passou a partir da primeira década do século XIX. Assim, era cada vez mais necessário que as estruturas postais existentes também fossem aperfeiçoadas, de forma a garantir a existência de comunicações regulares que pudessem garantir o desenvolvimento do novo Império nos mais diferentes segmentos. As comparações entre as experiências políticas de Antigo Regime e as que vieram a partir da outorga da Constituição de 1824, são propagadas com grande profusão nas folhas de linha editorial liberal. Essas buscavam demarcar de forma enfática as diferenças entre passado e presente, de forma a instruir a opinião pública em relação às vantagens advindas da experiência ilustrada e utilizavam, para isso, uma linguagem pedagógica calcada nos preceitos liberais daquele momento. Em outra correspondência, publicada originalmente no periódico, também liberal, *Farol Paulistano* e recompilada pelo redator d' *O Universal* (09/07/1830, n. 464), acerca de boatos que ecoavam na Vila de São Carlos, na província de São Paulo, fica novamente perceptível os interesses políticos dos agentes responsáveis pelas publicações, assim como a importância das comunicações postais naquele contexto político:

Havia corrido o boato de que o Despotismo seria proclamado logo que se reunisse a Assembleia Geral Legislativa; e sendo costume reunirem os Cidadãos desta Vila nos dias da chegada do Correio para lerem as cartas e Periódicos da Corte e São Paulo aconteceu que por um transtorno na administração do correio não chegasse a mala no dia do costume. Os Cidadãos tomando a nuvem por Juno, assentaram que estava proclamado o absolutismo, e essa era a causa de não se receberem Cartas nem Periódicos, imediatamente deliberam que era preciso resistir, e juram não sobreviver à queda da liberdade; avisam-se uns aos outros; compram armas; e a Vila inteira se põe em atitude de defesa; e enviam um Cidadão à Vila do Itu para ver o seu estado, e ir a Cidade oferecer socorro aos Constitucionais. O Cidadão ao chegar a Itu encontra o pedestre que levava a mala, reconhece o engano e a sua causa, volta



a dar resposta; e todos ficam contentes e satisfeitos, arrependidos somente de haverem pensado que fosse possível a volta do cativo. No meio de tudo isto (circunstância muito notável) um insulto não se fez a pessoa alguma; os sentimentos foram unânimes.

Nesse sentido, é possível observar como a livre comunicação, escrita ou oral — sem que essa estivesse submetida a quebras de sigilo postal ou censura de autoridades —, se atrelava a uma prática constitucional, que passou a ser experienciada, em maior escala, pelos agentes ao longo do Primeiro Reinado, de forma a atingir novos espaços a partir de elementos difusores, como, por exemplo, os impressos e sua livre circulação através dos Correios e outros vetores auxiliares. A reunião periódica de pessoas nos espaços públicos, com objetivo de tomar conhecimento das novidades — e discuti-las, coletivamente, mediante razões específicas —, passou a se tornar prática nos mais diferentes contextos urbanos. É possível que, no acontecimento relatado anteriormente, a descontinuidade das notícias acerca dos interesses conflitantes entre dom Pedro I (e seus ministros) e a Câmara dos Deputados, que passaram a tomar conta do ambiente político da Corte no fim da década de 1820, tenha causado um clima de incerteza entre os habitantes da Vila de São José, que apenas a chegada do correio seguinte poderia dar conta de resolver. O atraso das malas, contudo, amplificou o boato, criado possivelmente a partir da apropriação dos escritos impressos e das discussões realizadas em público, o que culminou em uma interpretação exacerbada acerca dos acontecimentos. Isso evidencia como a regularidade das trocas de correspondência passava a ser elemento estruturante das relações políticas e econômicas da Corte com as províncias do Império, de maneira a vigorar enquanto um dos elementos de integração entre os territórios.

A recompilação desse extrato do *Farol Paulistano* nas páginas d' *O Universal* é um indício das trocas comunicacionais realizadas entre agentes inseridos em territórios distintos e/ou geograficamente distantes. Ao longo do Primeiro Reinado, Minas Gerais, assim como outros espaços provinciais, observou o surgimento de estabelecimentos tipográficos e o início da circulação de um grande número de impressos por toda a província — estimulado, sobretudo, pelo início das atividades políticas na Corte e nas províncias. Essa conjuntura demonstra como a livre atividade dos impressos era concebida enquanto uma importante ferramenta política, que possibilitaria com que a população tivesse cada vez mais contato com as experiências propiciadas pelo liberalismo que se estabelecera a partir da Constituição de 1824. Segundo argumenta o historiador Raphael Almeida (2019, p. 231-2), “a publicidade, propiciada por uma imprensa livre de constrangimentos, criaria e iluminaria a esfera dos interesses comuns da comunidade política, onde os homens poderiam manifestar-se livremente”.

Esse discurso, ainda segundo esse autor, esteve presente nas propostas dos parlamentares, sobretudo na Câmara dos Deputados, durante as décadas de 1820-30. A circulação de informação, por meio dos veículos impressos, impulsionaria a ampla publicização dos temas debatidos nos espaços políticos formais, de forma que sua interação com os espaços informais, das praças, cafês, livrarias, possibilitaria com as atividades dos representantes completassem “o seu ciclo ao apresentarem aos cidadãos as ações e proposições do poder público” (Almeida, 2019, p. 232). Entre as medidas sugeridas pelos deputados para a ampliação da circulação dos atos públicos, a distribuição das taquigráficas das sessões legislativas às tipografias da Corte foi proposta enquanto forma de difundir os temas discutidos nas instituições políticas pelos espaços públicos. Essa sugestão, apresentada em 10 de março de 1828 na Câmara dos Deputados, tinha o intuito de ampliar a circulação e o acesso à informação, que já ocorria — de maneira fragmentada, é preciso ressaltar —, pela imprensa periódica (Almeida, 2019).

Naquele mesmo ano, em 9 de maio, o deputado mineiro José Bento Leite Ferreira de Mello sugeriu que as folhas periódicas fossem isentas de porte nas agências dos Correios. O parlamentar argumenta em relação a essa proposta que:

É bem sabido, que havendo já no Brasil bastantes folhas periódicas, não temos ainda colhido delas todos os frutos que era de esperar, pelos embarços que se encontram nos correios de uma para as outras províncias, por isso julgo que podiam ser francos os portes destas folhas, porque é bem pouca a diminuição nos direitos. Há ainda outra circunstância, e é, que os periódicos estrangeiros não pagam nada, quando os nacionais pagam metade do porte, e por esta razão mando à mesa a resolução para que as folhas estrangeiras fiquem pagando o que pagavam as nacionais (apoiados), não pagando estas porte algum (Brasil, 1876, p. 36).

Conforme apontamos anteriormente, segundo estabelecido desde o Aviso de 14 de março de 1801, que apontava instruções adicionais ao Alvará Régio de 1798, os impressos estariam sujeitos à cobrança de metade do porte estabelecido para pagamento nas agências postais. As folhas estrangeiras estariam totalmente isentas de quaisquer cobranças para entrada nos Brasil. Desde que, em ambos os casos, fossem remetidas com capa aberta, que possibilitasse a identificação do material. A resolução com a proposta de inversão da situação, como forma de impulsionar a circulação dos impressos nacionais por meio dos Correios, foi bem recebida pelo redator Evaristo Ferreira da Veiga, que n’ *Aurora Fluminense* (11/06/1828, n. 54) teceu elogios ao deputado e colega Ferreira de Mello, com o qual possuía afinidades políticas:

A necessidade que o Brasil tem de que as luzes se comuniquem por meio dos jornais em todos os pontos não é desconhecida por pessoa alguma, e os obstáculos, que nascem das localidades, e distância já não são de pequena monta. Junta-se a eles o oneroso porte, que pagam nos Correios as Folhas impressas, que aumentando em demasia o seu preço frustra as Províncias de receberem facilmente os Periódicos da Corte, e a Corte de saber o que vai pelas Províncias. [...] Os benefícios que hão de nascer de uma tal providência não são talvez ainda bem avaliados; mas lance-se os olhos sobre o estado de incomunicabilidade e de isolamento, em que parecem estar as diferentes partes do Brasil; e o laço de comunicação, que podem formar as Folhas políticas circulando livremente de uns para outros pontos; e então se conhecerá a sua transcendência, e extensos resultados.

A circulação de impressos pode ser compreendida, a partir dos argumentos do redator, como estímulo para a transformação e a afirmação dos espaços públicos nas províncias de norte a sul, ao difundir notícias da Corte e de outras localidades, de forma a tornar as novidades acessíveis aos leitores. Isentar os periódicos de porte nos Correios, portanto, era medida importante para a promoção de uma maior integração territorial entre as várias e diferentes partes do Império. Isso seria assegurado pela regularidade dos serviços postais, que promoveriam a constituição de vínculos importantes para a formação de uma experiência comunitária entre regiões ainda permeadas por constantes localismos. Esse quadro fragmentado que permeava as comunicações, traçado no trecho acima, demonstra como a vida social, bem como as questões políticas, permaneciam ainda em um estado que acarretavam em obstáculos para a execução de atividades cotidianas, tanto para agentes públicos quanto para privados (Silva, 2005). Assim, o estímulo à ampliação da constância das trocas de informações, possibilitaria contornar esses problemas experienciados no dia a dia.

No mês de setembro do ano anterior, o deputado Ferreira de Mello havia posto em discussão uma representação do comerciante Baptista Caetano de Almeida, que solicitava isenção da cobrança de porte nas agências dos Correios e de direitos os livros nas alfândegas e portos secos, a impressos e livros remetidos à Biblioteca Pública que havia fundado na vila de São João del-Rei. Conforme veremos adiante (no Capítulo 4), esta representação foi aprovada pelos parlamentares, que ainda haviam de estender a medida a todos os estabelecimentos de semelhante natureza do Brasil. Com esta resolução tendo sido aprovada em 1827, a nova proposta do deputado foi posta em discussão em 7 de junho de 1828, onde pretendia-se a isenção de porte aos impressos nacionais e a cobrança de meio porte aos estrangeiros, a menos que estes últimos fossem remetidos a bibliotecas públicas. Posto que nestes casos as folhas internacionais também estariam isentas das cobranças de direitos.

No plenário, o deputado José Avelino Barboza (1876, p. 57) apresentou uma emenda que solicitava que todas as isenções concedidas às bibliotecas públicas fossem ampliadas “para

todos os cidadãos do Império do Brasil”. Seguindo as discussões, o deputado José Gervásio de Queiroz Carreira propôs um artigo aditivo que tinha o objetivo de fazer com que os periódicos fossem compreendidos enquanto correspondências seguradas pelas repartições dos Correios, sem que, para isso, precisassem ser pagos os valores do seguro. Este deputado argumentava que sua proposta tinha por objetivo aumentar a diligência da administração dos correios com os periódicos, de forma a denunciar o constante extravio de papéis enviados pelos serviços postais. José Clemente Pereira contestou as afirmações de Queiroz Carreira quanto ao sumiço de remessas, e solicitou que as acusações do colega parlamentar contra os funcionários públicos fossem comprovadas. As emendas de Avelino Barboza e Queiroz Carreira foram, ambas, enviadas à Comissão de Justiça Civil da Câmara, para que recebessem parecer, em decorrência de particularidades e impeditivos que poderiam atrapalhar o trâmite do texto original.

Em seguida, o deputado José Lino dos Santos Coutinho (1876, p. 58) apresentou considerações acerca dos contrabandos praticados pelos usuários dos serviços. Dessa maneira, apontava que isso acarretava em constantes prejuízos por parte dos Correios, que, conforme argumentava, parecia em estado de abandono naquele momento:

Os correspondentes de diversos países estrangeiros, querendo mandar cartas, periódicos e muitos papéis a seus correspondentes fazem uns pequenos pacotes cobertos com um pano, e põem-lhe o sobescrito por fora "Amstras de fazenda", e com este título de amostras vão estes pacotes para a alfândega, e cada um dos comerciantes vai recebe-los, e aí vêm 50 e 100 cartas e muitos periódicos, ficando assim a nação inibida de receber muitos portes. (...) em quase todas as nações a administração do correio faz uma grande soma de suas rendas, e como é que a nossa administração há de estar entregue a um abandono total?

As alegações apresentadas pelos parlamentares ao longo da discussão evidenciam a situação dos Correios brasileiros naquele momento. Apesar da promoção da regularidade assegurada pelos sistemas postais nas trocas de remessas de cartas, impressos e encomendas de vários tipos, a ferramenta ainda carecia de uma regulamentação que desse conta de questões operacionais básicas. Isso, contudo, não parece ser algo que perpassava apenas os sistemas postais, posto que em uma série de ramos da administração pública ficavam latentes as demandas por novos arranjos institucionais (Castro, 2021).

Em oposição ao aumento da fiscalização das correspondências, o mineiro José Custódio Dias questionava que a medida poderia incorrer em maiores arbitrariedades praticadas pelos governos, de forma a abrir margem para a quebra do sigilo postal. Ao que tudo indica, essa era uma posição personalista do deputado, que justificava ser “contra o artigo aditivo, porque sempre me oporei com todas as minhas forças a que se dê arbítrio ao governo”.

Apaziguador, Bernardo Pereira de Vasconcellos (1876, p. 58) apontava que não percebia a proposta de Lino Coutinho como uma artimanha, posto que se “ele [o governo] usar mal desta arbitrariedade, fica responsável como se violasse o artigo de uma lei”. Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado, que emitiu parecer favorável, removendo apenas a emenda de Lino Coutinho. Entretanto, mesmo com a aprovação de ambas as casas do legislativo, o projeto não foi sancionado. Foi vetado por D. Pedro I, que, após se reunir com o Conselho de Estado em 4 de julho de 1829, emitiu parecer que justificava os prejuízos econômicos que a medida causaria ao erário (Castro, 2021).

Entre o período de discussão da proposta de José Bento Leite Ferreira de Mello e o veto do imperador, veio à luz o Decreto de 5 de março de 1829 (Brasil, 1877, p. 221), que regimentava as atividades da Administração Geral dos Correios. Ficou reiterado que: que gazetas, periódicos e jornais impressos dentro do Império estariam isentos de porte se fossem dirigidos a bibliotecas públicas; que impressos remetidos a particulares pagariam somente meio porte, desde que fossem enviados "sem capa, presos com tiras de papel, de maneira que se possa conhecer que dentro não vão cartas"; os impressos de fora do país ficariam submetidos aos mesmos regulamentos, sob cobrança de taxas específicas a depender do local de origem (Brasil, 1877, p. 221).

Em maio de 1830, na segunda legislatura, a proposta voltou a ser discutida pelos parlamentares, em meio a outras propostas vetadas pelo Imperador na primeira legislatura, conforme o trâmite previsto na Constituição 1824. Novamente, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Destacou-se entre os defensores da proposta Evaristo Ferreira da Veiga, redator d' *Aurora Fluminense*, eleito deputado pela província de Minas Gerais por meio da importância que havia adquirido por sua atuação na cena política pela imprensa e que, por esta, já havia sido uma das vozes que enfatizaram a utilidade da proposta. O mesmo voltava a argumentar:

Todos sabemos a vantagem que se tem colhido da circulação dos periódicos liberais, e de todos os periódicos em geral; todos nós sabemos que o Brasil de 30 difere muito do de 26, e para isso tem concorrido muito os jornais. Se, pois, a sua circulação nos serve para a melhor instrução dos povos, que não tem por hora grande soma de ilustração, para que deixamos de tomar este meio indireto de a favorecer? (...) Sabemos o que o poder obra, e que por esta maneira se vai promover a circulação, e até desses periódicos servis contra a liberdade; mas, entretanto, a causa é tão boa, que não devemos deixar de dar toda publicidade, porque a arma dos periódicos liberais, é tão excedente que rebenta na mão dos servis. (...) devemos nos lembrar que, segundo as distâncias consideráveis que existem no Brasil, nós devemos procurar facilitar as comunicações a essas associações de desejo, e de vontade de opinião, que tem estabelecido a

civilização ao ponto que vemos hoje. Nós vemos na Europa, onde as comunicações são fáceis, onde há meios de associações públicas, casas de educação em todos os pontos, que muito se promove a circulação de jornais; e então como nós, que temos ainda tantos obstáculos, que a poucos anos lançamos fora os ferros do despotismo, não havemos de facilitar todos os meios para a circulação de jornais?

A fala de Evaristo aponta para a importância da circulação da imprensa enquanto uma ferramenta de instrução pública, que produzia reflexos na sociedade. O deputado compreendia que esta era uma forma “indireta” de ilustração, possivelmente concebendo que eram necessárias formas mais concretas como, por exemplo, a instrução formal. A difusão dos periódicos estava plenamente conectada a uma dimensão política, pois, a partir do contato com as novidades do cotidiano, nas várias localidades do Império, os cidadãos poderiam exercer as liberdades garantidas pela Constituição. Dessa forma, era preciso criar um ambiente propício para as “associações de desejo”, importantes para a elaboração de uma experiência comunitária entre os sujeitos naquele momento de emergência do Estado nacional brasileiro.

Por meio dos impressos, e da sua difusão ampliada pelos Correios, redatores podiam se comunicar a longas distâncias com um público mais amplo e diversificado de leitores e com outros publicistas, de forma a constituir vínculos a partir de ideias e interesses em comum. Essas formas de sociabilidade entre redatores, com surgimento e difusão de novos impressos, podem ser vistas nos laços concebidos entre os agentes responsáveis pelas publicações de linha liberal moderada da Corte e da província de Minas Gerais, entre os quais Ferreira da Veiga estava inserido.

A polarização presente no discurso de Evaristo, entre “liberais” e “servis” demonstra o clima entre os agrupamentos políticos na imprensa do Primeiro Reinado. Conforme veremos adiante, esses utilizaram a imprensa enquanto uma extensão da atuação política nos espaços formais de discussão recém instituídos. Formavam-se, assim, os “estreitos laços de comunhão” (O Homem e a América, 10/12/1831, n. 9), que relativamente coesos — como no caso dos liberais moderados, que veremos nos capítulos seguintes —, contribuíram para a construção alianças políticas, que vigoraram enquanto forma de combate a adversários e projetos de estruturação do Estado brasileiro. Essas redes de sociabilidades impressas foram responsáveis pela difusão de conceitos e ideias, que, apesar das variações regionais, manifestaram-se por todo o território do nascente Império do Brasil.

Tendo sido amplamente defendida pelos liberais na Câmara dos Deputados e na imprensa, a proposta pelo franqueamento do porte dos impressos foi sancionada apenas no ano

seguinte, quando, após as pressões que levaram D. Pedro I a abdicar do trono, os mesmos passaram a encabeçar o governo regencial.

### **CAPÍTULO 3: REDADORES, EDITORES E CORRESPONDENTES NA IMPRENSA PERIÓDICA**

O dinamismo da imprensa periódica, enquanto ferramenta de ação e intervenção concreta, experienciado de maneira inédita em terras brasileiras pelos agentes inseridos no contexto do processo de Independência no início do século XIX, significou uma expressiva demonstração das potencialidades transformadoras dos materiais impressos, que colaboraram, de forma decisiva, na alteração do panorama social, político e cultural do Brasil. A atuação dos redatores independentes nos debates ocorridos na cena pública entre 1820-23, em folhas de vários formatos, contribuiu para a afirmação de uma nova cultura política (Neves, 2003). Essa se difundiu nos anos seguintes e atingiu os espaços de atuação também das províncias, sobretudo a partir da outorga da Constituição de 1824 — que levou ao estabelecimento do modelo monárquico representativo —, e do início dos trabalhos da primeira legislatura na Assembleia Geral da Corte.

Ao longo do Primeiro Reinado, surgiram, em várias localidades, estabelecimentos tipográficos, que passaram a publicar periódicos de vários tipos e posicionamentos políticos. A grande maioria das publicações tiveram vida efêmera — e até mesmo circunstancial —, e não chegaram a passar de algumas poucas edições. Outras se destacaram na cobertura cotidiana dos acontecimentos e na promoção de debates e embates ocorridos na emergente esfera pública da época. A atividade jornalística passaria a ser vista pelos publicistas como forma de ascensão política em âmbito local, provincial e nacional, de forma não apenas a servir enquanto instrumento para aquisição de capital político para os indivíduos inseridos nesse meio, mas também para os grupos que esses representavam perante a opinião pública.

Entre os grupos atuantes na cena da política imperial, os liberais moderados se destacaram por seus usos da imprensa como forma de difundir conceitos e ideias relacionadas à ilustração. Entre 1826 e 1836, período em que o grupo esteve atuante na cena pública, seus redatores angariaram grande prestígio perante o público, o que impulsionou os interesses individuais e coletivos dos quadros da moderação, de modo a abrir espaço para inserção de novos atores, muitos até então anônimos, nas várias instâncias de representação política. Seus impressos, em geral, se mantinham em circulação por mais tempo — se comparado aos de outros ajuntamentos políticos —, e tinham maior precisão em sua periodicidade, o que é indício de uma maior capacidade estrutural desse agrupamento (Basile, 2004). É preciso salientar que as tipografias eram ainda marcadamente artesanais, o que também se constituía um fator de limitação para o desempenho da atividade no período e aponta para as dificuldades de



manutenção desses estabelecimentos. Marcello Basile (2004, p. 24) argumenta que outra explicação para a longa trajetória dos impressos moderados residia:

(...) no possível apoio, ou identificação, de uma fatia maior da opinião pública aos moderados e ao governo regencial que estes sustentavam, apoio que se manifestaria em uma procura mais ampla, constante e duradoura por esses jornais; mas igualmente se deve (...) ao maior grau de organização dos moderados, expresso na própria composição sócio-profissional de seus publicistas. Embora tenham saído à luz várias dezenas de publicações moderadas de duração efêmera, não raro sequer indo além dos números iniciais, constituíam aqueles grandes periódicos uma das marcas centrais da imprensa moderada na Corte; até porque eram estes que ditavam a linha política seguida pelas demais publicações do grupo e os que, dentre estas, maior impacto exerciam no meio jornalístico e, provavelmente, junto à opinião pública fluminense.

Os periódicos moderados de maior expressão no Rio de Janeiro foram, sem dúvida, a *Astréa* e a *Aurora Fluminense*. Destacaram-se por sua enfática atuação no Primeiro Reinado, de forma a veicular as novidades políticas da Corte e a influenciar publicações também em outras localidades do Império, principalmente na integrada região Centro-Sul. Nesse sentido, em Minas Gerais, província mais populosa do Império, os moderados puderam contar com mais dois impressos de destaque na cena política, *O Universal*, publicado na cidade de Ouro Preto, e o *Astro de Minas*, na vila de São João del-Rei. O circuito de comunicações entre as três localidades<sup>3</sup> possibilitou a estruturação de uma importante rede de difusão de notícias para este agrupamento político e a construção de uma hegemonia que alcançou seu auge após a abdicação de dom Pedro I, no dia 7 de abril. Nesse acontecimento, a rede de correspondentes moderados entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro desempenhou papel de expressiva relevância. Mas afinal, quem foram os liberais moderados? Quais características serviam de elemento aglutinador para esse grupo?

### 3.1. IDENTIDADES POLÍTICAS EM FORMAÇÃO: OS LIBERAIS MODERADOS

Conforme enfatizado pela historiografia, há uma dificuldade corrente em estabelecer enquadramentos para as ideias políticas existentes no contexto de formação do Estado nacional brasileiro. Diferente do que concebemos em termos de partido na atualidade, os agrupamentos políticos das décadas de 1820-30 estão inseridos em um contexto de formação de identidades

---

<sup>3</sup> Estabelecido, conforme discutimos anteriormente, a partir das ligações comerciais realizadas durante século XVIII, e que consolidou ainda mais os laços regionais no processo de interiorização da metrópole, com a transferência da Coroa no início do XIX.

políticas — individuais e coletivas —, de forma que, correntemente, a precisão das delimitações utilizadas, em trabalhos que se debruçam sobre a temática, nem sempre fornece uma definição inteiramente coerente e satisfatória das complexas relações e práticas desenvolvidas pelos agentes naquele contexto específico.

O “Diccionario da Lingua Portugueza”, de Antônio de Moraes Silva (1789, p. 163), definia partido como “parcialidades partes, bando, facção”, de forma a ser um termo carregado de uma conotação, de certa forma, pejorativa. Contudo, tal definição não necessariamente aponta no sentido de que as organizações partidárias eram vistas como algo negativo, mas sim que é preciso compreendê-las enquanto grupos formados em torno de lideranças “ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses e motivações específicas”, sendo, por consequência, delimitados “por lealdades ou afinidades intelectuais, econômicas e culturais entre seus participantes” (Andrade; Silva, 2012, p. 134). Nesse sentido, a ausência de posicionamentos coesos, mesmo entre os sujeitos que se identificavam como sendo membros de um mesmo agrupamento, era algo comum.

Claus Rodarte (2011) argumenta em relação a indícios de transformações no vocabulário político do pós-Independência a partir da difusão de autores vinculados aos postulados teóricos do liberalismo. Na imprensa de influência governista, conforme destaca o autor, é possível verificar a distinção entre os termos partido e facção, o que era uma significativa inovação teórica. Em meio a uma lista de vocábulos publicados pelo *Diário Fluminense* (10/02/1826, n. 32, p. 126), o redator definia partido como “elemento necessário nos Governos Livres; porque os partidos é que formam o sistema das opiniões acerca dos negócios públicos”, de maneira a reconhecer sua função de utilidade pública no modelo de Monarquia Representativa adotado pelo Brasil. Por outro lado, facção era tido como expressão da “associação entre indivíduos, que têm desígnios estranhos à causa pública, e que fazem esforços a favor de interesses particulares”. Por fim, traçava uma oposição entre despotismo e liberalismo ao concluir que: “a corte dos déspotas é o país das facções; só nos Governos livres é que há partidos” (Diário Fluminense, 10/02/1826, p. 126).

Os moderados, segundo aponta Marcello Basile (2004), estavam situados no centro do espectro político, entre os outros dois principais agrupamentos que disputavam espaço na cena imperial – exaltados e caramurus, conforme discutiremos adiante. Baseavam sua atuação no princípio filosófico, de viés aristotélico, do *justo meio*, que argumentava em defesa de um equilíbrio, sob uso da razão e da civilidade, entre o que consideravam “excessos passionais extremos”. Transposto para contexto político daquele período:

Esta postura moderada situava o *justo meio*, em termos políticos, e bem de acordo com o ideário clássico do Liberalismo, em um ponto de equilíbrio entre o Absolutismo e a Democracia, os dois extremos repudiados, manifesto na divisão de poderes entre o rei e os representantes do povo (parlamento) (Basile, 2004, p. 42).

Nesse sentido, os moderados atuaram, no parlamento e na imprensa, em observância da devida aplicação das conquistas — civis, principalmente — firmadas e garantidas pela Constituição de 1824, mas também em prol de reformas que ampliassem as prerrogativas da Câmara dos Deputados, a independência do poder Judiciário e que reduzissem os poderes do Imperador. Tais frentes de atuação tinham como objetivo a instituição de uma ideia de liberdade, compreendida enquanto direito natural, mas circunscrita aos limites do pacto social, de forma a manter a ordem social estabelecida no texto constitucional e as instituições decorrentes do modelo monárquico-representativo. Essa ideia se baseava na concepção de cidadania jusracionalista, fundamentada nas formulações teóricas de John Locke, que entendia que “para além das leis naturais metafísicas, o direito racional positivo deveria concreta e utilitariamente conformar-se ao bem-estar das nações” (Basile, 2004, p. 43).

Localizados à esquerda dos moderados, os liberais exaltados figuraram principalmente nos espaços públicos informais, de forma a se utilizar da imprensa e das ruas como meio de difundir conceitos e ideias. Esses eram adeptos de um liberalismo baseado, principalmente, nos postulados teóricos de Jean-Jacques Rousseau. Mesclavam, assim, elementos liberais clássicos com ideias democráticas e tinham por inspiração o radicalismo jacobinista dos revolucionários franceses em sua ação política na cena imperial. Se posicionaram em defesa de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, que visavam a adoção do modelo institucional republicano federativo. Também eram favoráveis à separação entre Igreja e Estado, à extensão da cidadania civil e política a toda parcela livre da sociedade e aos ideais de soberania popular — defenderam até mesmo, como recurso extremo, o exercício direto dessa soberania por meio da revolução popular. Pugnaram abertamente pelo fim gradativo da escravidão, pela promoção de igualdades sociais e jurídicas e até mesmo por projetos de reforma agrária (Basile, 2000).

Os membros do agrupamento exaltado provinham das camadas médias urbanas, excluídos da esfera das elites políticas e socioeconômicas da época, o que refletia diretamente na pouca representação do grupo em âmbito parlamentar. É possível que, por conta do radicalismo expresso pelas ideias exaltadas, esses acabassem por utilizar da retórica de forma comedida ao defender interesses no parlamento, assim como já ocorria na imprensa, com intuito de contornar possíveis acusações, por parte das autoridades, de que fossem contrários ao

modelo de governo e a dinastia imperante. Nesse sentido, as aproximações circunstanciais com os liberais moderados, tecida a partir de interesses em comum — sobretudo no fim do Primeiro Reinado, com o recrudescimento da crise política e a maior radicalização dos exaltados — contra os governistas, pode ser melhor compreendida, pois provavelmente já existia, em alguma medida, afinidades constituídas entre os membros de ambos os grupos (Basile, 2001). Uma das pautas que uniram moderados e exaltados foi a das reformas constitucionais, fortalecidas no pós-Abdicação e que consubstanciou as propostas de ambos os agrupamentos, o que resultou no Ato Adicional de 1834.

As propostas de reforma federalista eram amplamente rechaçadas pelos caramurus, agrupamento que se posicionava à direita no espectro político imperial, pois se mantinham na linha de conservação do texto constitucional tal qual fora outorgado por D. Pedro I em 1824. Estes eram alinhados com um liberalismo de matiz conservadora, que se inspirava principalmente em Edmund Burke, em defesa da manutenção do modelo monárquico constitucional centralizador, nos moldes do que vigorava durante o Primeiro Reinado. Por conseguinte, eram críticos ferrenhos da Abdicação, considerada, junto aos intentos reformistas, como uma revolta promovida por adversários contra o chefe de Estado. O movimento teria culminado no rompimento do pacto social estabelecido entre monarca e o povo, tendo em vista que esse era, conforme estabelecido no texto constitucional, pessoa inviolável e sagrada (Basile, 2006).

Os impressos caramurus tiveram vida efêmera, o que possivelmente se deve à identificação da opinião pública com os moderados, mas também aos processos de crime de imprensa que alguns de seus redatores sofreram no período regencial. Dessa forma, seu principal local de atuação foi na Assembleia Geral — sobretudo no Senado, espaço no qual conseguiam barrar os projetos reformistas da maioria moderada na Câmara dos Deputados, onde também atuavam, mas em minoria desde a segunda legislatura. Fizeram oposição aos projetos que tinham por objetivo o fim do Poder Moderador, do Conselho de Estado, e, em defesa de seu principal ponto de apoio, foram contra a extinção da vitaliciedade dos membros do Senado (Basile, 2004).

As primeiras legislaturas foram significativamente férteis para a acomodação das identidades no parlamento brasileiro. Os membros de elites das várias partes do Império, que desde o início da década travavam embates nas províncias, passavam agora a se inserir em uma dinâmica política mais ampla, nos espaços formais de discussão da Corte, com o início dos trabalhos legislativos em 1826. Puderam, assim, produzir articulações como forma de fortalecer sua ação política em prol de interesses coletivos — dos grupos que representavam nos diversos

contextos provinciais componentes do mosaico brasileiro —, mas também aspirações particulares de ascensão política e social. Naquele momento, os representantes reunidos no parlamento tinham diante de si a importante incumbência de proceder pelo vigor e consolidação das conquistas advindas do processo de Independência, referendadas na Constituição de 1824. Foi, portanto, na Assembleia Geral que ocorreu o processo concomitante de delineamento do Estado e nação brasileiros, a partir das alianças e embates travados por forças hegemônicas regionais diversas, que expressavam diferentes experiências também em relação a culturas políticas (Rodarte, 2011).

A província de Minas Gerais, mais populosa do Império e, por consequência, detentora da maior representação na Assembleia Geral, desempenhou papel fundamental nesse processo. O historiador Claus Rodarte (2011, p. 8) aponta para as complexas relações políticas travadas entre os setores de elite mineiros, de forma que:

(...) significativa foi a competição intraprovincial em Minas Gerais, a mais populosa do Império e, conseqüentemente, com representação mais numerosa na Assembleia Geral. Dona de uma bancada de vinte deputados gerais e dez senadores – o que lhe conferia cerca de 20% dos assentos no parlamento nacional após a instalação da Assembleia Geral em 1826 –, a província, a fim de se fazer ouvida, dando sua contribuição para a composição do Estado e da Nação em curso no parlamento, elegia seus porta-vozes, capazes de, no caso de agirem de maneira conjunta e coordenada, exercer forte influência sobre os rumos dos acontecimentos políticos nacionais. Essa força política, vista como ameaça por parlamentares de outras províncias (como foi o caso do deputado sergipano Barros Pimentel, que, em discurso de 18 de Março de 1843, via Minas como “um espantalho para o Governo”), sofreu diversas tentativas de fragmentação: somente durante o Império, tentou-se, na Assembleia Geral, dividir Minas em, pelo menos, dez ocasiões (1830, 1843, 1853, 1854, 1858, 1862, 1868, 1873, 1875 e 1884). (...) na província (e não se trata de um fenômeno exclusivamente mineiro), havia tanto forças centrífugas quanto centrípetas, forças que disputavam nas urnas o poder de voz, fosse para o comando, ou para o protesto, saindo de um mosaico (o provincial) para outro (o nacional).

No mosaico provincial mineiro, os liberais moderados se sobressaíram enquanto um dos grupos de elite hegemônicos, tendo seus membros adquirido grande prestígio ao longo do Primeiro Reinado. A partir das relações formadas em torno da economia de abastecimento da Corte e do processo de interiorização da metrópole na primeira década do século XIX, foi possível formar laços por todo o Centro-Sul — principalmente com o Rio de Janeiro e a província de São Paulo. Isso, somado à expressiva capacidade de representação da província, viabilizou aos representantes moderados mineiros uma ampla atuação política no parlamento, notadamente na Câmara dos Deputados.

As experiências políticas adquiridas por agentes que se tornariam proeminentes lideranças entre os moderados na década de 1820 foram fundamentais para a formação de alianças com outros membros daquela casa, sobretudo com os oriundos de outras províncias. Entre as figuras de atuação destacada desde o processo de Independência, podemos apontar o Padre José Custódio Dias, que havia, anteriormente, sido eleito deputado designado às Cortes Constituintes Portuguesas, onde nunca chegou a tomar posse, e para a Assembleia Geral Constituinte de 1823, na qual teve atuação destacada nas fileiras da oposição. Nasceria no Arraial de Nossa Senhora da Nazaré, distrito da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei, em Minas Gerais, por volta de 1767, filho do capitão Custódio José Dias e de Anna Lopes da Silva. Tinha três irmãos: Custódio José Dias, um ano mais novo, capitão mor da Vila de Jacuí e, como o irmão, eleito por Minas Gerais à Câmara dos Deputados; além de Quiteria Maria da Silva e Anna Josepha da Silva, suas irmãs, casadas e com filhos, estabelecidas no Arraial de São Gonçalo de Ibituruna, também distrito da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei. Subdiácono ordenado em Mariana nos idos do ano 1789, o Padre José Custódio Dias foi discípulo do Cônego Luis Vieira da Silva — professor de Filosofia do Seminário de Mariana, um dos líderes do revolucionário projeto da Conjuração Mineira, preso naquele mesmo ano —, com quem compartilhava afinidades de pensamento político, como a inclinação ao republicanismo democrático (Barbosa, 2018). Ordenou-se padre em 1791, sendo designado para atuar no Sul de Minas como Vigário nas Vilas de Sabará e, posteriormente, da Vila de Campanha. Seus compromissos eclesiásticos possivelmente foram importantes para sua ascensão política na década de 1820, o que lhe possibilitou a constituição de relações por diversas partes da província da Minas Gerais (Valladão, 1955 *apud* Rodarte, 2011). Somado a isso, suas atividades econômicas também foram importantes para aquisição de prestígio perante os diversos segmentos constituídos em torno da economia de abastecimento de gêneros de primeira necessidade da Corte.

José Custódio Dias e seu irmão, Custódio José Dias, eram proprietários da fazenda do “Centro”, situada próxima à Vila de Campanha, onde atualmente se localiza o município de Alfenas, conhecida na época como centro de invernadas — local de pastagem no qual eram feitas as paradas de tropas e engorda de gado durante o inverno —, onde ambos puderam auferir grandes lucros com as práticas de compra e venda de gado, além da produção própria que tinham estabelecida naquela propriedade. Tanto o padre quanto seu irmão puderam firmar relações comerciais com centros de produção de gado do Centro-Sul, de forma a atingir regiões como Goiás e Mato Grosso, locais com os quais estavam em constante contato no desempenho de suas atividades (Lenharo, 1992).

Padre José Bento Leite Ferreira de Mello teve trajetória, em alguns aspectos, similar à de José Custódio Dias. Passara de um papel de destaque nos acontecimentos políticos locais e provinciais, como vereador na Vila de Campanha e, mais tarde, membro da primeira Junta de Governo da Província de Minas Gerais — acusada por opositores de exprimir ideais republicanos, por sua defesa de concepções autonomistas e por suas feições democráticas —, para assumir, por três legislaturas seguidas (1826-1829, 1830-1833, 1834-1837), como deputado eleito para a Assembleia Geral por aquela província, o que significou sua definitiva ascensão aos quadros da política nacional, sendo em 1834 nomeado para compor o Senado. Ferreira de Mello era filho de José Joaquim Leite Ferreira de Mello e de Escolástica Bernardina de Mello, nascido em Campanha, Minas Gerais, em 1785 (Blake, 1898, p. 338). Por conta da influência de sua família em São Paulo, onde tinha parentesco por parte de mãe com a família Prado, mudou-se para o palácio episcopal e lá residiu durante seus estudos no convento do Carmo. Ordenado em 1809, foi designado pároco de Mandu, freguesia de Campanha, subordinada à época ao Bispado de São Paulo, local no qual exerceu grande influência política e econômica. Sob influência de Ferreira de Mello, Mandu foi elevada a arraial e mais tarde, após ser desmembrada de Campanha em 1831, à condição de vila, quando passou a ser designada como Vila de Pouso Alegre (Silva, 2009). Naquela localidade, o padre estabeleceu sua propriedade, a fazenda do Engenho, para a qual se dirigia com frequência mesmo após sua eleição para a Câmara dos Deputados, de maneira a não descuidar de suas bases eleitorais e de suas atividades econômicas na região, para a qual também contribuía na promoção de um plano urbanístico, estímulos de incentivo ao aperfeiçoamento agrícola e com a instalação de educação primária e secundária (Lenharo, 1992). Foi ainda Vigário da Vara da Câmara Eclesiástica, cônego honorário da Sé de São Paulo e recebeu o título honorífico de Comendador da Ordem de Cristo (Blake, 1898, p. 338).

Essas duas trajetórias de destaque no cenário político mineiro e posteriormente, durante o Primeiro Reinado, também na Corte, revelam os vínculos institucionais do setor abastecedor com a política nacional no período. Eleitos, esses eram expressão da representação não apenas dos interesses dos diversos segmentos formados em torno desse ramo da economia, mas também de seus próprios na Assembleia Geral. Segundo Alcir Lenharo, após “instalados na Corte, os políticos do interior não perdiam os vínculos com suas propriedades, mantendo cuidados, fosse com a produção, fosse com os negócios”, de forma que suas “atividades econômicas se faziam simultaneamente ao desempenho de funções políticas e administrativas” (Lenharo, 1992, p. 99).

O sacerdócio como elemento de ascensão nos casos de José Custódio Dias e Ferreira de Mello é um elemento que caracteriza a política do período, expressão das próprias formações urbanas originadas em torno de capelas e igrejas. As “cidades de domingo”, povoados e cidades sujeitos ao ritmo da vida rural, onde durante a semana tropeiros e circulantes pouco encontravam movimentações, se avivavam nos fins de semana, ao reunir a população trabalhadora e os proprietários de terras para a realização do culto religioso católico (Lenharo, 1992, p. 100). Tais núcleos urbanos eram espaços férteis para o desdobramento de sociabilidades diversas entre os que ali se inseriam momentaneamente, o que proporcionou a esses padres o desempenho do relevante papel de mediação política dos assuntos e notícias circulantes do momento, de forma a torná-los figuras conhecidas e legitimadas perante a população. Suas carreiras eclesiásticas garantia ainda a circulação e constituição de vínculos por várias localidades de Minas Gerais e mesmo por outras províncias, como pode ser visto nessas trajetórias, o que explica o capital político adquirido por esses agentes, em âmbito regional, e o prestígio nacional posterior, quando já inseridos na Corte.

A elite moderada mineira se distinguia de outros grupos da província, segundo debate Wlamir Silva (2009), por uma interpretação de ideias e conceitos do liberalismo intimamente vinculados à propriedade. Esses não estiveram alheios ao ideário escravocrata da sociedade imperial, pelo contrário, eram representantes de uma elite de proprietários escravistas de cabedal expressivo, que “não se confundia, porém, com o conjunto deles”. As experiências marcantes de interação social entre os espaços urbano e rural, em âmbito provincial e interprovincial, sobretudo a partir do comércio, resultou na configuração de um grupo do qual faziam parte “proprietários, ou indivíduos com eles identificados, que se destacaram pela sua capacidade intelectual e organizativa” (Silva, 2009, p. 104).

Na dinâmica econômica de Minas Gerais, predominava naquele momento o modelo de pequenas e médias propriedades, constituídas pela utilização da mão de obra escrava, mas também por uma parcela de mão de obra livre — principalmente sob emprego de relações familiares. Coexistiram com esses modelos outros setores plenamente integrados à economia da época, composta ainda por não proprietários, mas que podiam ter produções independentes, e trabalhadores inseridos em ofícios diversos, nos campos ou nos meios urbanos. Verifica-se, assim, interações “complexas entre a maior população e a maior escravaria [do Império], ocupadas em atividades variadas” (Silva, 2009, p. 105). A profusão de escravos e sua posse difundida na sociedade mineira era fator de complexificação das relações, o que provocava tensões sociais que fariam parte, somado aos fatores de ordem política, das revoltas e motins



ocorridos na província durante o período regencial. Ainda em relação a esse quadro, Wlamir Silva (2009, p. 106) aponta que:

Além dos "muros" da sociedade civil mineira, estavam os "vadios", ou seja, a população itinerante e marginalizada, sobretudo negra ou mestiça, que tanto preocupava as autoridades, assim como a tão incomoda como necessária escravaria, fonte dos maiores medos da comunidade de proprietários. Na proximidade de escravos com os pobres livres marginalizados, residiu o maior risco à classe proprietária e ao projeto liberal, dessa forma, eles foram temas da pedagogia liberal no seio da sociedade civil e objetos de coerção, a partir dos espaços de poder conquistados.

Nesse sentido, a temática da propriedade serviu de elemento aglutinador dos membros desse grupo de elite, que se destacou por suas aproximações e assimilações práticas do liberalismo, de forma a inserir-se em uma cultura política emergente. A aproximação de agentes de “especial catadura intelectual” (Silva, 2009, p. 121) em torno da classe proprietária possibilitou a abertura de campos ampliados de atuação na cena pública e, conseqüentemente, o impulso de difusão do projeto liberal moderado em Minas Gerais. A ação política, principalmente por meio do produto cultural impresso, foi um fator significativo para a definitiva ascensão dos moderados, pois forneceu meios para a sintetização de interesses dos setores sociais que os mesmos passaram a representar nos vários níveis da política imperial, mesmo apesar da característica heterogeneidade de seus agentes componentes. A seguir, faremos uma análise dos principais impressos do agrupamento, com foco sobretudo na rede de sociabilidade constituída pelos sujeitos responsáveis por tais publicações nos vários níveis da vida social e política.

### 3.2. A IMPRENSA MODERADA ENTRE AS MINAS E A CORTE

Destacamos anteriormente, de forma introdutória, as publicações moderadas de maior proeminência publicadas na Corte e na província de Minas Gerais, no período estabelecido como foco de análise em nossa pesquisa. *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Universal* e *Astro de Minas* mobilizaram a opinião pública e promoveram debates acerca dos rumos da política imperial, sobretudo a partir do início dos trabalhos da Assembleia Geral Legislativa no Primeiro Reinado. Constituíram, segundo argumenta o historiador Rodrigo Fialho (2011, p. 225-8), uma “rede de sociabilidade impressa” capaz de angariar o apoio de uma parcela importante da opinião pública, que garantiu afirmação dos ideais projetados pelos moderados nos espaços formais e informais de discussão política.

A palavra impressa passou a ser utilizada enquanto elemento de reforço dos laços regionais e de integração entre os agentes, sobretudo por suas características intrínsecas como ferramenta de comunicação massiva, impulsionada, ainda, pelos vetores comunicacionais que ampliavam sua difusão. Nesse sentido, as publicações moderadas puderam atuar de forma conjunta — a partir dos vínculos de afinidade e interesses em comum, constituídos entre os agentes que as redigiram —, de uma província a outra. Esses formaram uma rede de correspondências mútuas que, por meio das trocas de correspondências, colaboraram de maneira fundamental para a afirmação das ideias que pregavam a moderação política nos espaços públicos.

Na obra “Comunidades Imaginadas”, o historiador Benedict Anderson (2008, p. 32) nos fornece importante aportes teóricos ao argumentar sobre a importância da circulação dos produtos culturais impressos na vida social dos agentes e seu papel na formação dos Estados nacionais. O autor propõe uma definição de nação, por meio de seu sentido antropológico, como sendo uma “comunidade política imaginada”, intrinsecamente “limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Afirma ainda que uma nação é uma criação imaginada, pois seus membros jamais conhecerão todas, nem mesmo a maioria, dos companheiros que a compõem, contudo, mesmo com esse obstáculo, todos têm “em mente a imagem viva de comunhão entre eles”. (Anderson 2008, p. 32).

A nação é limitada por suas fronteiras finitas, onde para além delas existem outras nações imaginadas. Soberana, porque busca se legitimar por formas diferentes dos antigos reinos dinásticos hierárquicos de ordem divina — destruídos pelo Iluminismo e pelas Revoluções — e se defrontam com o pluralismo religioso de outras nações a sua volta. Assim sendo, a libertação da dominação divina (que os colocavam “diretamente sob Sua égide”), é a soberania do Estado, sendo esta “a garantia e o emblema dessa liberdade”. Ela é imaginada como uma comunidade, pois “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p. 32-4).

Anderson (2008, p. 65-7) compreende os jornais como produtos culturais que apresentam dois “vínculos imaginários”. São eles: coincidência cronológica e a relação constituída entre jornal, enquanto uma forma de livro, e o mercado. Em edição publicada em janeiro de 1828, o redator do *Astro de Minas* (12/01/1828) argumenta em sentido semelhante, ao ressaltar a importância da imprensa periódica enquanto “órgão” da opinião pública:

(...) de todos os órgãos da opinião pública o mais certo e invariável é, sem dúvida a publicação diária; (...) Por que motivo perseguem tanto os Déspotas a liberdade de imprensa diária? Donde vem que os Povos tanto dispendem com ela? Por que aumentasse com a Liberdade de um país o número de suas obras quotidianas e semanárias? **O grosso dos homens não sofre a leitura de longas páginas, e discussões profundas, mas gosta de em poucas linhas saber o que vai pelo mundo, e por seu turno discorrer em os negócios contemporâneos; bem a propósito a este fim são os diários, eis o porque o povo muito os estima.** (Grifo nosso).

Assim, podemos compreender as publicações periódicas como elemento dinamizador das relações estabelecidas pelos agentes, em seus mais diferentes âmbitos e finalidades cotidianas, de forma a impulsionar a comunicação à distância entre espaços e tempos de experiência distintos, mas que se consubstanciam na palavra impressa. Ainda nesse sentido, o redator da folha sanjoanense argumenta sobre o vínculo dos jornais com o mercado a partir da relação de constante negociação estabelecida entre o autor e seu público leitor:

Dizer que os diários são ecos das opiniões de seus autores e dos seus partidos é dar um parecer que necessita explicação. Se um escritor publica sua opinião singular, alheia aos outros concidadãos, ou estes a acham boa, e admitindo-a, fazem-na opinião pública; ou dela desagrada a todos, ou ao maior número, e seu autor fica no escuro, e cessa de imprimir, se não teima em atulhar de inúteis folhas as casas dos Livreiros (Astro de Minas, 12/01/1828.).

A noção de simultaneidade, fornecida pelo conceito de “capitalismo editorial” desenvolvido pelo Benedict Anderson (2008, p. 56), nos auxilia na percepção do lugar do produto cultural impresso no contexto do Brasil oitocentista. Mesmo com as limitações existentes em um período de afirmação da imprensa, onde se verifica o predomínio de técnicas artesanais, os jornais operaram enquanto ferramenta de integração territorial, de forma a diminuir os problemas causados pelos distanciamentos físicos presentes em uma sociedade pouco industrializada, como o Brasil do século XIX. Entende-se a circulação dos impressos como forma de romper as barreiras geográficas e tecnológicas presentes naquela sociedade. Por exemplo, a partir do momento que a circulação de um periódico de Minas Gerais na Corte, e vice-versa, nos fornece uma noção da simultaneidade de sua produção, ao apresentar tempos cronológicos que coincidem.

É no sentido de integração que o redator do *Astro de Minas* (20/11/1827) referia-se ao argumentar que a liberdade de imprensa oferecia aos “(...) Concidadãos seguros meios de acelerar o progresso da razão, e de multiplicar as vantagens das luzes”. No mesmo sentido, o redator d’ *Aurora Fluminense* (21/12/1827, n. 1) refletia no prospecto da folha sobre o papel dos impressos em um momento de profundas novidades na vida política e social, como as que

ocorriam desde o processo de Independência. Na ocasião, argumentava que a Constituição de 1824 “(...) se reforça de dia em dia cada vez mais em suas bases, e na opinião pública exaure o impulso de seu crescimento”, e, por meio de um questionamento retórico indagava: “(...) qual seria o nosso mais sagrado dever, se não o de concorrermos por nossos trabalhos [enquanto redatores], para mantermos o pacto legislativo, que liga a Nação ao Soberano?”.

A sociabilidade impressa, a partir da constituição de vínculos entre os redatores de uma província a outra, impulsionou a difusão de ideias por meio dos periódicos. As citações mútuas entre os jornais, por meio das constantes trocas de correspondências, que apresentavam notícias de outras províncias em folha de localidade distinta, facilitavam aos leitores o contato com diferentes espaços de experiência, que o distanciamento geográfico fazia com que passasse despercebido. Os impressos se apresentam, portanto, como uma alternativa na dinamização das relações cotidianas entre as províncias. Assim, se compreende o impresso como um meio eficaz de integração territorial, como um mobilizador das ações de redatores e leitores, a partir do momento em que se constitui “plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea” (Anderson, 2008, p. 57) de populações que experienciam vivências em espaços geográficos distintos, mas que, por meio da circulação dos periódicos, passam a se comunicar e, conseqüentemente, se identificar enquanto agentes inseridos em uma mesma identidade coletiva.

Contudo, diferente dos livros, os jornais têm uma popularidade efêmera, uma “forma extrema” do livro na concepção de Benedict Anderson (2008, p. 67-8). São produzidos em grande escala, tornam-se obsoletos da noite para o dia e são logo substituídos por novas edições. Há uma questão cerimonial na leitura dos jornais, que estabelece vínculos silenciosos, e ao mesmo tempo conscientes, entre quem produz e quem consome tal produto cultural. É por meio desses vínculos formado com os leitores que o redator da *Astréa* noticiava em 1827 – ano que em que folha já totalizava mais de duzentas edições publicadas, em pouco mais de um ano desde sua fundação – o início das atividades do periódico sanjoanense *Astro de Minas* (04/12/1827, p. 2), onde agradecia a iniciativa de Baptista Caetano de Almeida, figura ainda pouco conhecida fora da província mineira àquela altura, a quem saudava como “amigo da Prosperidade, da Pátria, da Propagação das Luzes.

Dessa forma, o redator utilizava-se dos vínculos constituídos, de longa data, com seu público de leitores para auxiliar no impulso inicial do novo periódico político que passava a ser publicado em Minas Gerais naquele ano. Assim, reforçava-se os laços de comunhão entre os redatores, por meio da indicação do surgimento de mais uma folha que passaria a compor a rede de sociabilidade impressa entre agentes que compartilhavam de ideias políticas inseridas em

um espectro semelhante, o que indica a configuração de um alinhamento editorial entre as partes.

Assim, a rede de correspondentes liberal moderada estruturou-se nos anos finais do Primeiro Reinado e colaborou ativamente nos acontecimentos que levaram à abdicação de dom Pedro I em 1831, ao integrar os espaços públicos da Corte e da província de Minas Gerais por meio da difusão da palavra impressa. Essa rede de sociabilidade mobilizou atores diversos, das quais participaram, conforme veremos adiante, sujeitos vinculados a atividades diversas, como, por exemplo, o comércio e o sacerdócio, que viram na atividade de redação uma forma de ascensão política e de promoção de interesses individuais e coletivos. Nesse sentido, faremos a apresentação e análise do conjunto documental da pesquisa, com a intenção de desvendar o funcionamento dessa rede de sociabilidade impressa por meio dos indícios que o olhar para a imprensa não só como fonte de pesquisa, mas também como objeto nos proporciona (Darnton, 2010).

Nesse sentido, ao nos propormos a uma análise das sociabilidades que se constituem em torno da palavra impressa, Robert Darnton é um autor de contribuição importante no campo da história cultural para pensarmos os impressos não apenas a partir dos textos que transmitem, mas também a sua constituição enquanto objeto físico. No “ciclo da vida” dos impressos, participam agentes inseridos em diferentes funções e fases, do que o historiador denomina como “circuito das comunicações”, que atuam de forma a promover seus interesses, coletivos e/ou individuais, por meio de constantes negociações entre si. Este aponta os holofotes para os sujeitos, tanto os visíveis quanto os ocultos, que estão envolvidos no processo de produção e na difusão desses produtos culturais, assim como também para as condições dispostas no tempo e no espaço nos quais estão inseridos esses agentes. Por meio do cruzamento de fontes e bibliografias analisadas, foi possível traçar um quadro das conexões existentes entre os quatro periódicos que serão apresentados adiante. Dessa forma, verifica-se vínculos políticos, comerciais e sociais que se manifestam de variadas formas entre as figuras responsáveis, direta e indiretamente, pela circulação dessas publicações que difundiram as ideias liberais moderadas (Darnton, 2010).

A *Astréa* teve seu primeiro número publicado em 17 de junho de 1826, em um sábado, na cidade do Rio de Janeiro. Seu nome remete à divindade menor grega, deusa da paz e da justiça, filha de Zeus e Têmis, que aparecia representada em ilustração no cabeçalho do periódico, na figura de uma mulher, erguendo uma balança na mão esquerda e empossada de uma espada na mão direita. Suas edições, com quatro páginas por número, foram assiduamente publicadas às terças, quintas e sábados até 18 de agosto de 1832, quando deixou de circular. Ao

todo foram publicados cerca de oitocentas e sessenta e dois números regulares. Passou por três estabelecimentos tipográficos ao longo de sua trajetória: a Tipografia Mercantil, a Tipografia do Diário, e, por fim, em estabelecimento próprio, na Tipografia d' Astréa.

Os exemplares avulsos eram comercializados pelo valor de oitenta réis (\$80 rs.) nas lojas de: João Baptista dos Santos, localizada na rua da Cadeia nº 65; na loja de João Pedro da Veiga e Comp. — à época em sociedade com seu irmão Evaristo Ferreira da Veiga, que viria a ser o futuro redator d' *Aurora Fluminense* —, na rua da Quitanda; e no estabelecimento de João Baptista Bompard, na rua dos Pescadores. Esses estabelecimentos também eram mencionados como responsáveis pelo recolhimento das assinaturas dos subscritores no valor, inicialmente mensal, de oitocentos réis (\$800 rs.), que passou, a partir de 1828, a ser trimestral, no valor de dois mil e quatrocentos réis (2\$400 rs.). Em 1828 a publicação passou a ser vendida no estabelecimento livreiro de Evaristo Ferreira da Veiga, que nesse período já redigia a *Aurora Fluminense*, em sua loja própria na rua dos Pescadores, aberta após dissolução da sociedade com seu irmão João Pedro, o que fornece indícios da proximidade entre os redatores de ambos os periódicos.

Nos anos iniciais, utilizou como epígrafe um fragmento de texto extraído da obra “De tranquillitate animi [Da tranquilidade da alma] (Furlan, 2016)”, do filósofo romano Lucius Annaeus Seneca: “(...) in universum quaeramus; sumes tu ex publico remedio quantum voles. Totum interim vitium in medium protrahendum est, ex quo agnoscet quisque partem suam.”<sup>4</sup> A frase fora substituída em 1828, quando a folha passou a adotar como epígrafe o parágrafo IV, do artigo 179 da Constituição de 1824: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar”. Essa foi adotada como um posicionamento em decorrência de um processo de liberdade de imprensa que seus responsáveis se viram obrigados a responder em 1827, conforme veremos adiante. O periódico se dedicava à cobertura das “ideias do presente”, que abrangiam a política institucional da Corte, os acontecimentos cotidianos das províncias, as notícias estrangeiras e “as ideias de sempre” relativas “aos princípios invariáveis da Moral e da Política” (Astréa, 17/06/1826, n. 1).

---

<sup>4</sup> Traduzido para o português por Mauri Furlan (2016): “Busquemos em geral como possa chegar a isso; tu tomarás deste remédio comum o quanto quiseres. Entretanto, deve-se revelar todo o mal, do qual cada um reconhecerá sua parte.”

Os redatores d' *Astréa* eram Antônio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e João Clemente Vieira Souto.<sup>5</sup> O primeiro nascera na cidade do Rio de Janeiro, em 1782, filho de José Francisco do Amaral, que o inscreveu no seminário episcopal, onde recebeu ordens menores ainda na juventude. Antônio, contudo, não permaneceu no meio eclesiástico. Deixou o seminário no início do século XIX para se dedicar ao curso de Matemática na Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1807. No ano seguinte entrou para o Corpo de Engenheiros do Exército como 2º tenente, tendo ascendido até se tornar major. Foi nomeado lente substituto da Escola Militar em 1811 e catedrático em 1819, permanecendo até se jubilar em 1836. Por meio de sua atuação na imprensa, foi eleito pelo Rio de Janeiro para compor a Câmara dos Deputados na segunda legislatura, de 1830-1833, e designado para os cuidados com a educação de d. Pedro II e suas irmãs após a abdicação de d. Pedro I em 1831. Redigiu ainda, entre 1831-1833, o satírico jornal *O Simplicio* e outros panfletos que deram origem a uma família de “Simplicios” na imprensa fluminense.

Segundo Augusto Sacramento Blake (1883, p. 208), Antônio José do Amaral “foi sempre, bem que muito devotado às ideias republicanas, o homem da ordem e da moderação”. Por meio de nossas pesquisas nos jornais da época foi possível rastrear atividades de José do Amaral como negociante estabelecido na praça comercial do Rio de Janeiro, onde tinha posse de um armazém de mantimentos na rua São Pedro nº 1 (Diário do Rio de Janeiro, 1826, n. 24), ocupação essa que iremos explorar de forma mais minuciosa adiante. Foi casado com Maria Benedicta Carneiro da Silva, irmã de José Joaquim e João Clemente Vieira Souto. Erroneamente, Joaquim Manoel de Macedo (1876), autor de uma breve biografia sobre Antônio José do Amaral, afirmou que José Joaquim era seu genro<sup>6</sup>. Com a irmã de seus companheiros de redação teve pelo menos oito filhos — Lourenço, Luiz, João, Antônio José, Angelo, José Maria, Joaquim Thomaz e uma filha de nome Maria —, até onde foi possível apurar por meio das fontes documentais consultadas ao longo de nossas pesquisas.<sup>7</sup> Seu filho Angelo Thomaz

<sup>5</sup> Existem imprecisões com relação aos nomes dos redatores na bibliografia analisada. Marcello Basile (2004) aponta Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto como redatores da folha. Já Marco Morel (2003) aponta apenas João Clemente Vieira Souto como redator. Nelson Werneck Sodré (1966) menciona ambos os Vieira Souto como sendo apenas uma pessoa ao longo de seu texto, porém não há clareza se seria um pseudônimo de uma mesma pessoa ou duas pessoas distintas. Pela leitura d' *Astréa* (18/11/1826, nº 63), é seguro confirmar João Clemente como um dos redatores, por meio de artigos assinados pelo mesmo. Contudo existem menções de José Joaquim como membro da Assembleia Geral, na mesma *Astréa* (02/12/1828, nº 364). Apurando as evidências, é possível afirmar que eram duas pessoas distintas com relação de parentesco, possivelmente irmãos, tendo ambos atuado na redação do periódico.

<sup>6</sup> O equívoco foi constatado por meio do cruzamento de fontes diversas, como registros de batismo, casamento e óbito consultados na base de dados do *site Family Search*, conforme a seguir.

<sup>7</sup> Documentos consultados na base de dados do *site Family Search*: Registro de Batismo de Lourenço do Amaral. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:HKML-1RN2>; Registro de Batismo de Luiz do Amaral, 24/07/1827. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-F5QJ>; Registro de Óbito de Maria do

do Amaral, nascido por volta da década de 1810-20, exerceu vários cargos públicos nas décadas seguintes, entre eles os de presidente das províncias do Piauí, Pará e Alagoas (Blake, 1883). José Maria do Amaral, por sua vez, também foi redator e exerceu vários cargos públicos, de forma a participar do Conselho do Estado e receber condecorações por seus serviços (Blake, 1899). Joaquim Thomaz do Amaral, o Visconde de Cabo Frio, foi também figura distinta e condecorada por suas participações em diversas missões diplomáticas brasileiras e no Conselho de Estado (Blake, 1898).

O segundo redator d' *Astréa*, José Joaquim Vieira Souto, nasceu por volta do fim do século XVIII na cidade do Rio de Janeiro e foi casado com Francisca Ludovina de Almeida Souto (Blake, 1898). Apesar de sua atuação na Câmara dos Deputados, eleito para a segunda e terceira legislaturas, fruto de sua atuação destacada na redação do periódico fluminense e pela influência adquirida entre os liberais moderados, existem poucas informações com relação à sua trajetória antes de 1826, o que nos convida a um esforço de investigação mais aprofundado. A partir das fontes levantadas, foi possível constatar que o redator esteve estabelecido em Minas Gerais, possivelmente em Vila Rica e/ou adjacências, durante a década de 1810, por meio de um documento expedido em 31 de janeiro de 1818, assinado por d. Manoel de Portugal e Castro, governador da capitania de Minas Gerais naquele momento, que ordenava o pagamento do vencimento do soldo de sua patente de alferes de cavalaria e de uma gratificação anual no valor de trinta e três mil réis (33\$000 rs.) enquanto estivesse empregado “(...) nos trabalhos de mineração do Ouro, e mais trabalhos montanísticos nesta Capitania debaixo da direção do tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros Guilherme Barão de Eschwege<sup>8</sup>” (BN CC I-26,13,050 – Manuscritos, p. 1).

Foi provavelmente nessa época que se casou com Francisca Ludovina, nascida em Vila Rica, onde possivelmente a família desta era estabelecida, o que indica relações estabelecidas em Minas Gerais. Até onde sabemos, teve pelo menos três filhos, chamados Luiz Honório, José Joaquim e o último de nome Honório. Este último foi batizado em 1828, na Freguesia do Sacramento da Sé (atualmente Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé), no Rio de Janeiro, por uma das lideranças moderadas da Câmara dos Deputados, o “Reverendíssimo

---

Amaral, 15/01/1830. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8Y-M6Y7>.; Registro de Casamento de Antônio José Souto do Amaral, 05/02/1845. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X85-STGP>.; Registro de Óbito de João Carneiro do Amaral, 01/10/1893. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79H3-PRPZ>.; Registro de Casamento de Angelo Thomaz do Amaral, 24/02/1876. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-XZ6F>.

<sup>8</sup> Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), também conhecido como Barão de Eschwege, foi um engenheiro contratado pela Coroa portuguesa em 1810 para realização de estudos de aperfeiçoamento das técnicas de extração de minério na capitania de Minas Gerais, tendo, mais tarde, se tornado diretor do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro (DIAS, 2004).



Cônego José Bento Leite Ferreira de Mello” — ao que tudo indica, a convite de José Joaquim —, sob licença do cônego daquela sede episcopal, José Luiz de Freitas<sup>9</sup>. Suas redes de sociabilidade estabelecidas em Minas Gerais possivelmente o auxiliaram na circulação d’ *Astréa* e no número expressivo de votos conquistados nos pleitos para a segunda legislatura naquela província, ocorridos no mesmo ano, conforme exploraremos adiante. Durante a década de 1820, no Rio de Janeiro, ascendeu ao posto de capitão — como diretor da repartição de obras —, e mais tarde ao de major graduado do Imperial Corpo de Engenheiros, assim como seu amigo José Antônio do Amaral à época (Almanak dos Negociantes do Império do Brasil, 1827, n. 1; 1829, n. 2). Essa trajetória profissional é indício de que José Joaquim talvez tenha tido algum nível, até mesmo elevado, de instrução formal. Filho de Lourenço José Vieira Souto e Maria Leonor Carneiro da Silva, José Joaquim teve pelo menos mais dois irmãos, Maria Benedicta Carneiro da Silva, casada com seu amigo de redação, e João Clemente Vieira Souto.

João Clemente nasceu em 1784 na cidade do Rio de Janeiro<sup>10</sup>. Era casado com Ritta de Cassia Candida de Castro Souto, natural de Vila Rica, filha do capitão Manoel Bernardes Varella da Fonseca<sup>11</sup> e de Anna Luiza de Souza e Castro. Teve três filhos: João, José e Maria Vieira Souto<sup>12</sup>. Esta última fora batizada em Ouro Preto, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, e apadrinhada por seu avô, o que demonstra a manutenção de vínculos familiares em Minas Gerais. Por meio de um requerimento feito em 1823, quando pleiteou um ofício em uma das futuras secretárias que seriam abertas no âmbito da Assembleia Constituinte é possível apurar parte de sua trajetória e formação.

Ao apresentar suas credenciais, João Clemente Vieira Souto dizia possuir conhecimentos de gramática latina, retórica, filosofia racional e moral e conhecimentos matemáticos obtidos após aprovação no exame da Academia Imperial Militar. Mencionava ainda uma experiência de nove anos como parte do Regimento de Cavalaria de Linha da Corte

<sup>9</sup> Informação verificada por meio do Registro de Batismo de Honório Vieira Souto. Ver: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNYW-Y4J>, imagens 230-231.

<sup>10</sup> Registro de Batismo de João Clemente Vieira Souto, 30/11/1784. Ver: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8K-7121>.

<sup>11</sup> Até onde pudemos apurar, esteve presente na lista de suplentes do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais durante o segundo mandato, entre 1830-1833 (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896, vol. 1, p. 391-399), e foi eleito para atuar como juiz de fato no termo de Ouro Preto (O UNIVERSAL, 26/11/1828, nº 215). Presença constante como eleitor nas listas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Minas Gerais, em Ouro Preto, onde também era eleitor Bernardo Pereira de Vasconcellos (O UNIVERSAL, 05/11/1828, nº 206). Esses indícios demonstram que Manoel Bernardes Varella da Fonseca talvez fosse uma pessoa de prestígio em Ouro Preto.

<sup>12</sup> Registro de Batismo de João Vieira Souto, 01/10/1840. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8L-MDWF>; Registro de Batismo de José Vieira Souto, 05/03/1829. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-DY1N>; Registro de Batismo de Maria, 08/08/1830. Ver: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:CSP2-GHW2>.

na qualidade de cadete (BR DFCD AC1823-F-395-1612). Não sabemos, contudo, se conseguiu exercer a função pretendida a partir do requerimento. Foi possível apurar ainda que o redator exerceu o posto de delegado em um dos distritos da Freguesia do Sacramento, nomeado pelo juiz de paz Saturnino de Souza e Oliveira (Diário do Rio de Janeiro, 27/07/1831). João Clemente é mencionado como o proprietário da Tipografia d' Astréa, antes localizada na rua d' Alfândega e posteriormente na rua do Sacramento nº 23 pelo *Almanak dos Negociantes do Imperio do Brasil* (1829, n. 2; 1832, n. 3), onde também era publicada, além de seu jornal, o periódico *A Malagueta*, do redator Luís Augusto May.

A segunda publicação de grande circulação entre os periódicos de linha editorial liberal moderada da Corte — e, sem dúvida, a de maior destaque — veio à luz no fim de 1827, sob redação de Evaristo Ferreira da Veiga. Com sua edição de estreia em 21 de dezembro de 1827, a *Aurora Fluminense* tornou-se um dos jornais de maior proeminência na cena política do Primeiro Reinado, o que fez seu redator adquirir grande prestígio e legitimidade pública naquele momento, pelo papel desempenhado nos acontecimentos que levaram d. Pedro I a abdicar do trono no 7 de abril. Suas edições eram publicadas três vezes por semana e circularam assiduamente até cessamento de suas tiragens em 30 de dezembro de 1835<sup>13</sup>. Totalizou a expressiva marca de mil, cento e trinta e seis números, impressos, ao longo desses oito anos, em quatro estabelecimentos: a Tipografia do Diário, a Gueffier e C<sup>a</sup>, a de R. Ogier e a Americana de I. P. da Costa. A sua assinatura era, inicialmente, trimestral, pelo valor de dois mil réis (2\$000 rs.). Posteriormente, a partir de 1834, passou a oferecer assinatura semestralmente pela quantia de quatro mil réis (4\$000 rs.). Os números avulsos custaram oitenta réis (\$80 rs.) ao longo de todos os anos de circulação da folha.

Os exemplares eram comercializados na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia, e no estabelecimento livreiro de Evaristo Ferreira da Veiga e C<sup>a</sup>, na rua dos Pescadores. Em 1829, o periódico *O Universal* anunciava a assinatura d' *Aurora Fluminense* na Officina Patricia do Universal, em Ouro Preto, pelo mesmo valor praticado na Corte (*O Universal*, 25/02/1829). Ao longo de toda a sua trajetória, a epígrafe utilizada pela *Aurora Fluminense* foi a frase de dom Pedro I, publicada no *Diário Fluminense* em 14 de julho de 1824: “Pelo Brasil dar a vida, / Manter a Constituição, / Sustentar a Independência, / É a nossa obrigação”. Essa foi mantida mesmo após a abdicção, possivelmente por sua ressignificação irônica a partir dos acontecimentos de 1831. O jornal era dividido em três seções: interior,

---

<sup>13</sup> Entre 1838 e 1839 circulou um periódico na Corte que se utilizava do mesmo nome, contudo o mesmo não tem nenhuma relação com o grupo moderado, a essa altura já desestruturado, nem com Evaristo Ferreira da Veiga, pois o mesmo havia morrido em maio de 1837 (Basile, 2004).

exterior e variedades. Dessa forma, cobria assuntos do cotidiano político do Brasil — na Corte e nas províncias —, notícias estrangeiras acerca dos mais variados assuntos e, na última seção, correspondências de leitores, fragmentos de outros periódicos, e análises e traduções de textos literários e políticos.

O periódico foi fundado por José Apollinário de Moraes, Francisco Chrispiniano Valderato e pelo Dr. José Francisco Sigaud. Evaristo Ferreira da Veiga, logo nos primeiros meses, se juntou às atividades da folha como colaborador e, em 1828, tornou-se o único redator do impresso, e assim permaneceu até 1835. Este, nascido em 1799 na cidade do Rio de Janeiro, era o segundo filho de Francisca Xavier de Barros e do professor de primeiras letras Francisco Luiz Saturnino da Veiga, que fora responsável por sua instrução primária e a de seus três irmãos João Pedro, Bernardo Jacinto e Lourenço Xavier da Veiga. Aos doze anos iniciou seus estudos latim, retórica e poética. Mais tarde, foi enviado ao Seminário São José, onde teve aulas de filosofia racional e moral. Era versado, ademais, nas línguas francesa, inglesa e italiano. Após a conclusão, passou a trabalhar como caixeiro na loja de livros que seu pai principiou depois de se retirar do magistério. (Macedo, 1876; Blake, 1893).

Nessa ocasião, possivelmente teve contato com obras de todo tipo, sobretudo com autores vinculados à ilustração europeia, o que possivelmente contribuiu para sua formação autodidata posterior, após os planos frustrados de realização dos estudos universitários em Coimbra. Tendo adquirido experiência no ofício, cinco anos mais tarde, após o falecimento de sua mãe, Evaristo utilizou-se de sua parte da herança materna — que seu pai dividira a fim de emancipar os filhos —, e associou-se a seu irmão João Pedro. Iniciaram nesse período uma livraria em conjunto, a João Pedro da Veiga e Comp., localizada na rua da Quitanda. Como livreiro, Evaristo, em contato com vasta clientela interessada nas publicações ofertadas, possivelmente ampliou seu círculo social e em 1827 estabeleceu uma loja de livros própria na rua dos Pescadores, a Evaristo Ferreira da Veiga e Comp. (Sousa, 2015).

Naquele mesmo ano se casou com Edeltrudes Maria d' Ascensão<sup>14</sup>, filha de Antônio Pedro do Prado e Anna Joaquina de Jesus, com quem teve três filhas Joanna, Leocadia e a última, homônima de sua esposa, Edeltrudes. Por sua atuação n' *Aurora Fluminense*, Evaristo Ferreira da Veiga adquiriu grande prestígio e teve sua ação política legitimada pela opinião pública, que o elegeu deputado pela primeira vez em 1828, para a compor a Câmara dos Deputados na segunda legislatura, tendo sido eleito novamente para a composição da casa nas

---

<sup>14</sup> Registro de Casamento de Evaristo e Edeltrudes, 02/08/1827. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8J-9K8Q>.

duas legislaturas seguintes, todas pela província de Minas Gerais. Tal ocorrência é indicativo dos usos da imprensa enquanto instrumento de ascensão política para os agentes, pois, conforme veremos adiante, o redator nunca antes havia estado naquela província até 1836. À frente d' *Aurora*, Evaristo tornou-se uma das principais lideranças do agrupamento moderado, de forma a somar voz com outros atores, como, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcellos, principal responsável pelo *O Universal*.

O início das atividades da Assembleia Geral da Corte em 1826 significou, conforme discutimos anteriormente, um momento de surgimento de novos periódicos também nos espaços provinciais, estimulados pelos debates e ocorrências políticas do Rio de Janeiro, mas também pelos próprios acontecimentos da política local e regional. A província de Minas Gerais se destacou de imediato nesse processo, o que pode ser explicado por sua grande população e pelo estágio de urbanização de suas vilas e cidades mais importantes, como Ouro Preto e São João del-Rei. Foi nesse contexto que *O Universal* e o *Astro de Minas* ganharam destaque na cobertura das novidades políticas, naquele momento de afirmação dos espaços públicos provinciais.

*O Universal* surgiu na cidade de Ouro Preto em 1825, tendo sua primeira edição publicada no dia 18 de julho daquele ano, em uma segunda-feira, impresso pela Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup> — a primeira tipografia da província de Minas Gerais, de propriedade do português Manoel José Barboza. O título totalizou a expressiva marca de dois mil, quinhentos e sessenta e sete edições publicadas ao longo de dezessete anos de trajetória na imprensa. Contudo, ao longo deste período, é possível situar o jornal em três fases — a primeira de 1825 a 1827, a segunda deste ano até 1835 e a última de 1836 até o cessamento da publicação em 30 de maio de 1842. Por meio de dados levantados em nossas consultas à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e cruzamento de referenciais bibliográficos, pudemos confirmar que, apesar da manutenção do título, seus redatores, e conseqüentemente sua linha editorial, não permaneceu inalterada ao longo de suas quase duas décadas de circulação ininterrupta.

A primeira, e mais breve, foi de 18 julho de 1825 até o fim de seu oitavo trimestre de publicação, em 13 de julho de 1827. Nessa fase, o redator, de identidade desconhecida, intencionava suprir a ausência de periódicos na cidade de Ouro Preto, em decorrência, naquele momento, do iminente fim das publicações do *Companheiro do Conselho* e d' *Abelha do Itaculumy*, que cessariam naquele ano. Com objetivo de se afastar das rugas políticas e pessoais, não eram publicadas correspondências de leitores, de forma que a atuação da folha se limitava à publicação de leis, decretos e portarias. O redator justificava que sua intenção era a “(...) ilustração pública”, e argumentava que “(...) apesar de que estes objetos não agradem

tanto” eram conhecimentos de “(...) primeira necessidade, e todos Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento” (O Universal, 18/07/1825).

Além dos números avulsos que saíam pelo preço de setenta réis (70 rs.), eram oferecidas ainda três tipos de assinaturas: a anual pela quantia de oito mil e quatrocentos réis (8\$400 rs.), a semestral por quatro mil e duzentos réis (4\$200 rs.) e a trimestral pelo preço de dois mil e cem réis (2\$100 rs.). Possivelmente, o pequeno número de assinantes angariados, preocupação evidenciada pelo redator desde o primeiro número, foi um dos motivos para que a publicação fosse assumida por outro proprietário em 1827, pois, conforme confessara na edição de 13 de julho: “(...) por hora o N° dos Srs. Subscritores é muito limitado, e acreditamos que novas Subscrições nos virão animar para podermos prosseguir na nossa tarefa sem receio de prejuízo” (O Universal, 13/07/1827, nº 312).

Em 16 de julho, três dias depois, em uma segunda-feira como de costume, uma nova edição d’ *O Universal* (16/07/1827, n.1) foi publicada, mas totalmente repaginada, com a contagem de edições no cabeçalho reiniciada e um novo prospecto, redigido pelo novo redator, que agradecia os serviços de seu antecessor que “(...) pugnou tão fortemente pelos interesses da Província”. O mesmo propunha novos rumos ao periódico, com o intuito de atingir um maior número de subscrições, pois, afirmava, “(...) este Estabelecimento se acha ameaçado de ruína”. Declarava ainda que até então a publicação havia limitado suas coberturas, pois trabalhava “(...) às ordens do Impressor [Manoel José Barbosa]; porém agora tomamos a propriedade com condições onerosas, e se não formos ajudados a perda será certa da nossa parte”.

A partir desse momento, possivelmente como estratégia para aumentar o número de assinantes, o jornal passou a conter a cobertura de notícias provinciais, nacionais, estrangeiras, extratos dos periódicos da Corte e correspondências dos leitores — desde que estas não ofendessem “(...) a vida privada dos indivíduos”. (O Universal, 16/07/1827, n. 1) O preço dos números avulsos subiu para oitenta réis (80 rs.). Assim também ocorreu com as assinaturas que passaram a ser: dois mil e quinhentos réis (2\$500 rs.) a trimestral, cinco mil réis (5\$000 rs.) a semestral e dez mil réis (10\$000) a anual. Mesmo com a troca de redator, a folha permaneceu, durante toda sua trajetória, sendo impresso na Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup>, que por volta de 1829 foi adquirida, ao que tudo indica, pelos próprios proprietários d’ *O Universal* e rebatizada como Officina Patricia do Universal.

O periódico utilizava como epígrafe a citação “Rien n’est beau que le vrai; le vrai seul est aimable”<sup>15</sup>, atribuída erroneamente a Voltaire, mas que na verdade era de autoria poeta

---

<sup>15</sup> “Nada é belo senão o verdadeiro: só o verdadeiro é amável.” (tradução nossa).

francês Nicolas Boileau-Despréaux (Castel, 1991). Em outubro de 1828, adotou como nova epígrafe o parágrafo IV do Artigo 179 da Constituição de 1824<sup>16</sup>, assim como a *Astréa* e em posicionamento contra o processo de liberdade de imprensa que os redatores do periódico fluminense respondiam àquela altura. Os direcionamentos editoriais propostos pelos novos proprietários em 1827 impulsionaram a circulação da folha, que, com intuito de “(...) facilitar a Correspondência do Universal com as diversas Comarcas da Província” (O Universal, 16/07/1827, n. 1), passou a comercializar assinaturas em São João del-Rei, na casa comercial de Baptista Caetano de Almeida — que em novembro daquele ano viria a fundar o *Astro de Minas* —, na Vila de Sabará, na casa de Custodio Amancio de Magalhães e na Vila do Príncipe, em nome de José Ferreira Carneiro. O periódico certamente era comercializado na Corte no estabelecimento de Evaristo Ferreira da Veiga, tendo em vista que a Officina Patricia do Universal anunciava em 1829 a comercialização de assinaturas d’ *Aurora Fluminense*, conforme vimos anteriormente (O Universal, 25/02/1829, n. 254). Os novos redatores eram Manoel Soares do Couto e José Pedro Dias de Carvalho, que contavam com a orientação política do célebre deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos diretamente do Rio de Janeiro.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, nasceu em Vila Rica, na então capitania de Minas Gerais, em 27 de agosto de 1795. Era filho do português portuense Dr. Diogo Pereira Ribeiro Vasconcellos, formado em Leis por Coimbra, e de D. Maria do Carmo Barradas, ambos pertencentes a famílias proeminentes estabelecidas na região das minas. Figura de trajetória distinta, o pai de Bernardo, por sua proximidade com o círculo acusado de sedição em 1789, foi interrogado pelas autoridades durante a devassa promovida contra os inconfidentes. Em 1813, um ano após a morte de seu pai, Vasconcellos foi enviado a Portugal — após anos de adiamento, em decorrência da ocupação francesa —, onde cursou Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra.

Esse, em várias ocasiões, rejeitou essa sua formação acadêmica, de forma a condenar os ensinamentos que recebera. Contudo, ao que parece, o período na instituição foi frutífero para o desenvolvimento de suas redes de sociabilidades. Foi contemporâneo de figuras como o baiano José da Costa Carvalho, e dos maranhenses João Bráulio Muniz e Manoel Odorico Mendes, todos importantes aliados de Bernardo na política institucional da Corte e na imprensa ao longo das décadas seguintes. (Sousa, 2015). O periódico liberal moderado *O Farol*

---

<sup>16</sup> “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar”. Constituição Política do Império do Brasil (de 24 de março de 1824). Ver: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm), Acesso em 26 jul. 2023.

*Paulistano*, que veio a público em fevereiro de 1827 na província de São Paulo, foi fundado e redigido por Costa Carvalho e Odorico Mendes (Leal, 1873)<sup>17</sup>. Este e seu conterrâneo de província Bráulio Muniz, possuíam, ainda, vínculos com o redator João Cândido de Moraes e Silva, responsável pela fundação do *Farol Maranhense*, em São Luís, meses depois (Cirino, 2019). Após a conclusão de sua formação, Vasconcellos passou alguns anos em Lisboa com seu tio materno Dr. Bernardo de Sousa Barradas, também formado em Leis, com quem desenvolveu trabalhos em seu escritório até seu retorno em 1820. De volta ao Brasil, realizou diversas petições a d. João VI, de forma a evocar os serviços prestados pelo pai e o tio à Coroa, com vistas de obter nomeação para juiz de fora designado a Mariana, São João del-Rei ou Taubaté, ou para o posto de juiz de crime da Bahia. Tendo todas suas preferências rejeitadas, acabou sendo designado, a contragosto, para o posto de juiz de fora de Guaratinguetá. Regressou a Vila Rica após solicitar licença por questões de saúde e, tendo feito novas petições, foi nomeado desembargador da relação do Maranhão.

Contudo, não chegou a tomar posse do novo posto, pois foi eleito, em 1824, deputado por Minas Gerais para composição da primeira legislatura (1826-1829) da Câmara dos Deputados e a fazer parte do recém instalado Conselho do Governo da Província de Minas Gerais em 1825 (Sousa, 2015; Blake, 1883). A ascensão política repentina de Bernardo é um indicativo de que estaria inserido em um círculo social de sujeitos importantes, o que pode ser explicado pelo prestígio que sua família havia adquirido na província. O historiador Claus Rommel Rodarte (2014) aponta que por trás de seu impulsionamento político inicial estavam figuras como Manoel Ignacio de Mello e Souza, João José Lopes, José Custódio Dias e alguns de seus familiares. Outra hipótese levantada pelo pesquisador é a de que Vasconcellos teria sido, junto do padre Jozé Joaquim Viegas de Menezes, um dos responsáveis pelo periódico *O Compilador Mineiro*, que circulou de 1823 até o fim dos pleitos eleitorais que conferiram o seu sucesso repentino 1824. Pereira de Vasconcellos seria eleito, ainda, pelas três legislaturas seguintes da Câmara dos Deputados e para o Senado em 1838, de forma a se tornar figura política de grande notoriedade por todo o Brasil. Redigiu na Corte, de 1833 até 1837, o periódico *O Sete de Abril*, nome dado em alusão à data da abdicação de d. Pedro I.

Somou-se a Bernardo, na redação d' *O Universal* a partir de 1827, o jovem José Pedro Dias de Carvalho. Este nasceu na Leal Cidade de Mariana, Minas Gerais, em 16 de julho de

---

<sup>17</sup> Antonio Henriques Leal (1873) afirma que Manoel Odorico Mendes, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho eram responsáveis também pela fundação d' *Astréa* em 1826, contudo acreditamos que os mesmos colaboraram pontualmente com o impresso, na redação de alguns artigos e como parte da rede de correspondentes que conectou o periódico com as províncias de São Paulo e do Maranhão.

1805, onde realizou seus estudos primários em aulas particulares no Seminário Episcopal, com desempenho tão notável que aos quinze anos de idade ministrou aulas de latim, por cerca de um ano, em ocasião de uma enfermidade que seu professor sofrera (Blake, 1899; Tavora, 1881). Era filho do português Pedro Dias de Carvalho, estabelecido, nas décadas anteriores como negociante em Mariana e, posteriormente, em Vila Rica, onde adquiriu prestígio que lhe alçara a Câmara Municipal daquela capital, na qual desempenhou funções que lhe conferiram a distinção com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Joze Pedro passou a infância em Mariana na casa de Rita Eufrazia da Silveira, que, ao que parece, era sua mãe, ao menos de criação. Mudou-se para Vila Rica para trabalhar com seu pai na casa de negócios e naquela localidade permaneceu por longos anos. Pedro Dias faleceu em 1824 e deixou sete filhos naturais de três mulheres distintas.

Filho mais velho, Joze Pedro passou a residir com seu tio paterno e padrinho José Pedro Severim, também negociante estabelecido na cidade, que geriu o espólio do irmão em decorrência da minoridade do sobrinho. É possível que a herança o tenha servido para se emancipar, pois em 1825 iniciou sua trajetória como redator n' *O Patriota Mineiro*, que lhe fizera adquirir notoriedade pública na então Imperial Cidade de Ouro Preto. Frente a este periódico, o jovem redator, com então vinte anos de idade, somou forças com Bernardo Pereira de Vasconcellos no combate travado pela imprensa contra o conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama — futuro Marquês de Baependi, que à época debatia na imprensa sob uso do pseudônimo “Paraopebano”.

O periódico durou apenas treze edições e cessou sua publicação ainda em 1825. Após dois anos, possivelmente na gestão do negócio que herdara de seu pai, o jovem redator iniciou sua trajetória n' *O Universal* (Rodarte, 2014). Mesmo ainda sem poder exercer cargos por conta de sua minoridade, Joze Pedro teve seu nome lembrado em colégios eleitorais importantes da província de Minas Gerais durante as eleições de escolha dos deputados para a segunda legislatura em 1828, como, por exemplo, na Vila de Campanha, onde obteve cento e três votos (Astro de Minas, 29/11/1828, n. 162). Foi eleito deputado na terceira legislatura, quando teve expressiva votação na província. No início da década de 1830 foi eleito ainda vereador, juiz de paz, capitão da Guarda Nacional em Ouro Preto e deputado pela Assembleia Provincial, instituída pelo Ato Adicional 1834 (Rodarte, 2014). Tendo tomado assento na Câmara dos Deputados, Joze Pedro Dias de Carvalho casou-se com Matildes Clara de Figueiredo e Carvalho, filha de um rico negociante estabelecido na praça do Rio de Janeiro, com quem teve



uma filha de nome Matildes, apadrinhada por seu tio Jozé Pedro Severim, e um filho de nome Joze, até onde foi possível apurar.<sup>18</sup>

À frente das atividades d' *O Universal* esteve, ainda, mais um jovem redator, de nome Manoel Soares do Couto. Este fora batizado na Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, em 8 de fevereiro de 1802, e foi criado na casa de Joaquina Theodora do Nascimento até ser, posteriormente, legitimado por seu pai, o português Nicolau Soares do Couto, comerciante estabelecido na rua da Direita, em Ouro Preto, onde também residia desde o fim do século passado. À época solteiro, Nicoláo era pai de sete filhos, dentre eles Rita de Cassia Soares do Couto, casada com Antonio Neto Carneiro Leão, pai de Honório Hermeto Carneiro Leão<sup>19</sup>, de quem era madrasta e prima em primeiro grau<sup>20</sup>. Assim como seu pai, Manoel Soares do Couto era comerciante, proprietário de uma botica e casa de negócios em Mariana (Silva, 2009). Casou-se em 29 de julho de 1827, pouco após unir-se a seus companheiros na redação do periódico ouropretano, com Gabriela Candida Carneiro Leão, filha legítima de sua meia irmã com Antonio Neto Carneiro Leão, de forma a se tornar cunhado e amigo próximo de Honório Hermeto.

Após seu matrimônio, colheu os frutos de sua atuação n' *O Universal*, tendo sido conselheiro provincial, vereador, tenente coronel da Guarda Nacional, presidente da mesa da Santa Casa de Misericórdia e secretário da mesa eleitoral em 1831. Todos os cargos exercidos na Imperial Cidade de Ouro Preto, onde tornou-se figura notória sobretudo nos acontecimentos da Sedição de 1833, ou Revolta do Ano da Fumaça, quando, já como conselheiro e tenente coronel da Guarda Nacional, foi alçado presidente de província pelos revoltosos, que pediam a deposição do então presidente Manuel Ignácio de Mello e Sousa, do vice Bernardo Pereira de Vasconcellos e do conselheiro de governo padre José Bento Leite Ferreira de Mello (Barata, 2014). Mesmo sendo sócio ativo da Sociedade Promotora da Instrução Pública — espaço de característica associativa vinculado aos moderados —, tal evento indica que Manoel Soares do Couto talvez tenha rompido laços com o agrupamento moderado, ou pelo menos com parte

---

<sup>18</sup> Registro de Batismo de Joze Dias de Carvalho, 02/02/1840. Ver: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XN15-9QF>, imagem 159; Registro de Batismo de Matildes Clara de Carvalho, 15/11/1837. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8L-SRL6>. Acesso em 02 de ago. de 2023.

<sup>19</sup> Figura pública de trajetória distinta, nascido em 1801, em Jacuí (Minas Gerais), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1825. Foi magistrado e desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco. Eleito deputado por Minas Gerais a partir da segunda legislatura, em 1830, e permaneceu até ser eleito senador em 1842. Foi ainda conselheiro de Estado e, de 1853 a 1856, presidente do Conselho de Ministros. Recebeu o título de visconde e marquês de Paraná, em 1852 e 1854 respectivamente (BLAKE, 1895, vol. III; RODARTE, 2011).

<sup>20</sup> Segundo Rodarte (2011), Rita de Cassia Soares do Couto era filha de Nicolau Soares do Couto com Angelica Alves de Miranda. Esta era irmã de Joana Severina Augusta, finada esposa de Antonio Neto Carneiro Leão e mãe biológica de Honório Hermeto Carneiro Leão.

dele, no início da década de 1830 (SILVA, 2009). É possível que existisse algum ressentimento de Manoel com relação a Vasconcellos? Certamente, pois nesse momento Soares do Couto já não fazia parte da redação d' *O Universal*, conforme o próprio fizera questão de afirmar, ao defender-se publicamente de acusações que lhe foram direcionadas pelo redator d' *O Telegrafo*, periódico ouropretano de linha editorial vinculada à base de d. Pedro I (O Universal, 1830, n. 435).

Ao percorrer os caminhos em direção à Corte, os redatores d' *O Universal* contavam com a colaboração dos responsáveis pelo *Astro de Minas*, que teve sua edição de estreia publicada em São João del-Rei, em uma terça-feira, dia 20 de novembro de 1827, tendo sido o primeiro jornal impresso naquela vila. O fundador do periódico foi Baptista Caetano de Almeida, um dos mais prestigiados cidadãos da localidade. Este era também responsável pela Typographia do Astro de Minas, onde foram confeccionadas as cerca de mil, setecentas e sessenta e nove edições do periódico sanjoanense ao longo de seus doze anos de trajetória. O jornal foi, sem dúvida, mais uma das publicações de destaque do meio liberal moderado, tendo adquirido notoriedade não apenas no cenário provincial, mas também em âmbito nacional. As edições avulsas da folha eram comercializadas pelo preço de oitenta réis (\$80 rs.), assim como as outras publicações analisadas anteriormente. Eram oferecidas ainda três tipos de assinaturas aos leitores: a trimestral por dois mil e quinhentos réis (2\$500 rs.), a semestral pela quantia de cinco mil réis (5\$000 rs.) e a anual pelo preço de dez mil réis (10\$000 rs.).

A promessa era de que os números fossem distribuídos pela oficina tipográfica todas as terças, quintas e sábados. Abaixo do sol que ilustrava o cabeçalho do jornal, encontrava-se a epígrafe, com a frase de Charles-Jean Baptiste Bonnin, com os dizeres: “Plus... l'instruction deviendra commune à tous les hommes, plus aussi les delicts seront rares dans la société”<sup>21</sup>. Essa fora substituída em janeiro de 1829 pelo parágrafo IV, do artigo 179 da Constituição de 1824, assim como fizera *Astréa* e *O Universal*, o que reforça a existência de uma rede de colaboração. Em suas páginas, o periódico apresentava a íntegra dos decretos e resoluções da Assembleia Geral relativas à província de Minas Gerais, discursos selecionados de senadores e deputados, e notícias nacionais e estrangeiras “colhidas dos melhores Periódicos” (*Astro de Minas*, 20/11/1827, n. 1, p. 1). Possuía ainda uma seção destinada a correspondências, outras dedicada à variedades — como traduções e reflexões dos próprios redatores ou de leitores —, e uma última para anúncios. O *Astro de Minas*, desde sua primeira edição, contava com apoio

---

<sup>21</sup> Traduzido para o português por Rodrigo Fialho Silva (2013): "Quanto mais a instrução se tornar comum entre os homens, mais os delitos se tornarão raros na sociedade".

de sujeitos constituídos de legitimidade perante a opinião pública, como os redatores d' *Astréa* (04/12/1827, n. 219, p.2), que após duas semanas saudavam publicamente a iniciativa de Caetano de Almeida, como um "(...) amigo da Prosperidade da sua Pátria, da Propagação das Luzes", e atestava a seus leitores:

Já recebemos pelo Correio o 1º N° datado de 20 de Novembro do corrente ano; e pelos artigos que nele foram publicados podemos assegurar aos nosso Concidadãos que o *Astro de Minas* é mais um Atleta que aparece no Brasil para combater os inimigos da Constituição e do Sistema de Governo que por ela foi instituído para reger-nos. Que prospere, que pugne pela observação da Lei Fundamental, e de todas as que decorrem dela, que sustente e defenda a nossa Liberdade, e Direitos e finalmente que difunda as Luzes tão necessárias ao Brasil, são nossos votos a bem do *Astro de Minas*, com os quais vão também misturados os nossos mais sinceros e cordiais agradecimentos ao Sr. *Baptista Caetano de Almeida* (...).

Este apoio público que recebera era complementado, ademais, pelos importantes locais mencionados como responsáveis pela comercialização do impresso sanjoanense. Sua subscrição era ofertada na cidade do Rio de Janeiro pelo estabelecimento de João Pedro da Veiga e C., e em Ouro Peto pela loja do coronel Nicolau Soares do Couto. Este, como mencionamos anteriormente, era pai de um dos redatores d' *O Universal*, Manoel Soares do Couto. Posteriormente, após a dissolução da sociedade de Evaristo Ferreira da Veiga com seu irmão João Pedro, o *Astro de Minas* passou a indicar a Evaristo Ferreira da Veiga e C., como local de venda do periódico na Corte. Semanas após o início das atividades d' *Aurora Fluminense*, Caetano de Almeida apresentava seus cumprimentos aos responsáveis pela publicação, entre eles Evaristo, e asseverava aos "(...) Concidadãos, que a *Aurora* é mais um Campeão, que se apresenta para defender a sagrada causa da Liberdade e do Trono Constitucional" (*Astro de Minas*, 10/01/1828, n. 23). Posteriormente, era anunciado que os interessados na subscrição da folha sanjoanense poderiam se dirigir, ainda, à casa do capitão Bento Rodrigues de Moura, na Vila de Sabará. Mas afinal, quem era Baptista Caetano de Almeida? O que lhe possibilitava tão ampla rede de colaboradores? Contava ele com o auxílio de outras pessoas na redação do periódico?

Baptista Caetano de Almeida nasceu em 3 de maio de 1797 em Camanducaia, sul da, à época, capitania de Minas Gerais, onde viveu a infância com seus pais, o comerciante capitão Manoel Furquim de Almeida e Ana Bernardina de Melo. Era o mais velho dentre onze filhos tidos pelo casal. Pelo lado paterno, era neto de Caetano Furquim de Campos e Isabel Sobrinha de Almeida, ambos de famílias de origem paulista. Já pela parte materna, seus avós eram Batista Caetano de Melo, de quem herdara o nome, e Maria Escolástica do Sacramento. Por volta dos

treze anos, Baptista Caetano foi enviado por seus pais para viver em convívio de seu tio paterno Pedro de Alcântara de Almeida, a fim de realizar seus estudos na vila de São João del-Rei. Sua instrução foi realizada de forma irregular e, em grande parte, por conta própria, pois naquela localidade havia apenas aulas de gramática latina. Isso não foi empecilho para que pudesse aprender a língua francesa por conta própria, possivelmente com algum auxílio de seu tio na aquisição de livros (Motta, 2000). Foi por este seu parente que o jovem Baptista Caetano foi introduzido nos conhecimentos práticos acerca do comércio naquela vila, que, conforme mencionamos anteriormente, se constituía enquanto um importante entreposto comercial entre a região centro-sul e a praça comercial do Rio de Janeiro. Segundo destacado por seu irmão Franciso de Assis e Almeida<sup>22</sup>, Caetano de Almeida foi sempre muito devoto aos livros e a aquisição de instrução, o que o auxiliou na sua formação prática enquanto comerciante e negociante estabelecido no sul de Minas (Almeida, 1905).

Em 1819 formou sociedade mercantil, em uma casa de comércio de produtos secos e molhados, com um de seus primos, Francisco de Paula de Almeida Magalhães, que vigorou até 1828. Tal atividade lhe possibilitou a ampliação de suas redes pelas regiões mineiras, com proprietários dos núcleos produtores das províncias de Goiás e Mato Grosso, e com a praça comercial fluminense. Suas atividades econômicas proveram o sustento de sua mãe e de seus irmãos mais novos, que viveram em seu convívio na vila de São João del-Rei após a morte do pai em 1818. Caetano de Almeida possuía duas propriedades, uma em Conceição da Barra, na comarca do Rio das Mortes, e outra em Camanducaia, que possivelmente herdara de seu falecido pai. O historiador Carlos Maculan (2011) afirma que o comerciante tinha posse de expressivo número de escravizados, se comparado com outras fazendas da região, o que é um indicativo de que Baptista Caetano era um médio-grande proprietário de escravos, inserido na produção de gêneros de primeira necessidade e no comércio de abastecimento da Corte.

Ainda segundo Maculan (2011), o prestígio econômico e a ascensão política de Baptista Caetano esteve intimamente vinculado ao cultivo dos laços de parentesco. Cidadão notório no sul mineiro, casou-se, em 1827, com Mariana Alexandrina Teixeira, filha de Francisco José Teixeira (agraciado com o título de Barão de Itambé em 1846) e de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro. A família Teixeira Leite acumulou capital no comércio, mineração de ouro e em operações de concessão de crédito e financiamentos em São

---

<sup>22</sup> Este era irmão de Baptista Caetano de Almeida e foi quem produziu os primeiros apontamentos biográficos sobre sua vida em manuscritos ainda no século XIX, publicados posteriormente, no ano de 1905, em edição da Revista do Arquivo Público Mineiro, conforme citado no corpo do texto e nas referências bibliográficas desta dissertação.

João del-Rei. Deslocou-se, posteriormente, para Vassouras, Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar à cultura cafeeira. Mariana Alexandrina Teixeira era irmã de Francisco José Teixeira Leite, que recebeu o título honorífico de Barão de Vassouras de 1871. Reconhecido também por suas atividades filantrópicas, as quais exploraremos mais adiante, Baptista Caetano foi eleito secretário do Colégio Eleitoral da vila de São João del-Rei em 1828. No ano seguinte, foi eleito juiz de paz e vereador naquela vila pelos eleitores da paróquia, de forma a se tornar um dos principais nomes da política sanjoanense. Esse prestígio o alçou em definitivo ao cenário nacional, quando foi eleito deputado por Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados, exerceu três mandatos consecutivos na segunda (1830-33), terceira (1834-37) e quarta (1838-1841) legislaturas daquela casa, sem, contudo, completar o último em decorrência de sua morte em 1839. Nesse período foi nomeado, em 1832, conselheiro da província de Minas Gerais (Maculan, 2011).

Junto de Baptista Caetano, na empreitada do *Astro de Minas*, esteve, ainda, o padre Francisco de Assis Fernandes Brasiel. Este era filho do alferes e músico Lourenço Joze Fernandes Brasiel, maestro de música em São João del-Rei, onde possivelmente nascera. Não existem informações sobre quem teria sido sua mãe. Sabe-se apenas que o avô e tio maternos do redator também exerciam atividades vinculadas ao ramo musical naquela vila. Quando iniciou suas atividades no periódico sanjoanense, o clérigo tinha cerca de trinta e seis anos de idade, o que sugere que possivelmente nascera por volta do ano de 1791 (Cintra, 1982 *apud* Rodarte, 2011). Frequentou aulas de latim, durante sua instrução religiosa realizada em São Paulo, e de Filosofia e Literatura na Vila de São João del-Rei. Além de redator, Brasiel exercia a função de bibliotecário na Livraria Pública de São João del-Rei — fundada por Baptista Caetano de Almeida no início de 1827, como parte de seu projeto filantrópico para a vila<sup>23</sup>.

A ausência de informações sobre a vida do clérigo dificulta o rastreamento de sua trajetória pública. Por meio das páginas do *Astro de Minas* é possível verificar que Francisco Brasiel foi eleito pelos vereadores da vila para participar de algumas comissões cidadãos na Câmara Municipal de São João del-Rei, no período em que Baptista Caetano de Almeida era vereador (Astro de Minas, 13/04/1830, n. 374).<sup>24</sup> Na localidade recebeu ainda expressiva votação para eleitor paroquial nas primárias de 1830 (Astro de Minas, 04/09/1830, n. 436). Mudou-se o padre, em 1831, para Lavras, que havia acabado de ser alçada à condição de vila, onde exerceu

---

<sup>23</sup> Atual Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, que carrega o nome em homenagem ao célebre redator, comerciante e político de São João del-Rei.

<sup>24</sup> Não se pode precisar, contudo, em que condição Francisco Brasiel participava dessas comissões para as quais era eleito.

as funções públicas de secretário da Câmara Municipal e de promotor. Naquela localidade, ministrou aulas de latim, francês, geografia, desenho, aritmética e música na Matriz de Santana (Amaral, 2019) Naquela localidade, próxima de São João del-Rei, foi um dos responsáveis pela fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Lavras, espaço de caráter associativo promovido pelos liberais moderados a partir da Regência, tendo sido eleito conselheiro e membro da mesa diretora, na qualidade de secretário (*Astro de Minas*, 22/10/1831, n. 610). As informações acerca da vida do clérigo são escassas, de forma que não se sabe muito, inclusive, sobre sua atuação religiosa. É possível, contudo, uma aproximação das concepções defendidas a partir de escritos publicados no *Astro* em defesa da abolição do celibato clerical e do uso do latim no ensino e na liturgia.

Por último, mas não menos importante, outra figura merece destaque na gestão do empreendimento tipográfico de Baptista Caetano de Almeida foi Francisco José de Sales, que acumulava as funções de redator e editor do periódico sanjoanense. Este respondeu em juízo por acusações direcionadas ao periódico em algumas ocasiões, tendo assumido publicamente a responsabilidade editorial pelo *Astro de Minas*, possivelmente como forma de salvaguardar a posição pública de Caetano de Almeida. Existem poucas informações acerca da trajetória desse agente, o que nos convida a um esforço de investigação. Nasceu em 29 de janeiro de 1803, em Vila Rica, onde, ao que tudo indica, realizou seus estudos primários, segundo nos informa uma pequena nota que relata seu falecimento (*Liberal Mineiro*, 24/02/1885, n. 24). Sobre sua vida progressa às atividades no *Astro de Minas* pouco se sabe. Há uma menção ao nome Francisco José de Sales no movimento da Confederação do Equador em 1824. Segundo este indicio, o mesmo teria sido o responsável designado por Manoel Carvalho Paes de Andrade<sup>25</sup>, à Fortaleza para dirigir e manter um estabelecimento tipográfico, na condição de impressor, após ofício realizado por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe<sup>26</sup>, que solicitava o envio de material tipográfico para a abertura de uma oficina, nomeada como Typografia Nacional do Ceará, responsável pela impressão do *Diário do Governo do Ceará* (Lima, 2012; Fernandes, 2004; Studart, 1924).

Seriam ambos a mesma pessoa ou apenas uma coincidência de nomes e ocupações? Levando adiante a hipótese de ser, em ambos os casos, a mesma pessoa, após fim do movimento republicano, de viés separatista, Francisco José de Sales, ao seus vinte e um anos, teria sido preso e, possivelmente, enviado ao Rio de Janeiro, como ocorreu com outras lideranças do

---

<sup>25</sup> Presidente da Confederação do Equador.

<sup>26</sup> Presidente da então República do Ceará.

movimento. Tendo adquirido liberdade, retornou a Minas Gerais, de forma a ingressar, novamente, no ofício tipográfico. Isto explicaria, inclusive, algumas curiosas sugestões de nomes feitas pelo *Astro de Minas* ao eleitorado mineiro antes dos pleitos de 1828, para a escolha dos componentes da Câmara dos Deputados e do Senado, vinculados ao movimento da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, como os de Gervásio Pires Ferreira, Francisco Agostinho Gomes e o padre José Martiniano Pereira de Alencar. Este, irmão de Tristão de Alencar — sendo ambos oriundos da renomada família Alencar da Província do Ceará —, que logrou êxito nas eleições, tendo sido um dos mais bem votados para assunção da cadeira de deputado pela Província de Minas Gerais na segunda legislatura.<sup>27</sup>

Na Vila de São João del-Rei, José de Salles era figura conhecida do meio político, tendo participação corrente, eleito pelos vereadores para a composição de comissões cidadãs formadas pela Câmara Municipal (*Astro de Minas*, 08/10/1829, n. 295). É possível que o acompanhamento dos debates daquela instância fosse parte de suas atividades no periódico, pois em chegou a dirigir ofícios àquela câmara “oferecendo o Periódico *Astro de Minas* para publicação gratuita das Sessões cuja patriótica oferta ela aceitou com grado” (*Astro de Minas*, 28/03/1829, n. 213, p. 1). Era dele a responsabilidade editorial por outras folhas impressas na Tipografia do Astro, como o *Mentor das Brasileiras*, semanário direcionado ao público feminino que circulou entre 1829 e 1832, sob redação do professor de latim José Alcibiades Carneiro. Foi um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional daquela vila em 1831, tendo sido eleito para o conselho da associação (Falco, 2021). Casou-se em 1832 com dona Maria Sales, com quem teve onze filhos. Ainda naquele ano, foi eleito oficial inferior da Guarda Nacional de São João del-Rei, na patente de alferes (*Astro de Minas*, 22/03/1832, n. 675).

Ao realizarmos uma análise do perfil biográfico dos agentes responsáveis pelos periódicos moderados *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Universal* e *Astro de Minas* (Tabela 6), é interessante notar o número de sujeitos que desempenham atividades primárias vinculadas ao comércio e/ou casas de negócios, o que vai na direção do que já havia sido apontado pelo historiador Alcir Lenharo (1992). Antônio José do Amaral, Baptista Caetano de Almeida, José Pedro Dias de Carvalho e Manoel Soares do Couto, atuaram no comércio de abastecimento da Corte, que movimentava não apenas circulação de gêneros alimentícios, mas também de pessoas escravizadas. Ainda no âmbito do comércio, temos Evaristo Ferreira da Veiga e sua

---

<sup>27</sup> As sugestões de nomes pelo vinculados aos movimentos das províncias do norte pelo periódico *Astro de Minas* chamaram atenção também do historiador Carlos Maculan (2011).

livraria, que se constituía enquanto sua principal atividade de subsistência. Tal meio possibilitava o contato com agentes diversos, oriundos das mais variadas partes, e, conseqüentemente, a formação e ampliação de suas redes de sociabilidade.

É interessante observar ainda as ocupações de Francisco José de Sales e João Clemente Vieira Souto, que, até onde sabemos, tinham, já naquele momento, a atividade tipográfica como sua principal fonte de renda. Ambos têm em comum a atividade totalmente independente dos periódicos que representavam, pois, conforme ressaltamos, *Astréa* e *Astro de Minas* possuíam estabelecimentos tipográficos próprios, financiados, possivelmente, pelas atividades primárias de José do Amaral e Caetano de Almeida, respectivamente. As subscrições angariadas também se constituíam enquanto fontes importantes de garantia prévia para circulação dos impressos, mas, ao que tudo indica, até mesmo pela característica marcadamente artesanal da imprensa da época, eram parte pequena do sustento das tipografias. Uma hipótese que exploraremos adiante, é a de que possivelmente outros agentes participavam do financiamento das oficinas de impressão.

Vale ressaltar ainda o grau de instrução dos redatores. Apenas Antônio José do Amaral e Bernardo Pereira de Vasconcellos possuíam formação plena, ambos pela Universidade de Coimbra. O restante, apesar da instrução primária e secundária, tinha uma formação intelectual marcada pelo autodidatismo, o que não foi empecilho para que pudessem ter contato com outras línguas e com as ideias difundidas por textos de autores vinculados ao pensamento liberal.

Os levantamentos biográficos aqui realizados, nos permitem a análise acerca dos agentes envolvidos nos meios tipográficos dos principais jornais liberais moderados entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. É possível verificar que esses impressos não ficaram circunscritos a essa região. Os produtos da imprensa moderada circularam de norte a sul do Brasil e foram importantes ferramentas de ação e ascensão política para um grupo variado de agentes inseridos na cena política imperial, tanto a nível local e regional como em âmbito nacional. Nesse sentido, vale destaque o número de agentes que, por meio da palavra impressa, conseguiram acesso aos espaços formais da política imperial, sobretudo na Assembleia Geral.



Tabela 6 – Perfil dos agentes responsáveis pela produção dos periódicos *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Universal* e *Astro de Minas*

Nome (Função)	Jornal	Nascimento	Escolaridade	Formação	Ocupação	Emprego Público	Cargo Político
Antônio José do Amaral (Redator)	<i>Astréa</i>	1782, Rio de Janeiro (RG)	Superior	Matemática (Universidade de Coimbra)	Militar/ Professor/ Negociante	Major do Exército/ Lente da Academia Militar	Deputado
Baptista Caetano de Almeida (Redator)	<i>Astro de Minas</i>	1797, Camanducaia (MG)	Média	Nenhuma	Proprietário/ Comerciante/ Negociante	Nenhuma	Vereador/Juiz de Paz/Deputado/ Conselheiro de Governo/ Conselheiro de Província
Bernardo Pereira de Vasconcellos (Redator)	<i>O Universal</i>	1795, Vila Rica (MG)	Superior	Direito e Filosofia (Universidade de Coimbra)	Magistrado	Juiz de Fora/ Desembargador	Deputado/ Conselheiro de Governo/ Conselheiro de Província/Ministro/ Vice-presidente de província/Senador
Evaristo Ferreira da Veiga (Redator/ Editor)	<i>Aurora Fluminense</i>	1799, Rio de Janeiro (RJ)	Média	Seminário de São José	Livreiro	Nenhum	Deputado
Francisco José de Sales (Editor/ Redator)	<i>Astro de Minas</i>	1803, Ouro Preto (MG)	—	—	Tipografo/ Impressor	Alferes da Guarda Nacional	—
Francisco de Assis Fernandes Brasiel (Redator)	<i>Astro de Minas</i>	1791, São João del-Rei (MG)	Média	—	Músico/ Bibliotecário/ Padre	Secretário/ Promotor	—
João Clemente Vieira Souto (Editor/ Redator)	<i>Astréa</i>	1784, Rio de Janeiro (RJ)	Média	Academia Imperial Militar	Tipografo/ Impressor	Cadete do Exército/ Delegado	—
José Joaquim Vieira Souto (Redator)	<i>Astréa</i>	Fim do século XVIII, Rio de Janeiro (RJ)	Média	Academia Imperial Militar	Militar	Major do Exército	Deputado
José Pedro Dias de Carvalho (Redator)	<i>O Universal</i>	1805, Mariana (MG)	Média	Seminário Episcopal de Mariana	Comerciante/ Negociante	Capitão da Guarda Nacional de Ouro Preto	Deputado/Vereador/ Juiz de Paz/Deputado Provincial
Manoel Soares do Couto (Editor/ Redator)	<i>O Universal</i>	1802, Vila Rica (MG)	—	—	Comerciante/ Negociante	Tenente-Coronel da Guarda Nacional de Ouro Preto	Conselheiro de Governo/ Conselheiro de Província/Vereador

Todos os periódicos analisados passaram a ter representantes naquela casa a partir da segunda legislatura (1830-1833), tendo a atividade na imprensa contribuído para a promoção e

ascensão de Antônio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto, Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Pedro Dias de Carvalho. Essas trajetórias, bem como as múltiplas interações entre a imprensa e os espaços institucionais da vida política, serão melhor analisados adiante. Analisaremos com mais detalhes outros fatores que condicionaram a circulação de ideias e periódicos, sobretudo entre a Corte e a Província de Minas Gerais, nosso principal de análise, e sua importância para o funcionamento dessa rede de sociabilidade mantida principalmente por meio da palavra impressa.

## **CAPÍTULO 4: SOCIABILIDADE IMPRESSA ENTRE MINAS GERAIS E A CORTE**

O Primeiro Reinado e o período regencial são marcados pelas significativas experiências políticas desenvolvidas a partir da interação entre os espaços formais e informais de discussão, garantidos pela Constituição de 1824. O início dos trabalhos da Assembleia Geral em 1826 na Corte revigorou a atuação da imprensa, que permaneceu a dar mostras de sua capacidade de intervenção na cena política por meio da atuação direta dos redatores, que exerciam o papel de mediação entre as instituições estabelecidas e a população, sobretudo a parcela dotada de direitos civis e políticos. Os agentes da imprensa periódica permaneceram atentos aos debates travados diariamente em torno dos mais variados temas, o que garantia a publicização de assuntos de interesse da sociedade.

Contudo, a imprensa, sobretudo a que se desenvolvia fora do domínio dos interesses do governo, assim como já havia demonstrado durante o período do processo de Independência, não se restringia a apenas informar seus leitores acerca das novidades, muito pelo contrário. Os redatores independentes se preocupavam também em instruir e moldar a opinião pública, de forma a se utilizar de artifícios pedagógicos para formá-la a partir dos interesses dos agrupamentos políticos que representavam, naquele contexto de formação de identidades políticas que ocorriam em concomitância com a estruturação das bases do recém independente Estado nacional brasileiro. Nesse jogo, o público não era mero receptor das ideias e notícias propagadas pelos redatores, longe disso, exprimiam sua vontade de maneira a legitimar, ou não, a atuação dos impressos na cena política. Um dos mecanismos de legitimação eram os processos eleitorais para a escolha dos representantes locais, provinciais e nacionais.

### **4.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A OPINIÃO PÚBLICA NA IMPRENSA MODERADA**

Os primeiros processos eleitorais de caráter nacional ocorreram a partir da Revolução Constitucionalista do Porto, que resultou na convocação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa em 1820. Contudo, esta não foi a primeira experiência eleitoral para uma parcela daquela sociedade. Durante o período colonial, desde as ordenações Afonsinas de 1446, era comum a realização de seleções por voto para cargos das Câmaras Municipais no âmbito da organização administrativa do Império Ultramarino português, tanto no Reino quanto nas conquistas. Por meio do escrutínio de pelouros, em uma tradição jurídica marcada pelas

profundas hierarquias sociais e estatutos diferenciadores característicos das sociedades de Antigo Regime, os sujeitos eram escolhidos e cabia ao rei confirmar ou rejeitar os eleitos para os cargos (Rosa, 2022). Inseridos na tradição jurídica e no universo mental, que sustentava uma visão estamental da ordem social, as eleições para os cargos camarários eram marcadas por elementos típicos de uma “visão litúrgica do mundo, corporificada na religião, como o conjunto de crenças e valores indispensáveis à conservação da sociedade” (Neves, 2003, p. 27).

Entre rupturas e continuidades, o constitucionalismo que emerge da experiência política da Revolução Vintista preservou elementos ritualísticos das práticas religiosas do catolicismo, que, mescladas às ideias difundidas pelo liberalismo, inauguraram uma nova cultura política. Essa tinha os materiais impressos — periódicos, panfletos, folhetos, entre outros — como os principais veículos de divulgação de um novo vocabulário definido a partir da linguagem constitucional, que se difundia pela circulação de textos vinculados aos postulados teóricos do liberalismo. Dessa forma, os eleitores, responsáveis pela escolha de seus representantes no Poder Legislativo, eram mobilizados pelos impressos que circulavam pelos espaços públicos de norte a sul, de forma a estabelecer uma relação até então inédita no Brasil, na qual a “linguagem, como coisa pública, institucionalizava e determinava as relações políticas no interior do novo regime constitucional”. Assim, a palavra impressa passava a ser concebida enquanto “o elo de comunicação entre dirigentes e o povo, representado este em assembleia para definir seus direitos e deveres” (Neves, 2019, p. 258).

Nesse sentido, durante o período de eleições, os eleitores eram mobilizados pelos redatores, dos mais diversos agrupamentos políticos, ao exercício de seus direitos políticos na escolha dos representantes. O *Astro de Minas* (15/11/1828, n. 156), em atenção aos pleitos para a segunda legislatura, enfatizou a importância do voto:

Os Cidadãos Eleitores, escolha desta Província, vão reunir-se para exercer o mais belo, o melhor dos direitos, o de eleger uma Câmara de Deputados. Com eles o Brasil inteiro subsiste em sua força, e na sua independência. (...) Investido por alguns dias de funções Soberanas o Brasil eleitoral não deixará de lembrar-se, que seus eleitos vão ser os Árbitros da sua sorte, e que estes mesmos homens, que hoje o imploram serão amanhã seus Legisladores. (...) Não vos esqueças, Srs., que, para sentar-se com honra na Cadeira dos Deputados, são precisos homens de um caráter firme e corajoso, de uma severidade de princípios, que não lhes permita alguma transação com as doutrinas falsas; de um reconhecido desinteresse, que os faça inacessíveis às sugestões do favor ou da ambição. Defensores do Trono, é necessário que igualmente o sejam de nossas liberdades públicas e particulares; que velem na sustentação rigorosa da Constituição. Seus deveres consistem em ser severos no exame das contas dos dinheiros do Estado, em combater com energia, ou contra os abusos, que a fraqueza deixasse introduzir, ou contra as infrações às nossas Leis Constitucionais, que a arbitrariedade ou a força quisesse tentar.

O trecho publicado pelo redator vincula-se à noção de soberania popular, que se manifesta, na Constituição de 1824, no direito ao voto. Assim, os eleitores, imbuídos momentaneamente de “funções soberanas”, deveriam ter clareza na escolha dos nomes que, após ratificados publicamente, os representariam nas instituições formais pela legislatura seguinte. Nesse sentido, os processos eleitorais eram entendidos como momento propício para a interferência direta da opinião pública, que expressava sua vontade cotidianamente por meio dos espaços públicos de discussão, dentre eles os fornecidos pela constante atuação e circulação da palavra através da imprensa periódica. O trecho vai de encontro com as concepções dos liberais moderados acerca da ideia de liberdade, que, compreendida enquanto direito natural, deveria estar circunscrita aos limites do pacto social, o que garantiria o manutenção da ordem social estabelecida no texto constitucional (Basile, 2004; Silva, 2009).

Nesse sentido, as eleições manifestariam o desejo da opinião pública, que desempenharia o papel de agente legitimador da atuação de seus representantes. Assim, era necessário que os eleitores estivessem sempre vigilantes, de forma a fiscalizar a atuação dos atores políticos nas instituições representativas. Em 1828, Baptista Caetano de Almeida, tendo sido eleito secretário do Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei, após envio da lista dos eleitores paroquiais, se posicionou publicamente por meio do *Astro de Minas*. Em suas palavras, as eleições eram um ato “majestoso”, pois é “o único em que a Nação reassumindo seus Direitos, reelege os bons Deputados, e deixa em esquecimento os que mal a serviram”. E assim, ao deixar estes em esquecimento, processava-se uma renovação, onde os cidadãos “elegendo novos mandatários, os habilita[ria]” para “servir a Pátria e servir de modo que ela prospere debaixo de boas Leis” (*Astro de Minas*, 30/10/1828, n. 149).

A partir dessa compreensão, os periódicos exerceriam um papel determinante na publicização dos atos dos representantes eleitos para as instâncias de atuação política local, provincial e nacional. Dessa forma, eram veículos eficazes de comunicação direta com o eleitorado, pois possibilitava um canal de prestação de contas. Contudo, é preciso ressaltar que isso nem sempre ocorria de maneira ostensiva, de forma que o anonimato dos verdadeiros responsáveis pelas publicações poderia contribuir para camuflar os interesses de figuras por trás das publicações que circulavam pelos espaços públicos — como a atuação de eventuais financiadores e/ou colaboradores. Era necessário, portanto, passar a ideia de que os redatores que se manifestavam publicamente eram figuras interessadas apenas em instruir a opinião pública e mediar os interesses desta com o poder político. Tudo indica que, João Clemente Vieira Souto, Francisco José de Sales e Manoel Soares do Couto, ao reunirem para si as funções

de redatores e editores, desempenharam esse papel, de forma a responder e se responsabilizar publicamente, inclusive judicialmente em algumas ocasiões, por questões veiculadas nos periódicos.

Assim, a publicação de textos e artigos que se utilizavam de uma linguagem notadamente pedagógica tinham como objetivo instruir os cidadãos acerca de seus direitos e deveres no sistema constitucional, mas também se revelam, por outro lado, enquanto uma estratégia editorial que ia de encontro com os interesses dos agentes em tornar públicas suas ações por meio da imprensa periódica. Era no sentido de publicização e transparência das ações do poder que o redator do *Astro de Minas* — entre a publicação de decretos de lei e dos assuntos discutidos na Câmara dos Deputados, como de costume —, argumentava, em artigo intitulado “Opinião ou o espírito Público”, que em todos os países em que:

(...) o Cidadão começa a conhecer-se, e a conhecer a sociedade, o governo [que] desta o ocupa, e tanto mais, quanto maior for sua instrução, quanto melhor souber seus direitos, e bem desempenhar seus deveres: da ignorância, do fanatismo, e tirania foge a opinião; porque onde ela reina, ou eles emudecem, ou são de todo vencidos (*Astro de Minas*, 08/01/1828, n. 22).

O artigo teve continuidade dias depois, na edição de número 24, onde o redator dava continuidade a seus argumentos, pelos quais defendia que o “Espírito público tende por sua natureza a manifestar-se”. Assim, era papel dos “bons Governos” consultar e seguir essas manifestações, ao invés promover o combate das mesmas. Dentre os meios, ou “órgãos”, nas palavras do redator, pelos quais a opinião pública expressava sua vontade estavam as eleições, posto que nos “Estados Constitucionais” onde a escolha dos “Deputados às Assembleia deliberativas são populares, e livres d’ estorvos (como no Brasil), os Deputados são realmente órgãos da opinião pública” (*Astro de Minas*, 12/01/1828, n. 24).

Em seguida afirmava o redator que atividade da imprensa periódica desempenhava a função de interpretar a opinião pública, de forma a servir aos “interesses da Nação”, sendo este o motivo pelo qual os governos conduzidos por “Déspotas” e “Tiranos” perseguiram a liberdade de imprensa. Nos chama atenção o uso da palavra “intérprete” no artigo. Segundo o “Diccionario da Lingua Portuguesa”, de Antônio de Moraes Silva (1789, p. 731), o intérprete é a “pessoa que serve de língua a outros que se não entendem”, dessa forma interpretar seria o ato de “traduzir, verter o que falam duas pessoas em línguas diversas para se darem a entender, o que faz quem fala ambas”. Nesse sentido, o redator pode ser entendido enquanto figura importante na mediação do diálogo entre os interesses envolvidos nas linguagens expressas pelo poder político e pela sociedade civil, com o objetivo de fazer com que obtenham uma

compreensão mútua. Assim, pressupõe-se que os redatores seriam agentes em trânsito entre as esferas, que compreenderiam a “língua” de ambas as partes, o que significa admitir que esses possuíam interesses estabelecidos nas relações de disputa entre o governo e opinião pública. Mas quem, afinal, ficaria responsável por legitimar a atuação e o papel mediador dos redatores, que por meio da imprensa periódica representavam os interesses dos grupos políticos? Sobre isso, o próprio redator argumentava:

Dizer-se que os diários são ecos das opiniões de seus autores e dos seus partidos, é dar um parecer que necessita explicação. Se um escritor publica sua opinião singular, alheia aos outros concidadãos, ou estes a acham boa, e admitindo-a, fazem-na opinião pública; ou dela desagrada a todos, ou ao maior número, e seu autor fica no escuro, e cessa de imprimir, se não teima em atulhar de inúteis folhas as casas dos Livreiros (Astro de Minas, 12/01/1828).

Dessa maneira, a legitimidade da ação dos redatores enquanto intérpretes ficava a cargo da própria opinião pública, que no exercício de direitos e deveres, associados às suas funções soberanas, manifestaria sua vontade pelos meios disponíveis de intervenção na vida pública e nas instituições estabelecidas, mas sempre em observância dos limites circunscritos pelo pacto social. Essa concepção, que expressava a compreensão dos liberais moderados acerca da soberania popular, demonstra a polissemia do conceito de opinião pública, que poderia possuir nuances variadas a depender de seu contexto de inserção (Morel, 2005).

As interações dos redatores com a opinião pública apresentam-se de formas variadas ao longo das páginas dos impressos. Expressam, sobretudo, o papel dos leitores na legitimação dos discursos propagados pelos publicistas. Os leitores não eram receptores passivos da pedagogia difundida pelos redatores. Pelo contrário, manifestavam de maneira corrente as variadas apropriações acerca dos textos a partir do próprio cotidiano que experienciaram enquanto agentes inseridos nos espaços que emergem da esfera pública política. A característica dos periódicos auxiliava no processo de apropriação constante das ideias e novidades cotidianas, de forma a ampliar sua publicização. Assim, a palavra impressa era expressão das novas experiências proporcionadas pelo liberalismo, que mescladas com as práticas do Antigo Regime, como a retransmissão oral, demonstravam “uma preocupação coletiva em relação ao político” (Neves, 2004, p. 36).

A característica dos impressos enquanto objeto físico reflete inteiramente na relação dos leitores com esses produtos culturais. Benedict Anderson (2008) argumenta que os jornais são “formas extremas” dos livros, pois sua produção e venda em grande escala são fatores intrínsecos à obsolescência desses materiais, que da noite para o dia eram substituídos por novas

edições. Por esta característica, os impressos revelam-se enquanto instrumentos fecundos de estímulo de “uma extraordinária cerimônia de massa”, ao promover “o consumo quase totalmente simultâneo do jornal-como-ficção”. Assim, esses produtos poderiam orientar a vida cotidiana dos agentes, que se apropriavam das notícias e ideias que circulavam pela imprensa durante a realização cerimonial de suas leituras individuais, reguladas pela periodicidade da produção desses produtos culturais. Era em sentido semelhante, ciente das diferenças existentes entre os jornais e os livros, que o redator do *Astro de Minas* argumentava, ao ressaltar a importância da publicação periódica enquanto “órgão” da opinião pública “mais certo e invariável”, de forma a demonstrar a característica cerimonial das práticas de leitura que passavam florescer a partir da década de 1820:

O grosso dos homens não sofre à leitura de longas páginas, e discussões profundas, mas gosta de em poucas linhas saber o que vai pelo mundo, e por seu turno discorrer em os negócios contemporâneos; bem a propósito a este fim são os diários, eis o porquê o povo muito os estima (*Astro de Minas*, 12/01/1828).

A imprensa periódica, portanto, era espaço propício para as práticas de sociabilidade entre agentes, pois se constituía enquanto um canal regular e relativamente consistente de comunicação. Essas potencialidades fornecidas pela palavra impressa foram exploradas de forma corrente por parte dos agrupamentos políticos, o que favorecia o estabelecimento de comunicação dos representantes — inseridos nos cargos das instâncias políticas locais, provinciais e nacional — com o eleitorado, sob mediação dos redatores, que poderiam ser também, como no caso aqui presente, pessoas ligadas a funções públicas eletivas.

É preciso lembrar que os próprios redatores eram também leitores. Nesse sentido, “leitura e crítica eram sintomas do debate” (Almeida, 2008, p. 48) travado nos espaços públicos. Estas se revelam nas aproximações e distanciamentos, vistos sobretudo nas disputas dos publicistas pelo reconhecimento legitimador da opinião pública. Isso pode ser observado na prática de recompilação de artigos realizada entre redatores, que ampliava a circulação dos impressos e, conseqüentemente, a leitura desses materiais por um número maior de pessoas, inseridas nos mais variados contextos territoriais. Tal prática se constitui enquanto uma das principais estratégias de difusão de ideias e, ao que tudo indica, os agentes do grupo liberal moderado, apesar de não serem os únicos a utilizá-la, foram os que obtiveram maior sucesso com esse mecanismo.

Isso pode ser explicado pelo que podemos caracterizar como uma espécie de rede de colaboração entre os publicistas, que se utilizavam de sua consolidada legitimidade pública para



cooperar com o impulsionamento inicial da ação política de outros pares. Em 9 de janeiro de 1828, os redatores d' *O Universal* fizeram uso da posição consolidada do periódico na Província de Minas Gerais para recepcionar o início das atividades d' *Aurora Fluminense* — que havia publicado seu primeiro número no dia 21 de dezembro de 1827 —, com a reprodução de um artigo que tecia críticas a falta de transparência dos atos ministeriais. A partir da recompilação, os autores do impresso ouropretano buscavam assegurar a seus leitores que o “novo Periódico do Rio de Janeiro, e[ra] mais um Atleta da Constituição” (*O Universal*, 09/01/1828, n. 77).

A *Astréa*, duas semanas após a circulação do primeiro número do *Astro de Minas*, saudava o início das atividades do jornal sanjoanense, de forma a assegurar aos “Concidadãos” ser “mais um Atleta que aparece no Brasil para combater os inimigos da Constituição e do Sistema de Governo” (*Astréa*, 04/12/1827, n. 219). Da mesma forma, *Aurora Fluminense*, buscou realizar essa aproximação editorial, ao elogiar os “sentimentos Liberais”, que “(...) fazem honra ao seu Redator [do *Astro de Minas*] e mostram qual é o espírito público, ainda mesmo nos lugares centrais do Império” (*Aurora Fluminense*, 18/01/1828, n. 9).

As redes de colaboração projetadas entre a imprensa de Minas Gerais e a da Corte foram, portanto, ingrediente fundamental para o impulsionamento das relações entre os agentes. Estes, ao transitarem entre os espaços formais e informais de discussão política, observaram no periodismo “um novo canal de ‘contiguidade’”, que complementava as “conexões comerciais e políticas” preexistentes entre os territórios (Silva, 2005, p. 53). Conforme argumenta o historiador Rodrigo Fialho Silva, por meio desses canais, que possuíam por característica um “posicionamento heterogêneo acerca da realidade política”, foi possível estabelecer uma “rede de debates e interlocução de ideias”, que, ao evidenciar os embates cotidianos nas várias localidades do Brasil, demonstraram “tendências de pensamento e alinhamento editorial”, que possibilitou a configuração de uma “rede de ‘discursos cruzados’” (Silva, 2011, p. 21-22). Dessa forma, eram tecidos vínculos silenciosos entre os publicistas, e destes com os leitores, que em contato por meio da palavra impressa passavam a se perceber enquanto agentes inseridos em uma experiência comunitária (Anderson, 2008), que possibilitava, em parte, a supressão dos entraves causados pelos localismos provinciais, naquele contexto de construção das bases do recém independente Estado nacional brasileiro (Silva, 2005).

A interlocução de discursos, portanto, possibilitou a formação de uma rede, relativamente coesa, de colaboradores entre redatores inseridos em contextos territoriais distintos, que se entrelaçavam por meio da circulação regular da palavra impressa. Era nesse sentido que Evaristo Ferreira da Veiga argumentava, ao evocar a articulação entre os periódicos

como forma de combater os que questionavam “as verdadeiras intenções da *Aurora*” no debate público:

(...) fracamente declaramos, que as nossas intenções são as mesmas, que nós supomos nos, que redigem o *Pharol* [*Farol Paulistano*], o *Astro de Minas*, a *Astréa*, e o *Universal*, isto é, as de concorrer, quanto em nós cabe para a ilustração e Liberdade dos nossos Concidadãos; decididos sempre a pugnar sem medo contra os abusos, que se opõem à felicidade da nossa querida Pátria. Sejam quais forem as queixas, que possamos ter de homens de humor atrabiliário, a quem nenhuma coisa agrada, e que querem dar as exagerações da sua cólera, como norma obrigatória da linguagem dos amigos da Liberdade legal; nós contudo os toleramos muito melhor do que esses, que estão sempre prontos a prostituir o seu talento à menor esperança de *pensão* ou *estipendio secreto*, e que em toda a ocasião officiosos defensores da Autoridade, nem uma só vez se acharam em oposição com o modo de pensar dos Ministros (*Aurora Fluminense*, 14/03/1828, n. 25, grifos do redator).

Ao realizar uma aproximação editorial com esses impressos, Evaristo buscava se legitimar perante a opinião pública, de forma a demarcar sua posição política perante um dos principais acontecimentos que mobilizavam o debate público no Primeiro Reinado, a oposição de um grupo de parlamentares inseridos na Câmara dos Deputados ao Poder Executivo, sobretudo aos ministros e aos conselheiros de Estado. Essa tensão exemplifica bem as interações entre os espaços formais e informais de discussão política, pois a imprensa moderada, principalmente os periódicos supracitados, passaram a protagonizar dura oposição ao Senado, ao Ministério e ao Conselho de Estado (Pandolfi, 2007).

Isso ocorreu pela incompatibilidade de posições e interesses que permeavam a relação de uma ala expressiva das elites políticas inseridas na Câmara dos Deputados com o Executivo, sobretudo em questões relativas à regulamentação de artigos da Constituição. Os projetos que mais causavam dissonância entre as partes eram os relativos à Lei de Responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado e a Lei dos Abusos da Imprensa, que, tendo sido debatidos pelos deputados, foi remetido ao Senado, onde, por interesses políticos, não teve prosseguimento imediato. Assim, desenhava-se um cenário de rivalidade política entre parte expressiva dos deputados e os senadores e ministros, que, como apoiadores de d. Pedro I, se viam sob sua influência (Ribeiro; Pereira, 2009).

A imprensa, ferramenta estratégica de ação política, notabilizou-se pela produção de acontecimentos, de forma a servir de extensão do púlpito a agentes que teciam críticas e denunciavam abusos cometidos pelos ministros escolhidos pelo Imperador (Pandolfi, 2007). Um dos mais notórios críticos, e porta voz de vários outros deputados, foi Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, como deputado durante primeira legislatura, se posicionou formalmente, em várias ocasiões, na Câmara e nas páginas d' *O Universal*, de maneira a manifestar publicamente

sua insatisfação com a falta de transparência e publicização dos atos do Poder Executivo. Um dos seus principais alvos era o sanjoanense Manoel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi, senador pela Província de Minas Gerais, membro do Conselho de Estado e ex-Ministro da Fazenda, que se constituía enquanto um desafeto de longa data de Vasconcellos e de sua família.

O embate público entre as partes se iniciou quando uma correspondência, assinada sob uso do pseudônimo *Paraopebano*, que se supunha ser de autoria Nogueira da Gama, foi publicada na edição nº 26 do *Diário Fluminense*, em agosto de 1825. Nela, estavam contidas críticas severas ao Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, mas sobretudo a Vasconcellos, que era citado nominalmente e sob o tratamento de “Bacharel”. A crítica residia na rejeição, por parte dos membros do Conselho de Província, de um projeto que tinha por objetivo a extração de diamantes, serviço que seria realizado por uma companhia mineradora estrangeira (Rodarte, 2011).

Um dos opositores ao projeto era o redator do periódico *Companheiro do Conselho*<sup>28</sup>, imputado a Bernardo. Este se defendeu publicamente das acusações de que seria o responsável pela publicação, de forma a obter auxílio do tipógrafo Manoel Jozé Barbosa, impressor do jornal, em sua negativa. Suas defesas foram publicadas n’ *O Universal*, ainda no ano de 1825, e dava indícios de que a questão remetia a contradições anteriores, entre seu pai, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, e Manoel Jacinto Nogueira da Gama, acerca de um empreendimento de lavra de diamantes na Vila de Pitangui (Rodarte, 2011). É interessante percebermos a circularidade e a mobilização do debate público, que envolveu trocas de acusações por diversos agentes que saíam em defesa de ambas as partes, em um movimento de leitura e crítica que se desenvolveu entre a Corte e a Província de Minas Gerais.

Após o início dos trabalhos de Assembleia Geral da Corte em 1826, a questão ganhou novos contornos e conteúdos nos discursos de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Atuante em várias comissões durante a primeira legislatura, entre elas a que discutiu o projeto da lei de responsabilização dos ministros e conselheiros de Estado, o deputado demonstrava sua constante sua insatisfação com o Poder Executivo. Em 1827, na Fala do Trono realizada por D. Pedro I, tradicional cerimônia que abria as sessões legislativas anuais, Vasconcellos manifestou sua indignação com a ausência dos ministros, que, segundo ele, se escudavam da figura do Imperador. Argumentava que “as falas do trono foram sempre consideradas como atos

---

<sup>28</sup> Infelizmente não existem números remanescentes desse periódico, que circulou a partir da cidade de Ouro Preto no ano de 1825, segundo nos informa Nelson Werneck Sodré (1966).

ministeriais; suas discussões são sempre na presença dos ministros, cujo cargo está explicá-las e defendê-las, como qualquer proposta do governo” (Brasil, 1875, p. 66).

Esse ambiente de desarmonia entre o partido ministerial e a oposição era um prenúncio dos acirrados processos eleitorais para a segunda legislatura, que passou a mobilizar as atividades tipográficas a partir de 1828. Preocupado com o impacto da repercussão das discussões com o Marquês de Baependi e, ao que parece, com o personalismo que a mesma parecia expressar, Vasconcellos anunciou, em 1828, a publicação da *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, com o intuito de dar publicidade e prestar conta ao eleitorado dos acontecimentos dos primeiros dois anos de atuação da Câmara dos Deputados. O escrito vai de encontro com as concepções do deputado acerca do papel que desempenhava enquanto um guardião dos interesses do eleitorado, sobretudo, mas não apenas, à parcela que, por meio do voto, lhe delegara momentaneamente poderes soberanos como um dos representantes da nação no parlamento (Pereira, 2012). Era desse modo que Bernardo Pereira de Vasconcellos se dirigia ao público ao justificar os motivos que o levaram à escrita da carta:

Elevado por Vossa Augusta Vontade ao eminente Cargo de Deputado da Nação, eu me tenho esforçado para corresponder à Vossa Esperança: se não tenho feito quanto devo, tenho ao menos feito quanto me tem sido possível. Acusado pelo Marquês de Baependi de abuso de meu Augusto Emprego, tomei a resolução de oferecer-vos, Senhores Eleitores, esta sucinta história de meus trabalhos legislativos; ela vos habilitará a julgardes, se me tenho desviado de vossos sentimentos e vontade no desempenho da Comissão, com que me honrastes, ou se minha reputação tem sido abocanhada por este meu hereditário inimigo pelas razões, que a ninguém são hoje desconhecidas (Vasconcellos, 1899, p. 3).

Mais do que um escrito com o objetivo de contemplar sua atuação política individual, a carta pode ser entendida também enquanto um manifesto de Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, tendo adquirido expressiva notoriedade nos primeiros anos de trabalho da Assembleia Geral, se posicionava como uma liderança naquele contexto de aprofundamento das cisões entre Legislativo e Executivo. O ano de 1828 era propício para a circulação da carta, pois daria início aos pleitos eleitorais para a escolha dos representantes nas várias instâncias de participação política do Império. Um dos interesses se constituía, portanto, em instruir o eleitorado acerca de questões relativas às disputas em torno da estruturação do recém independente Estado nacional brasileiro, em fase de consolidação. Assim, a experiência da dissolução Assembleia Constituinte em 1823, ferida ainda recente naquele momento, foi mobilizado enquanto recurso argumentativo por Bernardo, como forma de evidenciar os

retrocessos que os direitos civis e políticos poderiam sofrer como resultado dos abusos de autoridade e má administração por parte dos ministros e conselheiros de Estado.

A estratégia de publicização de suas ações e a de seus colegas parlamentares, principalmente seus aliados políticos nas fileiras da oposição ao governo, era concebida como parte da pedagogia dos liberais moderados em sua defesa da ampliação das prerrogativas da Câmara. Essa compreensão partia do entendimento de que a deputação de cada legislatura era expressão da vontade da opinião pública, que deveria ser constantemente consultada, em especial durante os processos eleitorais. Foi nesse sentido que Vasconcellos afirmava que os "Srs. Deputados", no desempenho de suas funções de representação, eram os maiores interessados na "consolidação da Monarquia". À vista disso, a imprensa, como espaço público de interlocução entre as partes, sob mediação dos redatores, teria, por princípio, o papel de "servir a Causa da Liberdade" (Vasconcellos, 1899, p. 8).

Os acontecimentos ocorridos nos espaços institucionais da Corte ganhavam publicidade e se redefiniam por meio das reverberações e múltiplas interações proporcionados pelos produtos culturais impressos. Em uma guerra de narrativas que se pautou, em vários momentos, em discussões caluniosas e incompreensões constantes, características inerentes aos antagonismos políticos da época (Rodarte, 2011). Dessa forma, estratégias de promoção da circulação de materiais impressos eram estipuladas, com vistas a atingir um maior número de leitores entre as várias partes do território. Por seu grande contingente populacional e importância eleitoral, a Província de Minas Gerais era um palco determinante no cenário político imperial. Os efeitos da guerra na Cisplatina favoreciam a atuação da oposição na Câmara, que se expandia e angariava cada vez mais apoio da opinião pública.

Objetivamos, a seguir, compreender e analisar os vínculos existentes entre os agentes promotores das circulações dos produtos culturais impressos, com o objetivo de interligar os elos que conectam essa rede de colaboradores entre a Província de Minas Gerais e a Corte. No circuito de comunicação estabelecido entre os redatores, estão inseridos agentes com interesses diversos — individuais e/ou coletivos, políticos e/ou econômicos. Esses, estabelecidos nas várias cidades, vilas e arraiais, impulsionavam a difusão de ideias e novidade entre as partes, sob utilização dos vetores comunicacionais disponíveis, como investigamos anteriormente.

#### 4.2. A REDE DE COLABORADORES MODERADOS EM AÇÃO

Nos anos finais do Primeiro Reinado, as interações entre os espaços de discussão política formal e informal, possibilitaram a elaboração de elos entre os agentes, que passavam

a se identificar por meio de interesses e ideias em comum. A imprensa, sobretudo a representante do que viria a ser o agrupamento liberal moderado na década de 1830, passava, cada vez mais, a produzir vínculos por meio da comunicação regular, de forma a superar os distanciamentos entre o Rio de Janeiro, sede do governo central, e as áreas provinciais, através dos meios e condições da época. A articulação de laços, mantidos, criados e/ou refeitos, se consubstanciou em uma forma de associação específica, manifesta pelas redes de sociabilidade impressa, que congregava redatores, editores, tipógrafos e atores políticos (Martins; Luca, 2020). Essas redes eram atadas por relações políticas, econômicas e/ou de parentesco, que podem ser desvendadas a partir dos indícios encontrados por meio de uma análise que compreende os impressos em sua característica múltipla, como fonte e objeto de pesquisa (Darnton, 2010).

A *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1827) é um ponto de partida interessante para esmiuçarmos as características dessas redes. Como estratégia de circulação, o deputado mineiro se utilizou profusamente de suas alianças políticas e de seus colaboradores inseridos no ofício tipográfico. Durante o recesso parlamentar de 1827, Vasconcellos se dirigiu à Província de Minas Gerais e anunciou pelo *O Universal*, como de costume, sua chegada na Cidade de Ouro Preto, onde redigiria sua resposta “às calúnias com que o atacava o Marquês de Baependi”, que segundo argumentava havia sido “transformado no Diário Fluminense em *Defensor da inocência*” (03/12/1827, n. 61). A publicação da carta foi anunciada primeiramente por meio das páginas do *Astro de Minas*, de Baptista Caetano de Almeida, que divulgou a impressão que sairia dos prelos da Typographia do Astro. O editor Francisco José de Salles, possivelmente, teria participado da composição da primeira edição, que veio a público em 30 de dezembro de 1827.

A escolha da oficina sanjoanense é curiosa, sobretudo quando levamos em conta a colaboração de Vasconcellos no periódico *O Universal*. Na edição de 7 de janeiro de 1828, o redator emitiu uma nota ao "Respeitável Público", que justificava a não impressão da carta na Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup>., na cidade de Ouro Preto. Ao que parece, Vasconcellos havia enviado uma cópia ao estabelecimento de Manoel José Barboza para a impressão. Contudo, segundo a nota, o escrito não pôde ser publicado por falta de pessoas para fazê-lo, pois Barboza havia despedido um de seus "Compositores mais expedito[s]". O manuscrito, portanto, foi reenviado pelo tipógrafo ao deputado, sob alegação de ausência de condições operacionais para a impressão da carta na íntegra. Todavia, o redator, tendo lido a carta, se comprometia a publicar alguns "extratos da obra" (*O Universal*, 07/01/1828, n. 76).

É possível que mesmo com a impossibilidade de que pudesse vir a responder judicialmente — tendo em vista que o princípio da responsabilidade sucessiva em vigor recairia sobre Vasconcellos, como autor autoidentificado do impresso —, Manoel Barboza tenha se recusado a publicá-la (Godoi, 2016). Podemos entender ainda como estratégia de manutenção do anonimato da conexão existente entre o deputado e o impresso ouropretano, que o mesmo havia utilizado para promover sua defesa pública contra as acusações do Marquês de Baependi. É preciso lembrar que essa querela política foi um dos principais motivos pelo qual se imputou a redação do periódico a Vasconcellos, que nunca admitiu formalmente ter tido influência na publicação d' *O Universal*.

Entretanto é provável que a alegação do tipógrafo Barboza quanto a falta de pessoal hábil em sua oficina fosse verídica, pois, além de despedir um de seus compositores, havia ainda perdido outro de seus “(...) melhores Compositores”, que foram, ambos, trabalhar na Typographia do Astro, quando esta iniciou suas atividades em novembro de 1827 (*O Universal*, 13/02/1828, n. 92). Um dos antigos empregados de Manoel Barboza, ao que tudo indica, era o jovem editor do *Astro de Minas*, Francisco José de Salles, que, tendo adquirido experiência na oficina tipográfica de Ouro Preto, decidiu migrar para o estabelecimento recém inaugurado em São João del-Rei. Na seção de avisos do *Astro de Minas* a carta de Vasconcellos foi anunciada da seguinte forma:

Carta escrita aos Srs. Eleitores Mineiros pelo Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos; é um índice das matérias tratadas na Câmara dos Augustos, e Digníssimos Srs. Deputados nas duas primeiras Sessões da Assembleia Geral Legislativa. O Autor depois de haver dado resumida conta das Leis feitas na Assembleia, transcreve várias recomendações ao Governo, e mostrando o procedimento dos Ministros d' Estado assim no que respeita à sua execução, como no que pertence à Legislação, conclui, que o procedimento dos Ministros hostil aos interesses da Pátria o obrigou a censurá-los repetidas vezes, que não foi Acusador Universal, e de resto que ele prefere o título de Acusador ao de Marquês de Baependi etc. etc. (*Astro de Minas*, 31/01/1828, n. 32).

Para custear a impressão, organizou-se uma subscrição, com informe de nomes que seriam os responsáveis pela recolha das assinaturas em estabelecimentos de várias localidades, principalmente na Província de Minas Gerais. Era possível realizá-la nos seguintes locais: na Typographia do Astro, em São João del-Rei; na Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup>, na Imperial Cidade de Ouro Preto; na casa do capitão Bento Rodrigues de Moura, na Vila de Sabará; na casa de Francisco José de Vasconcellos Lessa, em Vila do Príncipe; na casa do tenente Ignacio Gomes, na Vila de Campanha; na casa do deputado Cônego José Bento Leite Ferreira de Mello,

na Vila de Pouso Alegre; e na casa de Estevão Alves de Magalhães, no Rio de Janeiro (Astro de Minas, 31/01/1828, n. 32).

Os locais de subscrição nos fornecem indícios acerca da circulação da *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, mas também de alguns dos prováveis agentes responsáveis pela coleta de assinaturas dos periódicos *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Astro de Minas* e *O Universal* entre a Corte e a Província de Minas Gerais. Assim como qualquer outra mercadoria, os produtos dos prelos eram comercializados em casas de comércio e negociação no centro das principais vilas e cidades, por meio de uma profusa rede de intermediários que garantia a difusão da palavra impressa. Dos nomes acima listados, é possível apurar brevemente algumas trajetórias.

O jovem capitão Bento Rodrigues de Moura e Castro era negociante na Vila de Sabará, eleito vereador para composição da Câmara Municipal em 1829 e indicado ao cargo de Juiz Municipal, tendo tido participação combativa aos revoltosos locais durante a Sedição de 1833 (Rodarte, 2014; Santos, 2014). Francisco José de Vasconcellos Lessa era também negociante, tendo sido eleito vereador para a Câmara Municipal de Vila do Príncipe, em 1829, e para a primeira Câmara Municipal da Vila Diamantina no ano de 1832 (*O Universal*, 08/05/1829, n. 284; *Astro de Minas*, 28/07/1832, n. 729).

O tenente Ignacio Gomes Midões, que veio a se tornar coronel durante a década de 1830, era também negociante na Vila de Campanha e médico cirurgião formado pela Universidade de Coimbra<sup>29</sup> (Araújo, 1848; Rodarte, 2011), dedicado ao estudo das propriedades das “Águas Virtuosas”, usadas para tratamentos diversos, segundo um artigo publicado pelo mesmo n’ *O Universal* (07/11/1825, n. 49). Colocou-se, também à disposição para a coleta de subscrições na Vila de Pouso Alegre, o cônego José Bento Leite Ferreira de Mello, deputado pela Província de Minas Gerais, proprietário e negociante, que, conforme destacamos anteriormente, era um importante aliado de Vasconcellos na oposição ao Poder Executivo e ao Senado durante a primeira legislatura da Câmara dos Deputados, de forma a adquirir papel de liderança e articulação na formação do agrupamento liberal moderado (Silva, 2009). Sua formação eclesiástica e suas atividades religiosas foram elemento importante para sua ascensão política, que se vinculava ao prestígio e reconhecimento adquirido perante a população. Como representante no parlamento, Ferreira de Mello esteve sempre atento às suas bases políticas no

---

<sup>29</sup> A informação de que era médico formado pela Universidade de Coimbra se encontra em uma tese de 1848, intitulada *Dissertação acerca da analyse e propriedades therapeuticas das aguas acidulas gasosas da cidade de Campanha*, onde o autor, José Xavier Lopes de Araújo, presta agradecimentos a “seu padrinho, e particular amigo, O Illm. Sr. Ignacio Gomes Midões, cirurgião formado em Coimbra” (Araújo, 1848, p. 3).



sul de Minas. Dessa forma, possuía interesses eleitorais na difusão da carta, pois tratava-se de um canal de comunicação direcionado à opinião pública provincial, que, às vésperas dos pleitos para a segunda legislatura, era disputada pelos agentes políticos dos grupos que rivalizavam na Câmara.

Essas trajetórias demonstram como as atividades econômicas estavam estreitamente relacionadas com atuação do que podemos considerar como uma nova geração de atores políticos — oriundos de setores antes excluídos do jogo político palaciano, reservado aos privilégios sociais da nobreza (Lenharo, 1992). Se revelam ainda enquanto estratégia de ascensão social, sobretudo a partir do processo de publicização da política na década de 1820. A experiência do constitucionalismo e do liberalismo foi responsável pela reorganização das instituições políticas, de maneira a inaugurar uma nova dinâmica de representação política “a partir da escolha pelo mérito e não pela herança” (Rosa, 2022, p. 18). Figuras localmente consolidadas, os agentes dessa geração passaram a compreender os processos eleitorais como forma de ampliação de suas bases de poder, de maneira a elaborar estratégias com o objetivo de atingir os espaços da política provincial e nacional, mas sem perder relação com suas bases de sustentação regional:

O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade — política e negócios — que, pelo visto, constituíam duas faces de uma mesma moeda (Lenharo, 1992, p. 100).

As redes de contatos comerciais preexistentes, que interligavam os centros urbanos provinciais e regionais, foram constantemente mobilizadas pelos agentes no processo de circulação da palavra impressa. Assim como qualquer outro tipo de mercadoria, o produto cultural impresso era difundido pelo território, de forma a alcançar os mais remotos pontos das províncias por meio dos vetores comunicacionais, institucionais ou não, que possibilitavam a regularidade da transmissão de ideias e notícias. Estevão Alves de Magalhães, que teve seu estabelecimento no Rio de Janeiro citado como local de subscrição para a carta de Bernardo Pereira de Vasconcellos no trecho do *Astro de Minas* supracitado, pode ser compreendido enquanto uma figura estreitamente vinculada às operações comerciais e tipográficas de Baptista Caetano de Almeida entre a Província de Minas Gerais e a Corte.

Estevão Alves de Magalhães nasceu em 26 de dezembro de 1792, na vila de São João del-Rei. Era filho do capitão José Alves de Magalhães e de Maria Josefa de Magalhães, tendo

sido batizado na matriz daquela localidade pelo reverendo doutor Antônio Caetano de Almeida Villas Boas, em 19 de dezembro do ano seguinte<sup>30</sup>. Passou naquela vila suas primeiras duas décadas de vida, onde realizou os estágios primários e secundários de ensino, de forma a se dedicar aos estudos das ciências farmacológicas, tendo “sua educação profissional confiada a um dos mais hábeis e conceituados mestres da província” (Santos, 1905, p. 537). Aos vinte anos, após ter sido aprovado nos exames, tendo concluído sua formação, Estevão se dirigiu à Corte, onde trabalhou no laboratório de química prática de Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, até a morte deste em 1817.

Segundo informa Ezequiel Corrêa dos Santos<sup>31</sup> (1905), Estevão Alves de Magalhães se deslocava com frequência à região do Rio da Prata, onde, ao que tudo indica, havia estabelecido relações comerciais. O farmacêutico parece ter tido participação direta no financiamento de uma das primeiras oficinas tipográficas particulares da Corte durante o Primeiro Reinado, segundo aponta esse seu biógrafo, que não menciona, contudo, o nome do estabelecimento. É possível que o mesmo tivesse relações, em algum nível, com a publicação d’ *Astréa*, que àquela época era um dos poucos periódicos que possuíam estabelecimento tipográfico próprio. No início da década de 1830, atuou como membro influente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, o que possivelmente alicerçou sua eleição, para o cargo de vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1833 (Santos, 1905).

Apesar do longo tempo de estada no Rio de Janeiro, Estevão não se descuidou do contato com seus conterrâneos na província de Minas Gerais, onde mantinha correspondências regulares com seus antigos colegas. Um deles era Baptista Caetano de Almeida, com o qual possuía relações econômicas e pessoais, averiguadas a partir de indícios que encontramos durante nossas investigações na imprensa periódica. O farmacêutico possuía um laboratório químico na rua da Pedreira nº 111 e uma botica na rua dos Pescadores nº 19, onde comercializava as poções que produzia, segundo consta n’ *O Propagador das Sciencias Medicas*<sup>32</sup> (Sigaud, 1827, p. 293). Ao que tudo indica, Estevão, além de suas atividades, desempenhava o papel de intermediário dos proprietários e comerciantes mineiros. É possível constatar ofertas de empregos, por meio de anúncios na imprensa, a pessoas especializadas para trabalhar em estabelecimentos e propriedades em Minas Gerais, o que indica que o mesmo figura enquanto uma espécie de representante dos negócios de terceiros (Diário Fluminense,

---

<sup>30</sup> Registro de Batismo de Estevão Alves de Magalhães, 19/12/1793. Ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6KXX-QVH1>.

<sup>31</sup> Ezequiel Corrêa dos Santos, liberal exaltado biografado pelo historiador Marcello Basile (2001), era, ao que tudo indica, amigo de Estevão Alves de Magalhães, tendo escrito sobre este em decorrência de sua morte em 1846.

<sup>32</sup> De autoria do médico Dr. José Francisco Sigaud, um dos responsáveis pela fundação d’ *Aurora Fluminense*.

29/10/1824, n. 25; 12/02/1828, n. 44). Foi por meio desse agente e amigo, que Baptista Caetano de Almeida teve a possibilidade de promover um de seus empreendimentos filantrópicos em São João del-Rei, a primeira livraria pública da província.

Essa iniciativa de Baptista Caetano de Almeida surgiu em 1824, quando dirigiu um requerimento ao presidente da província, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, que solicitava autorização para a abertura de um estabelecimento livreiro, de caráter público. Justificava a abertura desse espaço ao evidenciar a utilidade e necessidade de que houvesse recintos próprios às práticas de leitura no país, que facilitassem o acesso da população ao universo literário. A solicitação, contudo, foi atendida apenas em 1827, quando o pedido foi aceito pelas autoridades provinciais. A livraria foi instalada em uma das salas da Câmara Municipal de São João del-Rei, local para onde Baptista Caetano designou cerca de oitocentas obras oriundas de sua coleção particular (Maculan, 2011). Naquele local:

A mocidade desejosa de aprender achará nele a par de célebres historiadores os publicistas mais abalizados do nosso tempo: conhecerá o presente estado da Europa pela leitura dos jornais de Inglaterra, França, Espanha e Portugal: verá o andamento da nossa Causa pela de todos os periódicos do Rio de Janeiro, e então se persuadirá que a sabedoria é a única base da felicidade dos povos (...) (Almeida, 1824, p. 4).

O estabelecimento era parte dos empreendimentos filantrópicos do comerciante, que tinha o objetivo de promover a propagação da instrução naquela vila e impulsionar seu projeto político, que possuía uma vertente cultural bem definida, que tinha o intuito de ampliar o acesso à educação na província de Minas Gerais e no restante do Império do Brasil. Isso ficou cada vez mais evidente a partir da sua ascensão política durante o Primeiro Reinado, da Câmara Municipal de São João del-Rei à Câmara dos Deputados.

No acervo da livraria pública estavam presentes diversas obras clássicas de autores vinculados ao liberalismo, como Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, Raynal, Montesquieu, Diderot, d'Alembert, Adam Smith, volumes da Encyclopédie, entre outras. Possuía ainda obras de autores gregos e romanos da antiguidade clássica, como Homero, Aristóteles e Cícero, de publicistas literários como Shakespeare e Victor Hugo, e mais tantas outras que chamaram a atenção de viajantes que passaram pelo estabelecimento (Morais, 2002; Silva, 2011). Robert Walsh, aponta que o acervo da instituição contava com mais de mil volumes “(...) dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro” (1985, vol. 2, p. 78).

No acervo estavam também disponíveis ao público a literatura do cotidiano por meio dos diários e periódicos de diversas partes do Brasil, que aproximam os sanjoanenses das notícias e discussões políticas do momento. Os exemplares disponíveis foram divulgados pelo bibliotecário e redator Francisco de Assis Brasiel na seção de avisos do *Astro de Minas* (29/10/1829, n. 304):

Acham-se na Biblioteca desta Vila para quem quiser ler os seguintes Periódicos:

*Farol Maranhense; Abelha Pernambucana; Constitucional de Pernambuco; Diário de Pernambuco; Cruzeiro; Amigo do Povo; Gazeta Parahybana; Bahiano; Farol Paulistano; Diários Fluminense; Aurora [Fluminense]; Astréa; Malagueta; Luz Brasileira; Jornal do Commercio; Courier; Universal; Amigo da Verdade; Astro de Minas.*

Podemos perceber que a composição do acervo era bem diversa, de forma abranger impressos de variadas regiões e linhas editoriais. O historiador Rodrigo Fialho Silva argumenta que o projeto filantrópico de Baptista Caetano de Almeida abrangia tanto a livraria quanto as atividades do *Astro de Minas*, o que explica a predominância dos jornais liberais, entre eles as principais folhas moderadas, no acervo daquele estabelecimento público (Silva, 2011). Inseridos naquele espaço, os leitores tinham contato com os produtos culturais dos prelos de diversas localidades. Assim, esse sortimento de impressos, quando lidos e entrecruzados, forneciam “um panorama geral dos acontecimentos da província mineira, mantendo os leitores a par das discussões impressas na Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo” (Silva, 2011, p. 136).

A Corte era o local que melhor propiciava condições para a aquisição de volumes de obras — importadas, traduzidas e reimpressas —, e a assinatura de diários e periódicos de diversas partes do Império, pois os espaços públicos e híbridos, como definiu Marco Morel (2005), das casas de comércio, boticas, livrarias, tipografias possibilitavam interações com um público variado de leitores e mercadores. Nesses locais, os agentes poderiam criar, renovar e redefinir laços a partir de uma sociabilidade informal, em espaços não institucionalizados e abertos. Assim, pessoas privadas interagiam publicamente nesses locais com experiências políticas e referenciais de mundo diversos. Dono de uma botica na rua dos Pescadores nº 19, Estevão Alves de Magalhães, ao que tudo indica, foi um agente importante para intermediar os negócios da Biblioteca Pública de São João del-Rei, e a promoção da circulação do *Astro de Minas* e, possivelmente, de impressos liberais moderados entre a Corte e a província de Minas Gerais.

Com o início do funcionamento da livraria em 19 de agosto de 1827, Baptista Caetano de Almeida enviou uma representação à Câmara dos Deputados, pela qual solicitava a isenção do pagamento de porte nas agências dos Correios a todos os impressos e livros remetidos àquele estabelecimento. Na sessão de 3 setembro de 1827, o requerimento foi posto em discussão pelo deputado José Bento Leite Ferreira de Mello que “louvando o patriótico comportamento do seu comprovinciano” (Brasil, 1876, p. 11), solicitou a aprovação do pedido aos membros do parlamento. O documento teve parecer favorável da comissão de instrução pública e da comissão auxiliar de fazenda, sendo votada em plenário pelos deputados na sessão de 22 de outubro, que deliberou pela generalização da medida a todas as bibliotecas públicas do Império do Brasil (Brasil, 1876).

Após a aprovação da representação pela resolução publicada em 15 de novembro de 1827, Caetano de Almeida anunciou nas páginas do *Astro de Minas*, de forma a informar que Estevão Alves de Magalhães ficaria encarregado dos negócios da Biblioteca Pública na cidade do Rio de Janeiro. Este seria o responsável por "dar guias, ou cédulas para os condutores poderem passar nos Registros, ou ainda mesmo fazer despachos na Alfandega daquela Corte" (Astro de Minas, 20/01/1828, n. 30). A mesa administrativa do estabelecimento, formada pelo diretor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, pelo secretário Felipe Gomes Pereira e pelo tesoureiro João Baptista Pinto d' Almeida também comunicou a decisão, que foi reproduzida n' *Astréa* (12/02/1828, n. 245):

Convindo haver na Corte do Rio de Janeiro uma pessoa encarregada dos negócios da Livraria Pública desta Vila de S. João del-Rei, e que como Agente da mesma possa procurar, e agenciar os negócios que por nós lhe forem incumbidos, e que forem da nossa administração, e achando-se reunidas na pessoa do Sr. Estevão Alves de Magalhães, as qualidades essenciais para tal emprego, nós por esta presente procuração o constituímos nosso bastante procurador da referida Pública Livraria, para que como se presentes fossemos, possa procurar, e agenciar qualquer objeto que julgar conveniente ao estabelecimento que administramos; assim também para passar cédulas autorizando aos tropeiros, ou outros quaisquer condutores, que conduzirem livros ou utensílios para a Livraria; para fazer quaisquer compras de livros, de utensílios, ou assinaturas de jornais, e folhas periódicas; e para fazer tudo aquilo que útil seja ao citado estabelecimento. Para tudo lhe concedemos os poderes, que em direito nos pertencer. E para constar, e ter o seu devido efeito mandamos passar a presente, que vai por nós assinada.

Alves de Magalhães, portanto, era o agente responsável por articular os negócios da livraria na Corte, de forma a figurar como um intermediário do processo de circulação de livros e jornais remetidos a São João del-Rei. Possivelmente, o farmacêutico era também um ator

importante no processo de circulação e articulação material do *Astro de Minas* e d' *O Universal* com a *Astréa* e *Aurora Fluminense*, seus pares na Corte. Por ser uma organização sem fins lucrativos, como previsto no regimento interno e estatuto aprovados pelo presidente da província, desde o início previa-se que o acervo da biblioteca seria composto por contribuições diretas, a partir da doação de obras e outros materiais ao estabelecimento, e indiretas, por meio da organização de subscrições.

Dessa forma, eram projetadas estratégias para a angariação de fundos, que pudessem amparar na cobertura dos custos com a organização e operação de toda a estrutura da instituição. Baptista Caetano de Almeida tinha o intuito de organizar uma subscrição para conservar, manter e aumentar o acervo da instituição, pela qual seria cobrada a quantia de cinco mil réis (5\$000 rs.) anuais por cada ação. A primeira lista de subscrição contou com noventa e um assinantes, que, em alguns casos, adquiriram mais de uma ação (Morais, 2002). Segundo informa um correspondente do *Astro*, sob uso do pseudônimo “Amigo do Astro”, era intenção de Caetano de Almeida que os fundos obtidos com as subscrições ofertadas pelas publicações impressas na Tipografia do *Astro* deveriam ser destinados à manutenção da Biblioteca Pública (*Astro de Minas*, 08/05/1828, n. 74).

Assim, é perceptível que o projeto do Baptista Caetano era amplo e manifestava-se em várias frentes de atuação. Sujeito conhecido na vila de São João del-Rei, e àquela altura também por toda a província, o comerciante envolvia-se de forma corrente em ações filantrópicas, de forma que é possível rastrear algumas dessas atividades por meio da imprensa periódica, o que nos fornece pistas acerca suas redes de sociabilidade. Esses indícios nos auxiliam na reconstrução no cruzamento das trajetórias existente entre os agentes que participavam dos processos de circulação de impressos.

Em direção ao litoral, Estevão Alves de Magalhães, residente no Rio de Janeiro, era o intermediário que abastecia as livrarias, tipografias, boticas e casas comerciais com as edições do *Astro de Minas* e do *Universal*. Este, estabelecido na rua dos Pescadores nº 111, local próximo de onde, por exemplo, estava estabelecida a livraria de Evaristo Ferreira da Veiga no nº 49, era um dos agentes que auxiliavam na mediação das trocas. Reciprocamente, era por essa mesma via que a *Astréa* e a *Aurora Fluminense* interagiam com os espaços públicos da província de Minas Gerais, de forma atingir, primeiramente São João del-Rei e posteriormente Ouro Preto, pelo Caminho Novo. O responsável por conectar as duas mais importantes vilas mineiras daquele período, era o comerciante Nicolau Soares do Couto, que tinha seu estabelecimento mencionado no cabeçalho do periódico sanjoanense como local de venda e subscrição.

Essa rede era preexistente à colaboração política dos agentes na imprensa, sendo utilizada em outras atividades de subscrição, como a loteria da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei anunciada por Alves de Magalhães no Diário do Rio de Janeiro (30/12/1825, n. 364). As práticas de organização de subscrições, segundo aponta Carlos Eduardo Maculan (2011, p. 43), eram empregadas com objetivo de “suprir as carências administrativas e, principalmente as dificuldades financeiras das administrações [públicas]” Baptista Caetano de Almeida encabeçou várias subscrições na vila, de forma a mobilizar setores diversos da sociedade sanjoanense, o que demonstra o prestígio social que havia conquistado durante a década de 1820. As ações filantrópicas de Caetano de Almeida eram amparadas por suas redes comerciais, que apontam para uma ampla capacidade de arranjo, conforme demonstrado na organização da loteria, que possuía ramificações por diversas localidades, como confirma o trecho abaixo:

Queira por obsequiar-me inserir em seu Astro a relação dos prêmios, que contém a quarta e última Loteria da Misericórdia desta Vila: os bilhetes da qual se acham a venda nas casas dos Srs. Capitão Luiz Alves de Magalhães, Martiniano Severo de Barros, e do Escrivão da Mesa Baptista Caetano de Almeida; no Ouro Preto em casa do Sr. Coronel Nicolau Soares do Couto; e no Rio de Janeiro na do Sr. Estevão Alves de Magalhães (Astro de Minas, 12/01/1828, n. 24).

Nicolau Soares do Couto, era português, nascido na província da Beira. Tudo indica que se dirigiu à região de Minas Gerais no fim do século XVIII, onde estabeleceu-se em Vila Rica até o seu falecimento por volta de 1838-39. Nessa localidade, manteve uma casa de comércio na rua da Direita nº 650, uma das mais prestigiadas lojas de fazendas da cidade. Já com cerca de sessenta anos, Nicolau havia construído expressiva trajetória social, de forma a possuir a patente de coronel de milícia. Foi fiscal da Intendência do Ouro, vereador por cerca de cinco mandatos na câmara daquela cidade e professo da Ordem de Cristo. Foi, possivelmente, o primeiro nomeado para a ocupação do cargo de administrador do Correio de Vila Rica — o principal laboratório da capitania a partir do Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798 —, segundo documento assinado pelo mesmo, em que atesta o recebimento de encomenda remetida pelo então príncipe regente d. João ao governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena (APM CC - CX. 147 – 21394).

Durante o processo de Independência, Nicolau foi um dos partidários de João José Lopes Mendes Ribeiro, ao lado do qual pugnou pela instalação de uma Junta de Governo submetida à autoridade das Cortes de Lisboa. Por essa razão, foi preso e remetido ao Rio de Janeiro após a deposição da junta por d. Pedro durante sua viagem à região das Minas. Como

negociante de prestígio na cidade de Ouro Preto, Nicolau possuía relações com diversos agentes estabelecidos na praça fluminense, com a qual constituía contato regular, inclusive em operações vinculadas ao comércio de seres humanos escravizados (Andrade, 2013).

Conforme mencionamos anteriormente, Nicolau era pai de Manoel Soares do Couto, um dos redatores d' *O Universal*. Claus Rommel Rodarte (2011), especula que possivelmente Nicolau Soares do Couto tenha sido o financiador — ou pelo menos um dos — por trás do arrendamento da tipografia de Manoel José Barboza, a Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup>, em janeiro de 1829, rebatizada como Officina Patricia do Universal, como demonstra a edição de nº 240 do *O Universal* do dia 23. Isso provavelmente ocorreu pela pouca idade de Manoel Soares e de José Pedro Dias de Carvalho, que viviam em estado de solteiro, sob poder pátrio e ainda não possuíam idade legal nem mesmo para serem eleitores paroquiais. A história por trás da venda da tipografia é interessante e, ao que parece, remete a questões em torno das disputas entre grupos políticos na província de Minas Gerais.

A intenção de negociar o estabelecimento se tornou pública em 12 de novembro de 1828, por meio da seção de anúncios d' *O Universal* (12/11/1828. n. 209), onde o impressor Manoel José Barboza comunicou “(...) às pessoas que quiserem comprar a sua Imprensa com todos os pertences; a saber: máquina de imprimir, tipo, grades e caixas; dirijam-se à mesma para tratarem com ele”. Não se sabe ao certo qual teria sido o motivo da venda, já que essa, até onde é possível apurar, era a principal atividade de subsistência do tipógrafo. Uma hipótese é que tenha sido decorrente de problemas econômicos para a manutenção da oficina, já que Barboza havia demitido um de seus “(...) Compositores mais expedito[s]” no início daquele ano (O Universal, 07/01/1828, n. 76). Certo é que o anúncio encontrou interessados na aquisição, que se manifestaram de imediato, motivados, ao que tudo indica, por interesses políticos, o que suscitou boatos.

Alguns dias após o anúncio, o redator do *Astro de Minas* (02/12/1828, n. 163), tendo tomado conhecimento das notícias vindas de Ouro Preto por meio de correspondências que chegavam a São João del-Rei, comentou que:

Corria naquela Cidade o boato, que meia dúzia de absolutistas se haviam coligado para comprar a imprensa do benemérito Cidadão Manoel José Barboza, a fim de não continuar a publicação do Universal, que tantos dissabores causa aos Srs. Mandões. Como estão enganados! logo que isto aconteça aparecerá imprensa para continuação do sem par Universal. Viva o Universal, que não há de morrer a despeito dos Mandões assassinos.



Em sequência, apontava rumores de que autoridades estariam supostamente sendo subornadas para que fosse “(...) excluído da Promotoria dos Jurados o Sr. [Bernardo Pereira de] Vasconcellos; e ser substituído, por quem dependente do governo faça mil acusações aos Periódicos liberais”. Acrescentava ainda que a base governista havia enviado, do Rio de Janeiro, Alexandre José dos Passos Herculano, que havia redigido o periódico *Minerva*, para exercer a função de “(...) Porteiro do Conselho Geral, em recompensa do que se encarregaria de redigir um Periódico cativo”, com o intuito de “bem dizer todos os Mandões, intrigar e caluniar os homens livres, e amantes do Brasil” (Astro de Minas, 02/12/1828, n. 163).

Os boatos circularam pela província e chegaram na Corte, noticiados n’ *Astréa* (23/12/1828, n. 373), que recompilou a publicação do impresso sanjoanense, e n’ *Aurora Fluminense* (24/12/1828, n. 133). Nesta última, Evaristo Ferreira da Veiga acrescentou aos rumores de intenção da aquisição da Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup>, que havia tomado conhecimento de que seria remetida “(...) uma nova tipografia para S. João del-Rei, com o fim de servir à publicação de um novo Periódico, que deve fazer frente ao *Universal*, e ao *Astro*”. De forma sarcástica, o redator concluía que “seja qual for o fim desta disseminação de prelos pelas Províncias, nós a tomamos por uma ventura: é ótimo que se multipliquem esses instrumentos de ilustração, e, portanto, de Liberdade” .

O burburinho, ao que tudo indica, acelerou o processo de arrendamento da tipografia por parte dos redatores e financiadores d’ *O Universal*, que, conforme mencionamos, foram os responsáveis pela aquisição da oficina de Manoel José Barboza em janeiro de 1829, de forma a substituir o sobrenome do ex-proprietário pelo nome do periódico. Naquele mesmo ano, assim como os rumores antecipavam, dois novos periódicos de linha editorial governista/ministerial surgiram na cena política da província de Minas Gerais: *O Telegrapho (1829-1831)*, publicado em Ouro Preto, pela Typographia Côrtes e Cia., sob redação do tipógrafo José Gonçalves Côrtes, do governador de armas Francisco de Assis Lorena, do coronel Francisco de Mello Franco e do presidente de província João José Lopes Mendes Ribeiro; e *O Amigo da Verdade (1829-1832)*, que veio à luz na vila de São João del-Rei em 8 de maio, impresso pela Typographia de Maximiano Baptista & Comp., sob responsabilidade proprietário José Maximiano Baptista Machado, do tipógrafo e editor francês Antônio Maria Jourdan, e redigido pelo polêmico padre Luiz José Dias Custódio (Amaral, 2019).

No frontispício de ambos os periódicos era mencionado, reciprocamente, os respectivos estabelecimentos tipográficos como locais de subscrição, em Ouro Preto e São João del-Rei, o que demonstra as interações e a colaboração política entre os agentes. A assinatura de ambos os impressos era realizada anualmente pela quantia de oito mil réis (8\$000 rs.), e os

exemplares avulsos eram comercializados pelo valor de oitenta réis (\$80 rs.) (O Amigo da Verdade, 22/05/1829, n. 5; O Telegrapho, 18/12/1830, n. 169).

O surgimento de novos periódicos em 1829 antecipava os pleitos eleitorais para a escolha dos deputados que iriam compor a Câmara dos Deputados na segunda legislatura. Seguindo a tendência vista na Corte a partir do início dos trabalhos da Assembleia Geral em 1826, os grupos de elite vinculados às fileiras de apoio aos conselheiros e ministros de Estado, buscaram consolidar órgãos de imprensa próprios “ou simplesmente comprados, ou financiados”, segundo aponta Nelson Werneck Sodré (1966, p. 114). Pela importância eleitoral da província de Minas Gerais, era essencial que houvessem periódicos que pudessem combater o prestígio adquirido pelo *O Universal* e o *Astro de Minas* perante a opinião pública. O editor francês Antônio Maria Jourdan, um dos envolvidos na publicação de *O Amigo da Verdade*, por exemplo, havia trabalhado na composição do *Diário do Rio de Janeiro* (Sodré, 1966).

Os embates entre impressos passavam a agitar também os espaços públicos das vilas, cidades e arraiais mineiros, que passaram a ter maior contato com questões que extrapolavam os espaços públicos formais e informais da Corte, e começavam a ser debatidos com novos contornos e conteúdos nos espaços provinciais. Os grupos de oposição buscaram se mobilizar diante da aparente tentativa de reação da base de apoio do governo, que tinha a intenção de virar o jogo a seu favor. O clima político daquele momento, que se expressava sobretudo nas constantes reformas ministeriais, era desfavorável aos partidários do Imperador, que se viam em desprestígio perante a opinião pública.

O movimento de crescimento do número de novos impressos, que pode ser observado em Minas Gerais entre 1828 e 1833, segundo argumenta o historiador Luciano Moreira, demonstra uma expansão da atividade tipográfica naquele momento. Nesses cinco anos foram lançadas cerca de trinta e sete novas publicações na província. A característica marcadamente efêmera e circunstancial da maioria dos periódicos que surgiram nesse momento, são um demonstrativo de como “a imprensa não representava exclusivamente um negócio, pois as tipografias trabalhavam de acordo com os anseios e temores dos atores políticos”. A partir desse fenômeno “podemos considerar que os jornais tornaram-se um dos locais onde as diversas vozes da sociedade se fizeram presentes, erigindo-se como espaço fundado politicamente para a ação dos indivíduos” inseridos nos mais diversos setores da vida social (Moreira, 2011, p. 209).

Os impressos se constituíam enquanto espaços primordiais de ação e articulação política para os atores, pois a circulação das folhas possibilitava uma maior regularidade das comunicações com a opinião pública. As relações estabelecidas entre a participação política

formal, nas instituições locais, provinciais e nacionais, e a imprensa periódica se estreitavam cada vez mais, de forma a evidenciar o cada vez mais acirrado debate travado na esfera pública.

Moreira argumenta que com o início dos processos eleitorais:

(...) os membros das elites regionais encontraram na imprensa um dos espaços para o convencimento dos eleitores, construindo um verdadeiro ambiente para ‘troca de falas’ entre os agentes políticos, ligada à tribuna desde sua instalação. Isso nos faz compreender, em parte, o processo de estabelecimento das tipografias em outras regiões do Império, com a proliferação de periódicos logo após principiarem os trabalhos legislativos, quando as elites encontraram os canais abertos à organização e prática política. Nesse sentido, a propagação de periódicos (...) relaciona-se à articulação das elites regionais no jogo político, já que, naquele momento, a política não era mais ambientada apenas na Corte, mas passava a ser jogada nos espaços provinciais. Para compreendermos essa relação entre a participação política e a imprensa, devemos ter em mente a noção de que, para os homens do Oitocentos, o periódico era considerado ‘o veículo da opinião pública’ (Moreira, p. 211-12).

Entretanto, nem todos os redatores eram favoráveis à sugestão de nomes nas páginas dos impressos. Os redatores d’ *Astréa* (22/07/1828, n. 308), por exemplo, se pautavam por uma atuação mais discreta, de forma a evocar uma pretensa imparcialidade. Nesse sentido, eram contrários a essas práticas, consideradas perigosas, posto que em algumas ocasiões poderiam ser apontadas pessoas “beneméritas e de confiança”, da mesma forma que em outras poderiam ser indicados “homens indignos e perigosos quer por seus Empregos, quer por suas infernais opiniões”, de forma a optar por se abster dessas recomendações. Assim, se opunham inclusive aos impressos de sua rede de colaboração.

N’ *Aurora Fluminense* (30/07/1828, n. 73), em resposta a seus “sábio[s] Colega[s]”, sem colocar em dúvida as boas intenções destes, Evaristo Ferreira da Veiga, por outro lado, argumentava que as indicações de nomes eram praticadas por jornais vinculados a partidos em diversos países, de maneira que a partir desse ato era possível se instituir “uma pública discussão da aptidão, ou inabilidade dos Cidadãos indicados, e se apontam alguns, cujo merecimento modesto de nenhum outro modo apareceria”. Nesse sentido, os redatores teriam o dever de fornecer nomes aos eleitores “não para os impor violentamente”, mas para que facilitar com que os votantes “entrem em exame sobre as qualidades das pessoas, que lembramos” (*Aurora Fluminense*, 30/07/1828, nº 73). Da mesma forma, o *Astro de Minas* (12/01/1828, n. 24), apontava, em resposta a um de seus leitores, que esse era um “antigo costume dos melhores Periódicos da Europa” e que de nenhuma forma isso interferia na liberdade de escolha dos eleitores.

As discussões entre redatores, e destes com o público leitor, demonstra que não havia um consenso da sociedade quanto a sugestão de nomes por meio da imprensa. O uso de

argumentos que se baseavam na evocação de elementos culturais da política de outros países são evidências de que essa era uma prática ainda alheia ao recém independente Estado nacional brasileiro. São ainda um demonstrativo de como as atividades da imprensa e as experiências eleitorais sob o ideário liberal, a partir da Constituição de 1824, produziram uma profunda reorganização na vida social e política dos agentes.

É em meio a essa nova cultura política que surgiu, em 29 de agosto de 1828, *O Precursor das Eleições*, que tinha o objetivo de instruir o eleitorado acerca de possíveis nomes a serem sufragados nos pleitos daquele ano. Publicado pela Officina Patricia de Barboza e C<sup>a</sup> — poucos meses antes de ser vendida —, sendo comercializado por quarenta réis (\$40 rs.) o exemplar, segundo anúncio publicado n<sup>o</sup> *O Universal* (05/09/1828, n. 180), o impresso apresentava em seu frontispício uma epígrafe com uma frase imputada a Benjamin Constant com os dizeres: “De quelque manière que les citoyens s’occupent de leurs intérêts, la chose importante, c’est qu’ils s’en occupent”. Os redatores — sobre os quais não existem informações a respeito, sabendo-se apenas que eram três, pelo que afirmou *O Universal* (01/09/1828, n. 178) —, argumentavam que a tarefa do jornal consistia em “apontar aquelas pessoas que, como mais capazes de bem servirem à Nação, têm direito de serem contempladas” nos pleitos para a segunda legislatura da Assembleia Geral e para o Conselho de Governo e o Conselho Geral de província (*O Precursor das Eleições*, 1828 *apud* Vianna, 1945, p. 36).

É preciso salientar que, ao que tudo indica, não existem exemplares remanescentes desse impresso, nem mesmo em fragmentos, em nenhum acervo, de forma que a análise do mesmo pôde ser realizada apenas de maneira esparsa, através da obra de Hélio Vianna (1945), que teve acesso a duas edições. Essas lacunas, no entanto, puderam ser preenchidas, na medida do possível, com o auxílio dos comentários dos redatores d’ *O Universal*, que nos auxiliam na reconstituição da breve trajetória do *Precursor*.

No primeiro número, os anônimos redatores davam conta das ocorrências que os levaram a publicar o periódico naquele momento e faziam alguns alertas acerca das escolhas eleitorais para a representação que estava por vir:

Na eleição passada, seiscentos e trinta e três cidadãos obtiveram votos para deputados. Ora, será crível que se os eleitores tivessem o necessário conhecimento das pessoas mais aptas para este importante lugar divergiriam tanto na sua escolha? E poderá haver este conhecimento quando os *Diários da Câmara* quase a ninguém chegam? Quando os periódicos nada, ou quase nada tratam das discussões da Câmara dos Senhores Deputados? Quando não há votações nominais que nos façam conhecer o caráter dos nossos representantes? Logo, ninguém negará a conveniência que pode resultar de se apresentar não só esta lista, como muitas outras. Não podemos afiançar a

futura conduta de todos aqueles que lembramos, porque não está nas mãos do homem o dom da previdência. A ninguém pedimos, como disse *O Universal*, a favor deste ou daquele Sr.; façam os eleitores da nossa lista o uso que bem quiserem; cumprimos com a obrigação de bons cidadãos e o resultado, seja qual for, não nos interessará diretamente (*O Precursor das Eleições*, 1828 *apud* Vianna, 1945, p. 36, grifo nosso).

No desempenho do papel de mediação, sob utilização de uma linguagem de aparente neutralidade, os redatores faziam um balanço dos pleitos passados, de forma a se posicionarem enquanto figuras ilustradas acerca dos conhecimentos dos processos eleitorais da primeira legislatura e dos trabalhos da Assembleia Geral em vigência. Apesar de não sabermos a identidade dos agentes responsáveis pelo jornal, é possível que fossem pessoas inseridas nos espaços formais de discussão política, sobretudo pelo conhecimento demonstrado no trecho acima e no esquadrinhamento das trajetórias dos nomes que colocava à disposição da escolha do eleitorado. Podemos especular que os nomes mencionados não fossem apenas escolhas dos redatores, pois é possível que algumas das pessoas mencionados tivessem interesse na publicização de seus nomes por meio da imprensa.

Pelas sugestões de nomes apontadas, muito possivelmente o *Precursor* era um jornal de linha editorial liberal moderada, alinhado com as tendências propagadas pela *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *O Universal* e o *Astro de Minas*. Possivelmente os redatores eram agentes vinculados de alguma forma a essa rede de sociabilidade, de maneira que não podemos excluir a hipótese de que os responsáveis pelo periódico fossem até mesmo redatores de algum dos jornais supracitados. Essa hipótese ganha força, sobretudo pela colaboração dos redatores d' *O Universal* com a difusão do impresso eleitoreiro, posto que este foi oferecido de forma gratuita aos subscritores do longo periódico ouropretano, em aviso publicado na edição do dia 10 de setembro de 1828, onde anunciava-se que junto daquele número seriam distribuídos os números 3 e 4 do *Precursor das Eleições* (*O Universal*, 10/09/1828, n. 182). Isso ocorreu após o fim da publicação deste periódico, depois de lançados apenas quatro números, de forma que “à maneira de relâmpago apareceu, luziu e tornou-se a esconder”, segundo os redatores d' *O Universal* que, a pedido dos autores daquele impresso, distribuíram aos assinantes gratuitamente, e “de boa vontade”, com a finalidade de que não ficasse “em silêncio esta obra” (*O Universal*, 08/09/1828, n. 181).

Bernardo Pereira de Vasconcellos era o primeiro nome da lista sugerida pelo *Precursor*, o que reforça o argumento acerca dos interesses de grupos de oposição ao governo, que possivelmente estariam por trás da circulação desse jornal. A sugestão do nome de Vasconcellos se fazia necessário por ser, nas palavras dos redatores, “dotado da necessária

coragem para arrostar todos os inimigos” e por preferir “sempre o bem da Pátria a seus interesses particulares”. Argumentavam ainda que seria um absurdo a reeleição de homens “que nada têm contribuído para o benefício público” e a exclusão de quem “tão digno [como Vasconcellos] se tem mostrado da geral estima dos brasileiros” (O Precursor das Eleições, 1828 *apud* Vianna, 1945, p. 37). Naquele momento de 1828, sugerir uma nova deputação de Bernardo era se posicionar de maneira contrária aos atores e articuladores favoráveis aos ministros e aos conselheiros de Estado, o que denota a linha editorial do impresso.

Aliados de Vasconcellos na Câmara dos Deputados, os nomes dos padres José Custódio Dias e José Bento Leite Ferreira de Mello, ambos proprietários do sul de Minas, também foram sugestionados pelo *Precursor*. José Custódio, apesar de sua reputação controversa já naquele momento, era mencionado como “eclesiástico muito distinto (...) que muito se tem feito conhecido pela firmeza de seu caráter, ilibada reputação e denodo com que ataca os abusos ainda das mais altas classes”. Já o vigário da vila de Pouso Alegre, Ferreira de Mello, era apontado pelo redator como “cidadão conspícuo pelas suas virtudes, pelo seu patriotismo e pelos serviços que tem prestado como deputado que é por esta província”.

Além dos deputados por Minas Gerais supracitados, nomes para a renovação da Câmara também foram propostos. Baptista Caetano de Almeida teve sua atuação destacada pelos redatores do *Precursor*, que o apontavam como negociante “que muito se tem distinguido por seu patriotismo e aferro ao sistema constitucional”. Dentre as qualidades de Caetano de Almeida, foram destacados os seus projetos filantrópicos na vila de São João del-Rei, a Biblioteca Pública e a tipografia por onde era impresso “o luminoso *Astro* que tantas luzes tem difundido por toda a província”, que já eram notórios, segundo afirmavam, “não só pela província, como por todo o Império”.

Fora da província de Minas Gerais, os redatores do jornal buscaram dar visibilidade a agentes envolvidos com o ofício tipográfico na cidade do Rio de Janeiro, de forma a chamar atenção para três nomes que poderiam renovar a Assembleia Geral. Assim, Evaristo Ferreira da Veiga foi mencionado como “livreiro da Corte, moço de instrução, mui conhecido pela sua adesão ao sistema constitucional e pela firmeza de seu caráter”, sem, contudo, mencionar suas atividades frente à redação d’ *Aurora Fluminense*. Os majores do Imperial Corpo de Engenheiros e redatores d’ *Astréa*, Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, foram também sugestionados ao eleitorado. Amaral era descrito como “Cidadão mui digno de geral estima por sua instrução, capacidade, patriotismo, e pelo seu firme caráter, e inabaláveis sentimentos de liberdade”. Vieira Souto, que já havia residido em Ouro Preto, como confirma o *Precursor*, tendo vínculos de parentesco com a família de sua esposa na cidade, foi apontado

pelos redatores como “Cidadão mui digno de geral estima por sua instrução, capacidade, patriotismo, e pelo seu firme caráter, e inabaláveis sentimentos de liberdade”. Novamente, tal como no caso de Ferreira da Veiga, não era mencionada a responsabilidade de ambos frente ao periódico *Astréa*.

A menção aos nomes dos redatores e colaboradores dos periódicos liberais moderados é um demonstrativo da ação abrangente dessa rede de sociabilidade entre Minas Gerais e a Corte. É curiosa, sobretudo, a menção dos nomes dos agentes responsáveis pela autoria e circulação d’ *Astréa* e d’ *Aurora Fluminense*, nas páginas d’ *O Precursor das Eleições*, publicado em Ouro Preto. Essas sugestões de nomes demonstram a importância da imprensa enquanto estratégia de projeção, naquele momento de profundas alterações nas experiências políticas vivenciadas pelos sujeitos. Localizadas na cidade do Rio de Janeiro, a livraria de Evaristo Ferreira da Veiga e a Tipografia d’ *Astréa*, assim como outros estabelecimentos de característica semelhante, eram espaços que recebiam agentes das mais variadas partes do Brasil, em trânsito cotidiano pela Corte.

Os leitores eram convidados a comparecer nesses espaços, nos quais poderiam ser realizadas assinaturas dos periódicos, compra de números avulsos — tanto de impressos publicados pelos estabelecimentos quanto de outros produtos culturais de difusão de ideias —, entrega de correspondências e até mesmo a possibilidade de diálogos abertos com os editores e redatores das publicações. A Tipografia d’ *Astréa*, sob direção de João Clemente Vieira Souto, na rua do Sacramento nº 23, era um desses estabelecimentos, a partir do qual o editor e redator propunha e experienciava o cruzamento de círculos políticos e pontos de venda, entre espaços privados e públicos, junto de seus companheiros de imprensa Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto. Assim, as tipografias, livrarias, boticas, entre outros locais similares, “converteram-se em ponto de comércio, no sentido mais amplo da palavra, configurando uma mescla de espaços públicos e privados, em que se fazia contatos diretos dos produtores com os receptores da imprensa” (Morel; Barros, 2003, p. 78).

Além da mobilização do público leitor, as tipografias e livrarias eram, também, local de empregabilidade que reunia em torno desse comércio proprietários, redatores, editores, compositores, impressores, distribuidores e vendedores. O que chama atenção para o número de pessoas envolvidas com a atividade impressa no período, para além dos que adquiriam o reconhecimento que os holofotes da palavra lhes conferiam. (Godoi, 2016; Moreira, 2011)

A livraria de Evaristo, ao que tudo indica, era ponto de grande movimento entre os estabelecimentos da rua dos Pescadores. Naquele espaço congregam-se políticos, redatores, comerciantes, proprietários, profissionais liberais entre outros agentes, que se dirigiam ao

estabelecimento para aquisição de produtos ou apenas como atividade que, ademais, fazia parte do lazer cotidiano da experiência política e social de pessoas privadas que se reuniam em público:

Seu balcão foi frequentado por uma multidão imensa que já não era de amigos. (...) era o centro de um grande círculo que todos os dias se ampliava. (...) Evaristo havia feito do seu balcão uma cadeira de ciência política, e de sua loja um dispensatório geral de opiniões, transmitidas pela fala e os escritos, reproduzidas e multiplicadas pela imprensa (Simoni, 1837, p. 24).

Localizada no nº 49 daquela rua, onde trabalhava, e residia em um sobrado acima de sua loja, adquirida do francês João Baptista Bompard em 1827, Ferreira da Veiga concebeu um lugar propício para socialização dos agentes que para lá se dirigiam. Os impressos, enquanto mercadorias, eram “parte de comércios, financeiros e políticos”. Dessa forma, eram expostos ao público junto a outros produtos culturais semelhantes — como livros, panfletos, folhetins, etc. — ou mesmo, em alguns estabelecimentos, próximo a itens e gêneros de uso cotidiano, o que demonstra a vulgarização da palavra impressa naquele momento (Morel, 2003, p. 79).

Assim como os estabelecimentos da Corte, vários foram os que surgiram pelos grandes centros urbanos provinciais, como apontamos nos casos das tipografias do *Astro de Minas* e d’ *O Universal*, além, é claro, da iniciativa da Biblioteca Pública de Baptista Caetano de Almeida. Entre o fim dos anos de 1820 e início da década de 1830, a Província de Minas Gerais observou um grande aumento no número de tipografias, que romperam com o eixo hegemônico das publicações impressas de até então, que se viam circunscritas à cidade de Ouro Preto e a vila de São João del-Rei. Dessa forma, eram afirmadas e delineadas novas geografias da imprensa periódica, sobretudo dos impressos de oposição, que após a abdicação de d. Pedro I continuaria a consolidar sua posição, agora na liderança das instituições nacionais, por meio da atividade tipográfica.

Em 1829, iniciava sua trajetória a partir do arraial do Tejuco, que em 1832 veio a se tornar a vila Diamantina, o *Echo do Serro* (1829-1832), impresso em tipografia própria, construída por Manoel Sabino de Sampaio Lopes, redigido pelo padre Bento de Araújo Abreu, com colaboração do ilustre Teophilo Ottoni, que possuía contatos com os redatores d’ *O Universal*, *Astro de Minas* e d’ *Astréa*. Ainda naquele ano, em Ouro Preto, o semanário *O Novo Argos* (1829-1833) veio a se somar às fileiras de oposição ao governo, sob redação do padre Antônio José Ribeiro Bhering, impresso na Typographia Patricia do Universal; sendo comercializado naquela oficina e nas tipografias do *Astro de Minas* e do *Echo do Serro*. No ano seguinte, a poucas léguas da capital mineira, somou-se a essa rede de colaboração, exposto nos



mesmos locais de venda, o também semanário *Estrella Mariannense* (1830-1832), redigido na cidade de Mariana por Manoel Bernardo Acursio Nunan, que era, entretanto, editado e impresso na tipografia d' *O Universal* (Moreira 2006).

No sul de Minas dois novos jornais, com fortes conexões com a Corte, as principais vilas e estabelecimentos tipográficos mineiros e com a província de São Paulo, vieram a público. O *Pregoeiro Constitucional* (1830-1832) e a *Opinião Campanhense* (1832-1837), publicados, respectivamente na vila de Pouso Alegre e na vila de Campanha, que serviam de entreposto para a circulação dos impressos moderados.

O primeiro era publicado com a frequência de dois números por semana, impressos pela Typographia do *Pregoeiro Constitucional*, sob financiamento e redação do deputado padre José Bento Leite Ferreira de Mello, que contava com a colaboração de um segundo redator, padre João Dias de Quadros Aranha. A participação dos irmãos de Evaristo Ferreira da Veiga não se restringiu apenas ao comércio dos produtos dos prelos. Também publicado duas vezes por semana, *Opinião Campanhense*, de trajetória relativamente longa, era redigida pelos irmãos de Evaristo, Bernardo Jacinto da Veiga e Lourenço da Veiga, residentes na vila de Campanha, onde possuíam uma casa de comércio desde 1818. O prestígio crescente de Bernardo o alçou politicamente ao cargo de presidente da província de Minas Gerais em 1838, pouco tempo após ter sido eleito pelos mineiros para deputado da Câmara.

O *Pregoeiro Constitucional* e a *Opinião Campanhense*, não por coincidência, eram comercializados nas mesmas localidades: na livraria de João Pedro da Veiga, também irmão Evaristo, na cidade do Rio de Janeiro; por Manoel Soares do Couto, redator d' *O Universal*, em Ouro Preto; por Martiniano Severo de Barros, sócio de Baptista Caetano de Almeida, na vila de São João Del Rei; por Joaquim Antônio Alves Alvim, que possuía relações com o *Farol Paulistano* de José da Costa Carvalho, na cidade de São Paulo; e por Antônio Clemente dos Santos na vila de Guaratinguetá, no interior paulista. Mutuamente, os periódicos mencionavam os estabelecimentos de seus responsáveis como locais de venda: o *Pregoeiro*, apontava a loja de Bernardo Jacinto da Veiga, em Campanha; e a *Opinião Campanhense*, a loja de Francisco de Paula Pereira e Mello, que possuía parentesco com o deputado Ferreira de Mello, em Pouso Alegre.

A proliferação de periódicos de tendência liberal moderada, que se observa no início da década de 1830, é um demonstrativo concreto da influência política que o agrupamento político havia adquirido em âmbito nacional após a consolidação dos pleitos para a segunda legislatura da Câmara dos Deputados de 1829. Na província de Minas Gerais, iniciava-se a

consolidação de um período de hegemonia, que culminou na ascensão política de variados agentes que, vinculados ao meio tipográfico, conquistaram espaço no cenário político da Corte.

Ao que tudo indica, a circulação de impressos produziu importante influência no eleitorado. Exemplo concreto da legitimidade conquistada pelos redatores perante a opinião pública, pode ser visto na eleição dos redatores d' *Astréa* e d' *Aurora Fluminense*, o que confirma a profusa penetração dessas folhas nos espaços públicos mineiros apontado pelo historiador Rodrigo Fialho Silva (2011). José Joaquim Vieira Souto, recebeu 190 votos, como vigésimo mais votado na soma das listas dos colégios de Minas Gerais, o que o qualificava a assumir cadeira como representante provincial. Este, conforme mencionado anteriormente, esteve por um período em Vila Rica a trabalho, onde casou-se com a mineira de nascimento Francisca Ludovina de Almeida Souto, que possivelmente ainda permaneceu em cultivo de seus laços de parentesco estabelecidos na região após sua ida para a Corte.

É interessante lembrarmos que seu irmão, João Clemente Vieira Souto, também era casado com uma mineira, filha do comerciante capitão Manoel Bernardes Varella da Fonseca, figura conhecida na região e presença na lista de suplentes do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais durante o segundo mandato, entre 1830-1833. José Joaquim, contudo, não assumiu a cadeira de deputado pela província de Minas Gerais, pois optou pelo Rio de Janeiro, onde obteve, apenas na cidade homônima, 106 votos, de um total de 162. O prestígio d' *Astréa* pode ser auferido também pela eleição de Antônio José do Amaral, o mais bem votado pelo eleitorado da Corte, com 243 votos (*Astro de Minas*, 20/11/1828, n. 158; 09/12/1828, n. 166; 23/12/1828, n. 172).

Evaristo Ferreira da Veiga teve votação semelhante, com 212 votos, o que o garantiu como décimo nono mais bem votado à cadeira de deputado pela província de Minas Gerais. Além dos holofotes proporcionados por sua atuação n' *Aurora Fluminense*, Evaristo parece ter contado com o importante apoio de seus irmão Bernardo e Lourenço estabelecidos na vila de Campanha, pois apenas naquele colégio eleitoral, o maior da província, o redator teve quase metade dos votos que lhe alçaram à Câmara dos Deputados por Minas. Curiosamente, Ferreira da Veiga só viria a conhecer a província pessoalmente anos mais tarde, quando em visita a seus irmãos, um ano antes de sua morte em 1837.

Com legitimidade consolidada entre o eleitorado mineiro, Bernardo Pereira de Vasconcellos foi reeleito 633 votos, como deputado mais votado da província. Em sequência, os aliados de Vasconcellos na primeira legislatura, o padre José Custódio Dias e padre José Bento Leite Ferreira de Mello foram novamente designados pelos votantes. Para o primeiro mandato na Corte, Baptista Caetano de Almeida também foi designado para deputado por

Minas Gerais, com cerca de 265, dentre os quais, curiosamente, apenas 4 foram no colégio eleitoral da vila de São João del-Rei, o que levantou suspeitas quanto a lisura do processo naquela localidade. Curioso, sem dúvida, foi o caso de José Pedro Dias de Carvalho, que recebeu 103 votos do eleitorado da vila de Campanha, mesmo sem possuir idade mínima para assunção de cargos políticos naquele momento (*Astro de Minas*, 29/11/1828, n. 162). Em âmbito provincial, Manoel Soares do Couto foi eleito para composição do Conselho de Província, função que exerceu a partir de 1830.

Durante a década de 1820, a rede de sociabilidade entre os agentes vinculados ao ofício tipográfico foi responsável pela promoção da circulação de impressos entre o território da província de Minas Gerais e da Corte. Inseridos em um momento de profundas mudanças, inaugurado pela experiência do constitucionalismo, redatores, editores, impressores, políticos, comerciantes, proprietários se articulavam, de forma a criar, manter e refazer relações comunicacionais entre as regiões do Império. Operadas a partir da interação entre espaços formais e informais de discussão, os produtos culturais impressos foram utilizados enquanto ferramentas estratégicas de ação e ascensão política pelos sujeitos, para a consecução de interesses coletivos e/ou individuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ferramenta de grande importância para a comunicação política, os impressos passaram a ser cada vez mais presentes no cenário político durante a década de 1820. Esses produtos culturais demonstravam os novos direcionamentos políticos do Império do Brasil, que passava a experimentar uma profunda transformação na vida social dos sujeitos, sobretudo os que antes estavam excluídos da participação política. A Constituição de 1824, consubstanciou um novo projeto de sociedade, resultado de um processo de continuidades e descontinuidades, rupturas e permanências, que vinha sendo debatido desde a alteração do eixo do Império Ultramarino português com a transferência da Corte para a cidade do Rio de Janeiro no início daquela centúria. A disputa de projetos ganhou novos contornos, e sobretudo impulso, com a Revolução do Porto, que ao ecoar na América, expressou a irreversível penetração das ideias liberais naquela sociedade e as contradições entre os dois lados do Atlântico.

As condições para a formalização da coesão política entre as regiões careciam ainda de profundas reformas que dessem conta de garantir a unidade territorial do recém independente Estado nacional brasileiro. A prevalência de localismos e regionalismos, eram marcas importantes dos processos de colonização. Os vínculos tecidos entre os sujeitos estavam localizados mormente nas relações comerciais estabelecidas e redefinidas entre as regiões nos séculos anteriores, como era o caso das conexões entre Minas Gerais e o litoral. Paulatinamente, os núcleos de mineração fertilizaram o terreno para a organização da produção de gêneros de abastecimento de primeira necessidade, que passava a adquirir grande preponderância entre as atividades econômicas desenvolvidas na região das Minas.

O ritmo das tropas, em suas idas e vindas, proporcionavam a mitigação das carências comunicacionais entre o litoral e o interior, que imprimiam um ritmo lento e irregular na vida social dos agentes. As necessidades de um canal regular de comunicação, observadas por dom Rodrigo de Sousa Coutinho a partir de 1796, inaugurou um momento importantes mudanças, em que as autoridades do reino passavam a observar a necessidade de estabelecer estratégias para a integração política, econômica e social do Império Ultramarino português por meio da regularização e institucionalização das trocas de informações, tarefa essa que ficaria a cargo dos serviços postais providos pelos Correios, que seriam orientados pelo Alvará de 1798 e pelos governos e Juntas de Fazenda das capitanias.

Com a transferência do centro político do império, foi preciso reordenar e incrementar a organização desses serviços de promoção comunicacional, que ainda funcionavam de maneira morosa. Era preciso aprimorar a verticalização, de forma a interiorizar e aumentar a influência

da Coroa sob o território, que antes se relacionava apenas de maneira horizontal com a autoridade do rei. Em meio a esse novo contexto de organização das instituições políticas, as ideias liberais passaram a se fazer cada vez mais presentes no cotidiano da população, mormente a partir da abundante circulação de impressos. Estes, mesmo com a ampla censura que sofriam, possibilitaram a ampliação do fluxo de notícias e novidades, de maneira a tornar cada vez mais evidente as sensíveis fissuras sociais, ocasionadas pelo impacto do reformismo ilustrado português, que desde de o fim do século XVIII passava reordenar as relações de poder em vigor. Estas se transformaram em elemento de transformação política e social a partir dos ecos do vintismo que ressoavam no Brasil, que resultaram nos debates em torno da Constituição de 1824, que evidenciou o papel da imprensa enquanto espaços de ação e intervenção dos redatores na emergente esfera pública do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, os impressos adquiriram novo impulso de difusão com o início dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral da Corte e com as atividades dos Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província. Nesse momento, os espaços públicos da Corte se afirmaram e os reflexos das experiências políticas desenvolvidas naquela cidade passaram a ser vistos por todo o território brasileiro, com a instituição de tipografias em diversos arraiais, vilas e cidades. Durante esse processo, a província de Minas Gerais, que possuía estreitos laços com o Rio de Janeiro, advindos principalmente das longevas relações econômicas e políticas entre as regiões, se consolidou como um importante baluarte das ideias liberais, sobretudo pela importância que havia adquirido no âmbito político, como região mais populosa e urbanizada do Império. Nesse momento, os jornais *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *O Universal* e o *Astro de Minas*, formalizaram uma rede de sociabilidade impressa que tinha como intuito a promoção de uma ampla colaboração entre agentes diversos, que possuíam interesses políticos em comum naquele momento de formação de identidades políticas. As múltiplas interações entre agentes diversos, promovidas por meio dos canais regulares de comunicação entre as regiões, foi responsável por uma integração política que refletia diretamente em uma ação conjunta, observada nas constantes interações entre espaços formais e informais de discussão política.

É possível concluir, portanto, que a circulação de impressos pelo território brasileiro, através dos vetores comunicacionais disponíveis, como os giros comerciais e os Correios, forneceram elementos para a criação, manutenção e redefinição de vínculos entre sujeitos nos mais variados contextos, de forma a aproximá-los de uma experiência comunitária, possibilitada sobretudo pela emergência do Estado nacional brasileiro. Assim, os laços tecidos entre os agentes demonstraram como as conquistas firmadas na Constituição de 1824 ainda precisavam ser consolidadas nas práticas cotidianas. Nesse sentido, a imprensa tornou-se

veículo de mediação entre os representantes inseridos nas diversas instâncias de representação políticas disponíveis e a opinião pública. Desta maneira, as décadas de 1820 e 1830, foram um período em que os espaços públicos se consolidaram pelo território brasileiro, o que possibilitou a consciência dos direitos e deveres de uma parcela significativa da população que passava a conquistar e consolidar sua participação política na sociedade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

ALMEIDA, Baptista Caetano de. **Livro para subscrição voluntária a beneficio da manutenção da Livraria Pública de São João del Rei. (Manuscrito)** São João del-Rei: [s.n.], 1824. In: ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. FCMSJ Câmara de São João del Rei/MG. Série 39. SUB 208.

ALMEIDA, Francisco de Assis e. Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural da Camandocaia, actual Cidade de Jaguary, da Provincia de Minas Geraes. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, tomo X, 1905, vol. 1, p. 37-40.

ARAÚJO, José Xavier Lopes de. **Dissertação acerca da analyse e propriedades therapeuticas das aguas acidulas gasosas da cidade de Campanha**. Rio de Janeiro: Typ. de M. A. da Silva Lima, 1848

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **João Clemente Vieira Souto, registrando a devolução de documentos anexos em 18.12.1823. (Oficial de Secretaria)**. Rio de Janeiro: [s.n.], 18 dez. 1823. Câmara dos Deputados. BR DFCD AC1823-F-395-1612.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Aditamentos e Retificações ao 1º fascículo da Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896, vol. 1, 391-399.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Carta do Administrador do Correio de Vila Rica, Nicolau Soares do Couto, sobre o recebimento de encomenda remetida pelo Príncipe Regente e envio desta para o governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena**. Vila Rica: [s.n.], 09 de abr. de 1800. Fundo Casa dos Contos. CC - CX. 147 – 21394.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Termo da Junta de Fazenda a respeito do estabelecimento do Correio. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, vol. 1, pp. 118-123.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Termo da Junta de mais declaração pelo estabelecimento do Correio. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, vol. 1, p. 123-124.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Termo da Junta a respeito de nova declaração do Porte das Cartas abertas como de recomendação. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, vol. 1, p. 124-125.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Termo da Junta a respeito da nova deliberação sobre a despesa dos Correios Condutores das Malas, e do porte que devem pagar as Cartas do Interior da Capitania. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, vol. 1, p. 125-126.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Termo da Junta sobre o novo estabelecimento da Administração do Correio, ou reforma desta na conformidade da ordem de 19 de Junho de

1801. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, vol. 1, p. 127-128.

BIBLIOTECA NACIONAL. [Comunicado ao tesoureiro parador das tropas e ordenados determinando o pagamento de soldos e gratificações a Carlos Martins Pena e José Joaquim Vieira Souto no trabalho de mineração do ouro] [manuscrito]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 31 jan. 1818. Casa dos Contos. I-26,13,050.

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C<sup>a</sup> Tomo I, 1875.

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C<sup>a</sup>, Tomo V, 1876.

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro de 1828**. Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, Tomo II, 1876.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Decreto de 5 de março de 1829. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1829**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 207-250.

BRASIL. Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio. In: **Coleção de Leis do Brasil de 1809**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 10-15.

FAMILY SEARCH. [www.familysearch.org/pt/](http://www.familysearch.org/pt/). Acesso em: 2 de jun. 2023.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Astréa**. Edições de 1826-1832, Rio de Janeiro.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Astro de Minas**. Edições de 1827-1839, São João del-Rei.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Aurora Fluminense**. Edições de 1827-1835, Rio de Janeiro.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Diário Fluminense**. Edição de 1825-1831, Rio de Janeiro.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Estrella Mariannense**. Edição de 1830-1832, Mariana.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Liberal Mineiro**. Edições de 1882-1889, Ouro Preto.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **O Homem e a América**. Edições de 1831-1833, Rio de Janeiro.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **O Novo Argos**. Edições de 1829-1833, Ouro Preto.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **Opinião Campanhense**. Edições de 1832-1837, Campanha.

HEMEROTECA BNDIGITAL. **O Universal**. Edições de 1826-1842, Ouro Preto.



HEMEROTECA BNDIGITAL. **Pregoeiro Constitucional**. Edições de 1830-1832, Pouso Alegre.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon Maranhense**: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já fallecidos. (4 volumes) Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno biographico brasileiro**. (4 volumes). Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876.

PORTUGAL. Alvará de 20 de janeiro de 1798. In: **Coleção da Legislação Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828, p. 479 – 482.

PORTUGAL. Aviso de 14 de março de 1801. In: **Coleção da Legislação Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828, p. 683 – 684.

PORTUGAL. Regimento Geral para o Correio. In: **Coleção da Legislação Portuguesa (1802-1810)**. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828, p. 345 – 349.

PORTUGAL. Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio. In: **Coleção da Legislação Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828, p. 528 – 531.

Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. (7 volumes) Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, Tomo 1º, 1938.

SANTOS, Ezequiel Corrêa dos; MAGALHÃES, Estevão Alves. In. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, vol. 14, p. 537-542.

SIGAUD, José Francisco. **O Propagador das Sciencias Medicas**. Rio de Janeiro: Typographia de P. Pancler-Seignot, Tomo I, 1827.

SILVA, Antônio de Maraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 1789.

SIMONI, Luiz Vicente de. **Honras e Saudades à memória de Evaristo Ferreira da Veiga tributadas pela Sociedade Amante da Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Cª, 1837.

STUDART, Guilherme. **Os jornaes do Ceará nos primeiros 40 annos 1824-1864**. Tomo Especial da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo Especial, p. 48-118, 1924.

TAVORA, Franklin. Discurso recitado na sessão magna de encerramento pelo orador interino Dr. Franklin Tavora. In: **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brasil**. Tomo XLIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1881.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. **Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Geraes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Rodrigues de Paiva - Alfarrabista Brasileiro, Editor, 1899.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. (volumes 1 e 2). Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1985.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Raphael Rocha de. **Constitucionalismo, imprensa e opinião pública nas monarquias dos Bragança: Portugal e Brasil (1826-1834)**. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Doutorado), 2019.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. **Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2008.

AMARAL, Alex Lombello. **Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais**. Juiz de Fora: UFJF (Tese de Doutorado), 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman, 1ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga de. **Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822–c. 1864**. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2013.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. **Moderados, exaltados e caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835)**. São Paulo: Almanack, p. 130-150, 2012.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maia Carmelita Pádua Dias, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BARATA, Alexandre Mansur. **A revolta do ano da fumaça**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 50, n. I, p. 78-91, 2014.

BARATA, Mário. Aspectos históricos dos Correios do Brasil. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, v. 259, pp.134-154, 1963.

BARBOSA, Caroline Costa Pimentel. **Um construtor do Estado imperial: a trajetória de José Custódio Dias na Câmara dos Deputados, 1823-1835**. Seropédica: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2018.

BASILE, Marcello. **Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)**. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2000.

BASILE, Marcello. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BASILE, Marcello. **Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império.** Rio de Janeiro: Topoi, v. 2, p. 91-130, 2001.

BASILE, Marcello. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial.** Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado em História), 2004.

BASILE, Marcello. **Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.** Vitória: Dimensões, n. 18, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.** Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 23, 2000, pp. 67-88.

CARDIM, Pedro. **Centralização política e estado na recente historiografia portuguesa sobre o Portugal do Antigo Regime.** Lisboa: Nação e Defesa, n.87, 1998, pp. 129-158.

CASTRO, P.M.G.B.. **Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX (1829-1865).** São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2021.

CASTEL, Louis-Bertrand. **Rien n'est beau que le vrai...** Paris: Littérature, n° 82, p. 96-100, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41713181>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

CHARTIER, Roger. **Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII — Los orígenes culturales de la Revolución Francesa.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pela boa ordem da província e pela glória do Império— famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (c. 1750-c. 1840).** Juiz de Fora: UFJF (Tese de Doutorado), 2019.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del-Rei.** 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

COSTA, Leonor Freire. **Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII).** In. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** 2ª ed. Vitória: EDUFES, 2014.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na Historiografia brasileira. IN: JANCSÓ, Istvan (org.). **Independência: História e historiografia.** São Paulo: FAPESP/Hucitec, p. 113, 2005.  
DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette.** Tradução de Denise Bottman, 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Cláudia Márcia Coutinho. Eschwege: um olhar sobre as técnicas de mineração do ouro no século XVIII e no início do XIX. In. MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro.** Campinas: AFHIC, p. 127-130, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole; In. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

FALCO, Cláudia Maria dos Santos. **Moderação na província de Minas Gerais: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei (1831-1835)**. São João del-Rei: UFSJ (Dissertação de Mestrado), 2021.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado), 2004.

FERREIRA, Paula Botafogo C. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado em História), 2017.  
 FREGA NOVALES, Ana. **Proyectos políticos y faccionalismo militar: ecos de la crisis de la monarquía portuguesa en Montevideo, 1820-1824. Islas e Imperios: estudios de historia de las sociedades en el mundo colonial y postcolonial**, n. 17, 2014.

FURLAN, Mauri. **Da Concepção de Seneca sobre a Tradução**. Santa Catarina: Scientia Traductionis, n.16, 2016.

GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial": imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)**. Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2010.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)**. São Paulo: Edusp, 2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 165-188, 2001.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. **O controle do fluxo das cartas e as reformas de Correio na América Portuguesa (1796 – 1821)**. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutorado), 2019.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. **Comunicação e poder: a implantação do Correio Marítimo de 1798 e as respostas dos governos da América Portuguesa**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], 2017. Disponível em:  
 <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/71539>>. Acesso em 15 de abril de 2022.

GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick. **Los espacios públicos en Iberoamérica — Ambigüedades y problemas (Siglos XVIII-XIX)**. Cidade do México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Denilson Luís Werle, 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2011.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In. BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In. MELLO E SOUZA, Laura de (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1997.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, Istvan (org.).

**Independência: História e historiografia.** São Paulo: FAPESP/Hucitec, p. 17, 2005.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842).** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822).** São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 2015.

LIMA, Rafaela Gomes. **Impressão de livros na Fortaleza oitocentista: Os frutos da produção literária local.** In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, Teresina, 2012. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, Teresina, 2012.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores.** Rio de Janeiro: Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 2, nº 2, 2008.

MACHADO, Luiz Guilherme. **História geral dos Correios portugueses nos séculos XVI ao XVIII.** [s.l.]: 2008, s.p. Disponível em: <<http://historiapostal.blogspot.com.br>>. Acesso em: 27 de março de 2022.

MACULAN, Carlos Eduardo. **As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência.** (São João del-Rei, 1824-1839). Juiz de Fora: UFJF (Dissertação de Mestrado), 2011.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João Del Rei (1824-1831).** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2002.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império.** Belo Horizonte: UFMG/FAFICH (Tese de Doutorado em História), 2011.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842).** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840).** São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MOTTA, Rosemary Tofani. **Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária.** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2000.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. **Em defesa do “adequado” constitucionalismo: as articulações políticas dos camaristas e padres nas vilas mineiras no contexto separatista (1821-1824).** Belo Horizonte: UFMG/FAFICH (Tese de Doutorado em História) 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais.** A cultura política na independência (1820–1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824).** Revista de História das Ideias, v. 37, p. 55-77, 2019.

NOVAES, Adriano. **Os caminhos antigos no território fluminense.** Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, v. 2, p. 53-78, 2008.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado.** Assis: UNESP (Tese de Doutorado), 2007.

PEREIRA, Aline Pinto. **A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil.** Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2012.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico.** Ouro Preto: História da Historiografia, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano.** Almanack braziliense, n. 3, p. 69-80, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial — v. 1 — 1808-1831.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822).** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988.

RODARTE, Claus Rommel. Os liberais de Minas e o ‘regresso’. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 50, p. 68-85, 2014.

RODARTE, Claus Rommel.. **Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829).** São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram:** a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 1999.

ROSA, Érica da Cruz. **Eleições, cidadania e práticas eleitorais na província de Minas Gerais (1824-1831).** Juiz de Fora: UFJF (Dissertação de Mestrado), 2022.

SALVINO, Romulo Valle. **Guerras de papel:** disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650–c. 1750). Brasília: UnB (Tese de Doutorado), 2018.

SALVINO, Romulo Valle.. **A breve história do correio-mor nas Minas de Ouro, ou como as Câmaras das vilas mineiras procuraram regular as trocas de correspondências no princípio do século XVIII.** Santa Catarina: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, p. 1-16, 2015.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império:** hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Marileide Lopes dos. **Instrução e administração camarária em Sabará/MG (1828 1889):** vereadores em campos de batalha nas Minas Gerais oitocentistas. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Doutorado), 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil.** (5 volumes) Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

SOUZA, Laura de Mello. **O Sol e a Sombra - política e administração na América Portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **De comunidades a nação:** regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). Almanack braziliense, n. 2, p. 43-63, 2005.

SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre typos, jornais e tintas:** sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831). Rio de Janeiro: UERJ (Tese de Doutorado), 2011.

SILVA, Rodrigo Fialho. O Universo das letras: debates impressos e mediações culturais — São João d' El-Rey (1827-1829). In. SANGLARD, Gisele; ARAUJO, C. E. M.; SIQUEIRA, J.J. (Orgs.). In. **História Urbana:** memória, cultura e sociedade. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo:** a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

SLEMIAN, Andréa. **Portugal, o Brasil e os Brasis**: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. Montevideu: Claves. Revista de Historia, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes**: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015.

VALLADÃO, Alfredo. **Vultos Nacionais**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.